UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

DAMIANA CORREIA DA SILVA

O FUNCIONAMENTO DO "MAS" EM CRÔNICAS POLÍTICAS: ESTRATÉGIAS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ARGUMENTAÇÃO E AUTONOMIA DISCURSIVA NO 8° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CAJAZEIRAS – PB
2025

DAMIANA CORREIA DA SILVA

O FUNCIONAMENTO DO "MAS" EM CRÔNICAS POLÍTICAS: ESTRATÉGIAS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ARGUMENTAÇÃO E AUTONOMIA DISCURSIVA NO 8° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa.

CAJAZEIRAS – PB

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

S586f Silva, Damiana Correia da.
O funcionamento do "mas" em crônicas políticas: estratégias semântico-argumentativas para o desenvolvimento da argumentação e autonomia discursiva no 8° ano do ensino fundamental / Damiana Correia da Silva. – Cajazeiras, 2025.
180f. : il.
Referências.

Orientador (a): Profa. Dra. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa.
Dissertação (Mestrado em Letras - PROFLETRAS) UFCG/CFP, 2025.

1. Semântica. 2. Operadores argumentativos. 3. Crônica. 4. Ensino Fundamental - linguística textual. 5. Gênero discursivo. 6. Gênero textual. I. Barbosa, Maria Vanice Lacerda de Melo. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU - 81'37 (043.3)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço - CRB/15-046

DAMIANA CORREIA DA SILVA

O FUNCIONAMENTO DO "MAS" EM CRÔNICAS POLÍTICAS: ESTRATÉGIAS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ARGUMENTAÇÃO E AUTONOMIA DISCURSIVA NO 8° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS - da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus* Cajazeiras, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em: 18/12/2025

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA VANICE LACERDA DE MELO BARBOSA
Data: 09/06/2026 13:47:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Vanice Lacerda. de M. Barbosa
(UAL/UFCG - Orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br
WESCLEY RODRIGUES DUTRA
Data: 16/06/2026 10:31:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Wescley Rodrigues Dutra
(CATÓLICA.PB – Examinador Externo)

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA NAZARETH DE LIMA ARRAIS
Data: 16/06/2026 11:03:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Nazareth de Lima Arrais
(UAL/UFCG – Examinador Interno)

Prof.ª Dr.ª Rose Maria Leite de Oliveira
(UAL/UFCG – Suplente)

Ao doce Espírito Santo de Deus, fonte de sabedoria e inspiração, meu fiel consolador. E a todos aqueles que foram para mim uma escuta ativa nos desabafos e um colo acolhedor.

AGRADECIMENTOS

A ti, ó Rei dos reis e Senhor dos senhores, toda honra e toda glória. Tua palavra, Senhor Deus, afirma que sem ti nada podemos realizar. Sou prova disso, quando pensei que podia por minhas próprias forças, elas se dissiparam rapidamente; mas, quando clamei a ti, foram renovadas e, no renovo, pude contemplar a concretização deste grande sonho.

Aos meus pais, Lurdinha e Necildo, por dizerem "sim" ao projeto de Deus sobre suas vidas e, dessa forma, permitirem que o Senhor me formasse e me trouxesse à luz. Por todo o cuidado e amor destinados a mim, à maneira deles, minha gratidão é infinita.

Aos meus irmãos, por terem demonstrado compreensão nos meus momentos de ausências para revezar nos cuidados aos nossos genitores, e, mesmo em meio às suas lutas pessoais se sacrificarem para suprir a minha ausência e desta forma contribuírem para que hoje eu me tornasse mestra.

À minha colega que se tornou amiga, a querida Ana Cláudia — minha companheira de viagem, juntamente com Cristina e Geraldo, nas idas e vindas a Cajazeiras —, minha gratidão pelas conversas, cafés, almoços, sorvetes e doces risadas compartilhadas. Com vocês, essa caminhada se tornou mais suave e alegre.

À Daniely, Erenilza e Raianny, minha gratidão pela disponibilidade em me acolherem com palavras recheadas de sabedoria e afeto. Vocês foram sóis em dias nublados e luzes em noites escuras durante este percurso.

À amada turma 9/2023 do PROFLETRAS – UFCG, espaço permeado de saberes, solidariedade, desabafos, incentivos, laços, afetos e risadas, minha gratidão. Vocês foram presentes valiosos de Deus na minha existência; aprendi muito com todos e os levarei, de modo especial, por toda a minha vida.

À minha amiga-irmã Magnólia, por cada conhecimento compartilhado, pelo tempo dedicado à escuta ativa, pela sabedoria nos conselhos, pelo incentivo genuíno e pelos abraços em oração.

À coordenadora do mestrado e minha orientadora, Vanice, minha eterna gratidão por me amparar quando rupturas se fizeram necessárias para abrir espaços discursivos permeados de propósito com novos encontros, novas vozes e novos olhares. Sua empatia acadêmica permitiu que a minha voz ao longo desta pesquisa entrelaçada com as vozes teóricas que a fundamentam, além das vozes que ecoam nos discursos analisados, fossem ouvidas e compreendidas em sua complexidade.

Aos meus queridos alunos, por fazerem parte do contexto que motivou esta pesquisa. É

a ânsia de criar estratégias para mediar saberes e contribuir para a formação de sujeitos autônomos, capazes de argumentar com consciência linguística e intervir, como cidadãos, com criticidade em sua realidade social, que fortalece minha prática docente e me impulsiona a ser pesquisadora.

Aos gestores escolares que durante este percurso demonstraram profissionalismo e empatia comigo, Rejane Rocha e Luciana Ribeiro em dois mil e vinte e quatro e Lucas Moura nesta etapa final do ano vigente. E, para os outros que dificultaram o meu direito de acesso à formação continuada *stricto sensu*, também quero agradecer, pois impulsionaram em mim maior vigor e vontade de vencer.

Aos meus queridos e amados colegas de profissão, que torceram e hoje se alegram verdadeiramente comigo, minha gratidão.

Aos que se uniram a gestores opressores na prática da violência simbólica, ofereço meu perdão e também minha gratidão, pois com vocês aprendi o que, em hipótese alguma, devo ser — mas, sim, combater veementemente — e, assim, lutar por uma educação libertadora e, consequentemente, pela justiça social.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, e de modo muito especial, a todos os professores e professoras do colegiado do Profletras – UFCG – Cajazeiras, por mediar a construção de saberes com tanta maestria.

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.

(João 1:1-3).

RESUMO

A construção de um pensamento crítico e a conquista da autonomia discursiva no 8° ano do Ensino Fundamental passam, necessariamente, pelo domínio consciente dos recursos que a própria língua oferece para orientar sentidos e sustentar posicionamentos. Diante da dificuldade que muitos estudantes enfrentam para articular esses recursos em discursos consistentes, o foco desta investigação recai sobre o funcionamento do item linguístico *mas* em crônicas políticas, resultando na proposta de um recurso educacional que transforma o estudo gramatical em uma estratégia real de leitura e intervenção social. Para fundamentar tal percurso, buscou-se sistematizar a interface entre argumentação, crônica política e ensino; analisar o funcionamento semântico-discursivo do operador masPA e da estrutura masSN como recursos orientadores de conclusões; e verificar as complexas relações de sentido estabelecidas entre os enunciados. O embate teórico ancora-se na Teoria da Argumentação na Língua (TAL) de Ducrot e colaboradores, integrando-se às perspectivas de Bakhtin e Marcuschi sobre gêneros discursivos e aos pressupostos da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. A trajetória metodológica, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, debruça-se, sob uma ótica descritivo-interpretativista, sobre um *corpus* constituído por sete crônicas políticas dos autores Fernando Gabeira, Antonio Prata, Rachel de Queiroz e outros locais como José Flávio Vieira e Jósio Araripe. Os achados indicam que o domínio consciente de operadores como o "mas" potencializa a agência do estudante, ao conferir-lhe meios estratégicos de desvelar intencionalidades e orientar sentidos. Como retorno social, a pesquisa se materializa no Caderno Didático-Pedagógico: *Vozes Enunciativo-Argumentativas*, dispositivo de intervenção discursiva que se inscreve como mediação para a prática docente na formação de jovens aptos a participar de modo mais crítico, ético e qualificado dos embates da esfera pública.

Palavras-Chave: Operadores argumentativos; Argumentação, Crônica; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The construction of critical thinking and the achievement of discursive autonomy in the 8th grade of Elementary School necessarily depend on the conscious mastery of the resources that the language itself offers to guide meanings and sustain positionings. Faced with the difficulty many students encounter in articulating these resources into consistent discourses, the focus of this investigation falls on the functioning of the linguistic item *mas* ("but") in political chronicles, resulting in the proposal of an educational resource that transforms grammatical study into a real strategy for reading and social intervention. To support this journey, the study sought to systematize the interface between argumentation, political chronicle, and teaching; analyze the technical functioning of the *masPA* operator and the *masSN* structure as conclusion-guiding resources; and verify the complex meaning relations established between utterances. The theoretical debate is anchored in the Theory of Argumentation in Language (TAL) by Ducrot and collaborators, integrating Bakhtin's and Marcuschi's perspectives on discursive genres and the premises of Paulo Freire's Pedagogy of Autonomy. The methodological trajectory, applied in nature and qualitative in approach, employs a descriptive-interpretative lens on a corpus consisting of seven political chronicles by authors such as Fernando Gabeira, Antonio Prata, Rachel de Queiroz, and local writers like José Flávio Vieira and Jósio Araripe. The findings indicate that the conscious mastery of operators such as 'but' enhances student agency by providing them with strategic means to unveil intentionalities and guide meanings. As a social contribution, the research is materialized in the Didactic-Pedagogical Notebook: Enunciative-Argumentative Voices, a discursive intervention device that serves as a mediation for teaching practice in the formation of young people capable of participating in a more critical, ethical, and qualified manner in the clashes of the public sphere.

Keywords: Argumentative operators; Argumentation; Chronicle; Elementary School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Operadores argumentativos e encadeamentos discursivos.....28
Quadro 2 – Demonstrativo de trabalhos encontrados na plataforma CAPES.....45
Quadro 3 – Demonstrativo de trabalhos encontrados no Google Acadêmico de 2020 a 2024.....46
Quadro 4 – Demonstrativo do corpus.....51
Quadro 5 – Síntese das discussões argumentativas e marcas de polifonia.....70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EF – Ensino Fundamental

LP – Língua Portuguesa

LT – Linguística Textual

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PROFLETRAS – Mestrado Profissional em Letras

TAL – Teoria da Argumentação na Língua

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
2 A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: FUNDAMENTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL) 19
2.1 DA ABSTRAÇÃO À REALIDADE: FRASE, ENUNCIADO, SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO 23
2.2 O PAPEL DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO 26
2.3 AS NUANCES DA CONTRAPOSIÇÃO: O FUNCIONAMENTO DE *masPA* E *masSN* 30
2.4 ARGUMENTAÇÃO E ENSINO 31
2.5 PRESSUPOSTOS FREIRIANOS: EDUCAÇÃO, AUTONOMIA E DIÁLOGO 33
3 PERCURSOS DOS GÊNEROS DISCURSIVOS: DA GENEALOGIA CLÁSSICA À MATERIALIDADE ÉTICA DA CRÔNICA POLÍTICA 35
3.1 A PERSPECTIVA BAKHTINIANA: O ENUNCIADO COMO ARENA DE DISCURSOS E RESISTÊNCIA 35
3.2 A ESFERA POLÍTICA E O CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA: DIÁLOGOS ENTRE BAKHTIN E A BNCC 36
3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL PARA O ENSINO DE GÊNEROS: O TEXTO COMO LUGAR DE ATUAÇÃO SOCIAL 38
3.4 INTERFACES ENTRE GÊNERO DISCURSIVO E GÊNERO TEXTUAL: PARA ALÉM DA ESTABILIDADE FORMAL 39
3.5 O GÊNERO DISCURSIVO CRÔNICA: A MATERIALIDADE ÉTICA E O AGIR POLÍTICO 40
3.5.1 A CRÔNICA DE VIÉS POLÍTICO NO 8º ANO: DA LEITURA DA PALAVRA AO AGIR RESPONSIVO DO EDUCANDO 40
3.6 ESTRATÉGIAS DE LEITURA E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: O CAMINHO PARA A AUTONOMIA DISCURSIVA 42
4 PERCURSO METODOLÓGICO 43
4.1 ESTADO DA ARTE: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE (2020–2024) 43
4.2 NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA 47

4.3 CONSTITUIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CORPUS: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CRÔNICAS POLÍTICAS 50
5 O "MAS" EM CENA: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVAS NAS CRÔNICAS POLÍTICAS E REFLEXÕES PARA A SALA DE AULA 53
5.1 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVAS NAS CRÔNICAS POLÍTICAS 53
5.2 REFLEXÕES PARA A SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 71
6 APRESENTAÇÃO DO CADERNO PEDAGÓGICO.....74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....79
REFERÊNCIAS 82
ANEXOS.....89
APÊNDICE A – CADERNO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO.....104

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do conhecimento humano vincula-se, intrinsecamente, às interações sociais, instâncias que confrontam o sujeito e o impulsionam à maturação intelectual. Nesse cenário, a linguagem — em sua pluralidade de manifestações — atua como o veículo fundamental para que esses encontros e embates dialógicos ganhem materialidade. Por essa razão, as investigações no campo de Linguagens e Letramentos revelam-se um desafio constante e vital, pois, ao fomentar o debate teórico, a pesquisa científica ressignifica a produção intelectual e culmina na construção de novos saberes transformadores.

Essa reconfiguração do saber torna-se plena quando se compreende que, longe de ser um sistema inerte, a língua pulsa conforme as intencionalidades e os projetos de dizer de quem a utiliza. Como via de acesso ao conhecimento, a linguagem funciona de forma estratégica, seja na modalidade oral — transmitida entre gerações — ou por meio do código escrito. Além disso, a linguagem agrega propriedades argumentativas intrínsecas, capazes de moldar e orientar o outro durante a interação. Visto que somos instigados a defender perspectivas perante a sociedade, a argumentação consolida-se como tema de extrema relevância no ensino de Língua Portuguesa (LP).

Neste enquadramento científico, a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida por Ducrot e colaboradores, rompe com a visão tradicional que relega a argumentação a fatores externos ao sistema linguístico. Para esta vertente, a língua não é um veículo neutro de informações, mas um sistema cujas escolhas lexicais e sintáticas possuem carga argumentativa capaz de orientar sentidos e conclusões. Logo, o ato de enunciar torna-se um engajamento discursivo que molda a percepção do interlocutor por meio de mecanismos presentes na própria estrutura da língua.

Articulando essa natureza estratégica ao contexto normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) prevê que o estudante desenvolva a aptidão de construir argumentos e opiniões de forma ética e pautada no respeito. Segundo o referido documento, a consciência sobre direitos humanos e sustentabilidade social deve nortear os aprendizes na formulação de argumentos baseados em informações fidedignas.

Dada a sua natureza transversal, tal competência conecta-se a todos os componentes curriculares, assumindo, todavia, uma função diferenciada na disciplina de Língua Portuguesa. Isso ocorre porque o objeto de estudo é a própria língua, meio pelo qual provocamos o interlocutor e conferimos subjetividade aos discursos. Nesse processo dialógico, emergem respostas que podem ser concordantes ou divergentes, de modo que a estruturação estratégica

dos enunciados contribui para legitimar ou refutar posicionamentos.

Integrado a essa estruturação, o conceito de polifonia revela que o discurso é habitado por múltiplas vozes que se confrontam ou se complementam. Ao mobilizar operadores argumentativos, o locutor não apenas expressa uma opinião individual, mas gerencia um embate de abordagens. Essa compreensão é primordial para que o ensino de LP ultrapasse a decodificação superficial e atinja a análise profunda do posicionamento crítico, revelando a dinâmica que se materializa nos gêneros discursivos.

Diante do compromisso ético de formar sujeitos capazes de intervir no discurso do outro, esta pesquisa fundamenta-se na premissa de que é essencial inserir o discente em situações favoráveis ao desenvolvimento da habilidade de produzir discursos coesos e argumentativos. Conforme aponta Abreu (2003), saber argumentar exige integrar-se ao universo do outro para obter cooperação. A partir desta premissa de alteridade, a argumentação é uma tarefa que exige competências tanto linguísticas quanto discursivas.

Alicerçada neste compromisso com a alteridade, a busca pela autoridade discursiva do estudante vincula-se à pedagogia de Paulo Freire, que compreende a educação como prática de liberdade e diálogo. O desenvolvimento da capacidade argumentativa funciona como um alicerce para que o jovem possa transitar da passividade para uma participação mais consciente na vida pública, qualificando-o, portanto, para o exercício do protagonismo cidadão. A autonomia, portanto, é uma conquista ética que permite ao sujeito ler o mundo de forma crítica e intervir conscientemente em sua realidade social.

Alinhada a esse propósito emancipatório, a observação das dificuldades enfrentadas por discentes no 8º ano do Ensino Fundamental (EF) em produzir discursos argumentativos intencionais despertou o interesse em realizar este estudo. Entre os recursos linguísticos disponíveis, elegeu-se o item “mas”. Embora a abordagem normativa tradicional cumpra o papel de sistematizar as estruturas formais da língua, compreende-se que, para além da classificação, esse operador se beneficia de uma perspectiva semântico-argumentativa. Dessa forma, oportuniza-se que o estudante tome consciência dos efeitos de sentido e da força de posicionamento que seu uso produz no discurso, complementando os saberes gramaticais já internalizados.

Para viabilizar a análise desse recurso linguístico em contextos reais de uso, a crônica foi eleita como o gênero mediador para o trabalho com a argumentação — analisada tanto em sua estrutura textual quanto em seu vigor enunciativo —, dada a sua presença recorrente nos currículos desse segmento escolar. Mais especificamente, o *corpus* delimitou-se à vertente de teor político, visto que esta abordagem amplia as fronteiras da reflexão sobre a cidadania ética

e o agir responsivo do educando, garantindo que o ensino ocorra em estrita sintonia com as competências gerais da BNCC (2018) voltadas ao exercício da criticidade e da responsabilidade pública.

Nesse encadeamento propositivo, a relevância desta investigação reside em preencher uma lacuna acadêmica ao sistematizar a argumentação atrelada ao gênero discursivo da crônica política para fins pedagógicos. Ao propor um material que subsidie o trabalho docente, este estudo oportuniza o entrelaçamento da análise funcional da língua e da realidade político-social, propiciando aos estudantes o desenvolvimento de competências para gerenciarem marcas linguísticas e negociarem significados com segurança.

Considerando que tal protagonismo depende da apropriação consciente de recursos que gerenciam vozes e sentidos no texto, a questão norteadora deste estudo é: Como a compreensão do funcionamento do operador argumentativo "mas", enquanto marca linguística, pode contribuir para desenvolver a argumentação e a autonomia discursiva no 8° ano do Ensino Fundamental?

Buscando responder a essa provocação central e para delinear o percurso analítico, partimos das seguintes hipóteses: supõe-se que o domínio do operador "mas" aprimora a contra-argumentação e a coerência; sua análise como marcador de polifonia pode fomentar o pensamento crítico; e com a abordagem semântico-discursiva, é possível resultar em escolhas linguísticas mais eficazes para a construção dos sentidos.

Alinhado a esse horizonte emancipatório, esta investigação assume como objetivo geral a proposição de um recurso educacional com atividades voltadas ao uso do item linguístico "mas" em crônicas políticas como estratégia semântico-argumentativa para o 8° ano. Os objetivos específicos incluem sistematizar a interface entre argumentação, crônica política e ensino voltada à autonomia discursiva do estudante; analisar o funcionamento do operador *masPA* e da estrutura *masSN* como recursos orientadores de conclusões; verificar as relações de sentido estabelecidas entre os enunciados a partir do item linguístico "mas" e elaborar um Caderno Didático-Pedagógico utilizando a crônica como gênero mediador.

No cerne desses objetivos, a distinção semântico-discursiva entre *masPA* (contraposição de argumentos) e *masSN* (retificação categórica) constitui o eixo central da investigação. Compreender essas particularidades é fundamental para estimular nos estudantes uma leitura consciente e uma produção escrita atenta aos efeitos de posicionamento discursivo.

Visando transpor essa compreensão teórica para o plano da investigação empírica, selecionamos sete crônicas de autoria de Fernando Gabeira, Antonio Prata, Rachel de Queiroz, José Flávio Vieira e Jósio Araripe para compor o *corpus* desta pesquisa. O percurso

metodológico é bibliográfico, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Toda a investigação ancora-se na Teoria da Argumentação na Língua (TAL) de Ducrot e colaboradores, integrando-se, ainda, aos estudos de Bakhtin e Marcuschi, além das contribuições de teóricos da crônica como Cândido, Moisés e Freire com a pedagogia.

Como materialidade desse agir responsivo, a investigação culmina na elaboração do Caderno Didático-Pedagógico, material que representa o retorno social desta pesquisa. O recurso foi concebido para integrar a Sequência Didática às Oficinas Pedagógicas, de modo a favorecer a transposição articulada dos conceitos teóricos no ensino e na aprendizagem. O propósito final é oferecer aos docentes um repertório de estratégias que valorize a consciência epilinguística e fomente a participação responsável dos jovens na vida pública.

Para sistematizar a trajetória científica que fundamenta e viabiliza essa proposta pedagógica, o presente trabalho está organizado em seis seções. A primeira compreende esta introdução, dedicada à contextualização da pesquisa e à delimitação de seus objetivos. A segunda detalha a fundamentação teórica baseada na TAL e nos pressupostos freirianos, enquanto a terceira seção estabelece os diálogos sobre gêneros discursivos, com foco na crônica política.

O desdobramento desta reflexão conduz ao Percurso Metodológico, na quarta seção, onde se delineiam o Estado da Arte e a amostragem que sustenta a análise. A quinta seção dedica-se à análise interpretativista das crônicas selecionadas, seguida pela sexta seção, que apresenta o recurso educacional intitulado Caderno Didático-pedagógico: *Vozes Enunciativo-Argumentativas*. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os achados e as contribuições deste estudo, além de sugerir investigações futuras.

2 SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: FUNDAMENTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL)

A língua possui recursos linguísticos extremamente relevantes para orientar e direcionar a argumentatividade e seus efeitos de sentido nos eventos interativos. Partindo do pressuposto de que as interações são permeadas de intencionalidade, concluímos que o ser humano interage de forma essencialmente argumentativa, ou seja, articula o uso da língua para deixar impressa a sua subjetividade por meio de marcadores disponíveis na própria língua, com o objetivo de conduzir o outro a determinada conclusão.

Ao considerar a língua como um sistema que projeta sentidos para além do informativo, o sujeito-locutor necessita se apoderar de mecanismos linguísticos e compreender índices de argumentação com poder de validar o enunciado e orientar o interlocutor a um dado comportamento. Uma vez que a língua dispõe de operadores que, dependendo da forma utilizada, podem gerenciar efeitos de sentido e provocar o outro a agir e reagir, estes operadores têm a função de estabelecer as relações semântico-discursivas, imprimindo subjetividades aos enunciados durante a interação.

Os estudos que versam sobre os processos interativos e a forma de conduzir a argumentação remontam à Grécia Antiga, considerando a perspectiva persuasiva apreciada por filósofos. Nesse contexto, a argumentação era compreendida como a arte de utilizar, com maestria, os vocábulos, de maneira que um orador eloquente era capaz de discursar e "encantar", levando os ouvintes à adesão ao conteúdo exposto.

Com o dinamismo do tempo que gera circunstâncias oportunas para moldar a sociedade, abre-se espaço para novas percepções e, a partir disso, os conhecimentos produzidos são ressignificados, ganhando novas configurações e filiações teóricas. Isso foi o que ocorreu com os estudos da linguagem, do seu uso e de seus aspectos, entre os quais, a argumentação, na qual ocorreram ramificações consideráveis que deram origem a diversos tipos de abordagens. Adentramos, a seguir, no universo da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), uma das abordagens sobre a língua e a argumentação.

Quando se aborda argumentação inscrita na língua, indubitavelmente, surgem os nomes de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, tendo em vista que são os maiores expoentes da teoria em pauta, com a colaboração de Marion Carel. Esses autores, filiados ao campo da Semântica Argumentativa, defendem a argumentação na perspectiva de orientações semânticas e rejeitam a concepção de argumentação pela vertente da discursivização ligada à tradição retórica, a qual visava à persuasão do auditório.

Vale salientar que a argumentação retórica, conforme defende Ducrot (2009, p. 20) é "a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa". Para tanto, o locutor deve apresentar razões lógicas capazes de fazer o ouvinte aceitar o que está sendo dito como verdade, ou seja, mobilizar estratégias discursivas para conquistar o outro a aderir à ideia apresentada. A TAL preconiza que a argumentação é intrínseca à própria língua, utilizando-se, portanto, de elementos com cargas argumentativas nela inscritos para orientar conclusões.

Essa mudança de paradigma implica que, ao postularem que a argumentação reside na estrutura interna da língua, Ducrot e seus colaboradores rompem com a tradição que relega o fenômeno argumentativo a fatores meramente externos ou retóricos. Nesse processo, a língua natural despoja-se de qualquer pretensão de neutralidade, visto que cada escolha linguística imprime uma carga argumentativa que marca pontos de vista e molda a compreensão do interlocutor; em outros termos, o discurso orienta para determinados significados e efeitos de sentido. A respeito do sentido de valor argumentativo da língua:

> A função primeira da língua (isto é, para ser honesto é, a função que me interessa) oferecer aos interlocutores um conjunto de modos de ações estereotipadas que lhes permitam representar e se impor mutuamente papéis: entre estes modos de ação convencionais, preexistentes a seu emprego pelos sujeitos falantes, eu situo as virtualidades argumentativas, constitutivas para mim de significação (Ducrot, 1987, p. 104).

De acordo com o autor, a função primordial da língua é proporcionar a interação e, para tanto, oferece recursos que permitem aos sujeitos interagirem discursivamente. Tais recursos possibilitam aos interlocutores durante o processo interativo representar e negociar papéis. . Dentro desta dinâmica de negociação, a linguagem possui uma plasticidade, ao admitir que o significado seja construído a partir da prática e direcionamento do uso linguístico em uma determinada situação. Essa configuração proporciona moldar percepções, orientar atitudes e legitimar posições durante o diálogo.

A partir desta reconfiguração conceitual, evidencia-se que, durante os eventos de enunciação, os enunciados não possuem valores apenas informativos, o que se distancia de abordagens tradicionais que viam a linguagem como meio de transmitir informações de forma objetiva, mas são argumentativos e permeados de subjetividades. Este entendimento já refuta também a condição de verdade ou falsidade relacionada ao sentido, tendo em vista que o enunciado sempre deixa marcas pessoais que não podem ser relativizadas em termo de verdade ou falsidade. Há outro distanciamento dos estudos tradicionais no que tange às três indicações de sentido no enunciado, a saber: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. Observemos a seguir:

> A teoria que proponho está destinada a opor-se à concepção tradicional de sentido. Geralmente, no sentido de um enunciado se distinguem três tipos de indicaçõesobjetivas, subjetivas e intersubjetivas. As indicações objetivas consistem em uma representação da realidade, as subjetivas indicam a atitude do locutor frente à realidade e as intersubjetivas se referem às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige (Ducrot, 1988, p. 49 traduçãp nossa[1]).

Com essa afirmação, Ducrot apresenta uma crítica à concepção tradicional de sentido na linguagem e sugere uma abordagem diferenciada para compreender a construção do sentido dentro de um enunciado. As indicações objetivas referem-se àquilo que representa, descreve fatos ou eventos no mundo, independentemente das emoções e intenções do locutor, ou seja, sem considerar as subjetividades e corresponde conforme essa concepção à denotação.

Nas indicações subjetivas, o enunciado difunde a atitude do locutor em relação à realidade que ele está expondo. Já nessa indicação, essencialmente, as emoções, as opiniões ou os sentimentos daquele que profere o enunciado ficam em evidência. Nesse caso, não há apenas uma descrição da realidade de forma neutra, mas o locutor utiliza a linguagem para manifestar como se sente ou pensa sobre o objeto do discurso.

As indicações intersubjetivas referem-se ao que o enunciado expressa sobre as relações sociais entre o locutor e os interlocutores. Desse modo, em vez de simplesmente descrever a realidade ou expor uma atitude subjetiva, essas indicações colocam em pauta o papel do locutor e a forma como ocorre a interação com aqueles a quem ele se dirige. Assim sendo, tais indicações envolvem as intenções, expectativas de resposta e o papel que o locutor assume em relação aos demais na situação de interação. Os aspectos subjetivos e intersubjetivos se referem à conotação. Para melhor elucidar essa compreensão, apresentamos um enunciado como exemplo a seguir:

(1) A noite é escura

No enunciado (1), há uma descrição de um fato da realidade que pode ser comprovado, uma vez que o termo "noite" está associado à ausência de claridade, sendo o contrário de "dia", que evoca luz; logo se trata de uma afirmação objetiva. O aspecto subjetivo que pode ser observado é que o locutor, ao fazer tal afirmação, esteja explicitando a sua preferência pelo dia (não gosto de escuro, prefiro a luz), como também o oposto (é melhor sair à noite porque é escura), ou seja, manifesta opiniões pessoais, por isso, subjetivas. A indicação intersubjetiva

acontece porque não apenas expressa um fato, mas envolve uma situação de interação em que o locutor pode estar afirmando para o interlocutor a preferência por determinado tempo para sair de casa.

Como decorrência desta articulação de instâncias, entende-se que os sentidos distintos de um mesmo enunciado dependem do direcionamento discursivo dado à continuação da interação, pois serão as orientações argumentativas que determinarão quais sequências conclusivas são possíveis ou não. É nessa ótica que a TAL considera o sentido como sendo argumentativo e se opõe à concepção tradicional de sentido, refutando a ideia da língua ser objetiva e descrever a realidade. Nesse viés, consideram-se constitutivos de sentido apenas os aspectos subjetivo e intersubjetivo, que, quando integrados, podem configurar o valor argumentativo do enunciado.

Dessa organização em cadeia decorre que a argumentação se vincula ao encadeamento de proposições conectadas por itens linguísticos que possuem funções coesivas e são carregados de sentidos que conduzem a determinadas conclusões. Portanto, os elementos linguísticos são dotados de valores argumentativos e são imprescindíveis para estabelecer as relações semânticas e as orientações argumentativas. Consoante a esse sentido, vejamos:

> A ideia de base é que, num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C (Ducrot, 2009, p. 22).

A orientação se efetiva pelas escolhas lexicais e sintáticas que, dependendo da forma como são usadas, podem sugestionar ao interlocutor a produção de sentidos pré-definidos conforme as intenções do locutor. Nesse âmbito, a argumentação não se efetua por meio do encadeamento de proposições lógicas, mas envolve o manejo com os sentidos que determinados itens linguísticos podem adquirir conforme o desenvolvimento da interação, com o objetivo de controlar a situação interativa e os impactos que os enunciados terão sobre o interlocutor. Observemos o exemplo a seguir, considerando implicitamente a presença de *A donc* (portanto) ligando A e C:

(A) Você come muito doce, (C) considere a possibilidade de adoecer.

Nesta configuração de encadeamento, A poderia ser chamado de argumento, o que

justificaria C, tornando-o mais aceitável devido ao encadeamento de A. O que propõe a conclusão de um argumento não é a consequência lógica de uma premissa, ou argumento A, mas o próprio segmento final C que completa o sentido da premissa A. A partir deste desdobramento enunciativo, a conclusão não é algo que apenas segue a premissa de maneira lógica, mas uma construção que redefine e amplifica o sentido pela orientação argumentativa. Portanto, o que viabiliza a conclusão não é simplesmente decorrência da lógica, mas um direcionamento de sentidos por meio do material linguístico.

Diante desta ruptura com a tradição logocêntrica, percebe-se por que Ducrot refuta a argumentação por meio da ideia de *logos,* razão, ou seja, a tentativa de chegar à verdade por meio do raciocínio lógico. Por outro lado, o autor defende que é por meio dos encadeamentos linguísticos que a argumentação é respaldada e orienta conclusões. A esse respeito, Anscombre e Ducrot (1976, p. 14-15, tradução nossa) afirmam ser "[…] traço *constitutivo* de muitos enunciados que não se pode empregá-los sem pretender orientar o interlocutor a um certo tipo de conclusão".[2]

Essa abordagem rompe com uma visão tradicional de linguagem e destaca a natureza estratégica dos enunciados, na qual o locutor pode direcionar a compreensão do outro, guiando-o para um tipo específico de entendimento. A partir disso, compreende-se que a língua precisa ser tomada dentro do contexto situacional no qual está sendo usada com os sujeitos e interesses argumentativos envolvidos no evento interativo. A partir disso, com o objetivo de compreender melhor o funcionamento da TAL, discutiremos na seção seguinte alguns conceitos relevantes.

2.1 DA ABSTRAÇÃO À REALIDADE: FRASE, ENUNCIADO, SIGNIFICAÇÃO E SENTIDO

Ducrot, embora tenha desenvolvido com seus colaboradores uma semântica própria, mantém relações com o estruturalismo de Ferdinand de Saussure ao conceber a língua como um sistema de signos que, uma vez organizados, produzem sentidos. No entanto, ele apresenta uma proposta diferenciada: enquanto o estruturalismo se concentra em descrever a estrutura do sistema linguístico, Ducrot percebe a língua como um sistema de possibilidades para argumentar e orientar conclusões. Portanto, ele se apropria de alguns conceitos basilares dessa vertente, mas os posiciona sob outra perspectiva.

A partir deste deslocamento epistemológico, a relação entre língua e fala apresentada por Saussure no *Curso de Linguística Geral* é operacionalizada por Ducrot por meio da inter-relação entre o sistema abstrato e a manifestação desse sistema. Ele concebe o fato enunciativo

como uma interdependência entre essas duas instâncias (Silva, 2012). A partir dessa operacionalização, surgem conceitos fundamentais como frase e enunciado, além de significação e sentido. Conforme aponta Nascimento (2005), os conceitos de frase e de enunciado não se confundem nessa teoria: a frase é vista como uma entidade linguística abstrata e inobservável, enquanto o enunciado é a sua manifestação concreta e observável em um fragmento do discurso.

Em face desta dicotomia, a frase é um signo e uma composição teórica constituída por material linguístico, mas sem materialidade real. Já o enunciado, por sua vez, é a efetivação da frase; ou seja, se a frase é abstrata, o enunciado é concreto e real. Por exemplo, a construção "A literatura é deleite para a alma" é uma frase aceitável na língua portuguesa, todavia não é observável por precisar de materialidade real. No entanto, a partir do momento em que um locutor a profere em um discurso — como em uma palestra sobre literatura em um seminário acadêmico —, ela se torna um enunciado observável, permeado de intenção e subjetividade.

Alicerçada nesta dicotomia, Barbosa (2015) afirma que, na Teoria da Argumentação na Língua (TAL), a frase pertence ao campo do abstrato e o enunciado ao campo do observável. Convém salientar que uma língua pode ser definida como um conjunto de frases, o que leva à compreensão de que as línguas são descritas a partir da descrição de suas frases. Barbosa (2015) sintetiza, assim, um aspecto crucial da TAL: a frase é uma construção teórica do sistema linguístico sem realização material, a qual só ocorre com a língua em uso. Destituída de condições reais de interação, a frase é uma unidade sem contextualização prática.

O enunciado, em contrapartida, é a realização da frase em um contexto sociointerativo; isto é, a língua em uso manifestada em uma situação real. Conclui-se que é no enunciado que o locutor imprime suas intenções e promove efeitos de sentido direcionados ao interlocutor, sugerindo conclusões específicas. Portanto, a prática linguística se efetiva por meio dos enunciados.

A perspectiva de Barbosa (2015) de que a língua pode ser descrita como um conjunto de frases reforça a ideia de um sistema estruturado e organizado em torno de unidades abstratas. Logo, cada frase é essencial para a construção da estrutura linguística. Ao afirmar que a descrição da língua depende da descrição de suas frases, entende-se que, para analisar o sistema, é preciso compreender suas partes fundamentais. Contudo, os enunciados explicitam nuances que a análise isolada das frases não capta. Tendo em vista que o estudo do abstrato (frase) e do concreto (enunciado) permite desvendar mecanismos linguísticos e processos sociointerativos, uma abordagem abrangente da linguagem exige considerar ambas as instâncias.

Esses conceitos são fundamentais para compreender o funcionamento da linguagem

pautado na argumentação, em que as frases dão forma à estrutura do discurso e os enunciados efetivam a prática. Tal dualidade permite que a língua seja, simultaneamente, sistemática e dinâmica, adequando-se tanto às regras quanto às necessidades de interação social.

Além de frase e enunciado, convém compreender a enunciação que, conforme Ducrot (1987b), seria o "acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado". O semanticista concebe a enunciação como um fato que constitui a manifestação de um enunciado em tempo e espaço definidos, afastando-se da ideia de enunciação apenas como um ato físico. Segundo Barbisan (2006), para Ducrot, a enunciação tem função puramente semântica, sem implicações fisiológicas ou psicológicas.

Sobre os valores semânticos:

> O enunciado é a realidade empírica, observável, e a frase é a entidade teórica, linguística, construída pelo linguista. [...] Lembro que chamo de sentido o valor semântico do enunciado e de significação o valor semântico da frase (Ducrot, 1988, p. 65, tradução nossa[3]).

Ducrot apresenta, portanto, uma distinção entre o sentido (valor do enunciado) e a significação (valor da frase). O sentido refere-se à prática linguística em uma situação específica e é um conceito dinâmico, pois depende do evento de interação, das condições de enunciação e das subjetividades do locutor, como suas intenções e pontos de vista. O sentido está atrelado ao uso real da língua, refletindo a realidade observável e suas nuances.

Já a significação diz respeito ao valor semântico da frase, que é atribuído à unidade linguística em nível mais abstrato e sistemático. Dessa forma, a significação não depende de um contexto empírico particular, mas das propriedades formais da frase dentro do sistema linguístico. Portanto, conclui-se que a significação se refere ao significado, que pode ser percebido por meio de uma organização de palavras conforme as regras sintáticas independentemente de estar inserida ou não em uma situação concreta da língua em uso, ou seja, valor semântico em abstração.

Para exemplificar, observemos a frase: "O tempo está quente". Enquanto frase, ela possui significação básica de temperatura elevada. No entanto, como enunciado, seu sentido varia conforme o contexto: pode ser uma recusa a um convite, uma sugestão para ligar o ar-condicionado ou apenas um pretexto para iniciar uma conversa. Todos esses sentidos só são possíveis porque existe uma significação básica na frase. Como ressalta Barbosa (2015), o sentido do enunciado está ligado diretamente à significação da frase, que orienta o interlocutor a uma conclusão no discurso.

A partir desta dinâmica enunciativa, o sentido manifesta-se a partir da significação (compreensão da forma linguística) e a transcende quando o locutor enuncia em um contexto particular para conduzir o interlocutor a uma orientação conclusiva. Esse processo ultrapassa a simples decodificação, entrelaçando significação e sentido. Em síntese, o sentido do enunciado é condicionado à orientação conclusiva; embora a significação seja essencial, ela não é suficiente para produzi-lo. A significação existe *a priori*, mas o sentido dependerá do contexto e da situação de enunciação, onde as subjetividades do locutor visam promover determinadas orientações e negar outras.

2.2 O PAPEL DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA ORIENTAÇÃO DO DISCURSO

Conforme explicitado em seções anteriores, a língua possui uma funcionalidade argumentativa e, para tanto, vale-se de elementos intrínsecos a si mesma, objetivando validar tal função. Nessa dimensão, encontram-se os operadores, que podem ser tratados — dependendo da vertente analítica — como articuladores, conectivos, conjunções ou partículas denotativas, entre outros termos da gramática normativa. Esses recursos linguísticos desempenham papéis fundamentais para orientar a argumentação dentro da TAL, permitindo concluir, enfatizar, suavizar ou até modificar completamente o sentido do discurso, conforme o direcionamento semântico-argumentativo pretendido.

Levando em consideração que esta pesquisa se inscreve em um mestrado profissional, é válido criticar o ensino básico que, muitas vezes, aborda esses marcadores apenas dentro das dez classes gramaticais. Assim, realiza-se um estudo superficial com foco estritamente metalinguístico, deixando à margem a reflexão que tais termos suscitam. Mais do que funções coordenativas ou subordinativas, esses elementos possuem, primordialmente, a função de assinalar posicionamentos e orientar interpretações, podendo também refutar outras perspectivas. Ou seja, o ensino na concepção epilinguística é, por vezes, negligenciado. Corroborando a crítica tecida Guimarães (2002, p. 75) pontua:

> [...] nas gramáticas escolares, chamar uma oração coordenada ou subordinada, como chamar um conjunto de coordenativa ou subordinativa, é só uma descrição, e isto porque tais gramáticas não distinguem o nível da observação dos fatos do nível explicativo.

A partir desta limitação explicativa, a escola restringe-se a mediar um ensino pautado

somente em categorias gramaticais e funções sintáticas, como se fossem naturais e evidentes, sem questionar os princípios subjacentes a tais classificações. Dentro deste viés, privilegiam-se atividades metalinguísticas com um entendimento rígido e descontextualizado das orações e, consequentemente, dos enunciados, sem oferecer uma reflexão aprofundada sobre suas funções e inter-relações no discurso.

Em contraste, devem-se considerar os estudos teóricos semânticos e privilegiar a observação linguística e a investigação dos modos pelos quais determinadas estruturas funcionam dentro de um enunciado, relacionando-as a significados e efeitos produzidos na língua em uso. À luz do enfoque semântico, a função de um operador nunca é ser somente um conector de orações com valor classificatório (elemento coesivo). Trata-se, ao contrário, de um elemento necessário para a coerência textual e discursiva, visto que seu uso indevido pode comprometer substancialmente a compreensão do texto. Logo, o operador argumentativo possui relevância singular como marca linguística, ultrapassando a dimensão compreensiva para atingir o processo interpretativo da construção discursiva.

Diferentemente da abordagem tradicional, a TAL preconiza que esses termos exercem uma função significativa ao elucidar como interesses, intenções e subjetividades são orientados para certas conclusões. Por isso, são denominados operadores argumentativos. Koch e Elias (2017) afirmam que eles permitem orientar enunciados para determinadas conclusões, comprovando que a argumentatividade está inscrita na própria língua.

Os operadores evidenciam estratégias para conduzir o interlocutor a aderir a certos pontos de vista. Vale ressaltar que abrangem várias classes gramaticais (preposições, advérbios, pronomes), embora as conjunções se destaquem. Ducrot (1981a) afirma que muitos atos da enunciação objetivam levar o destinatário a uma conclusão, e essa função possui marcas na própria estrutura do enunciado através de diversos morfemas ou expressões.

Esse caráter argumentativo é fundamental em contextos políticos, publicitários ou acadêmicos, onde o objetivo é levar o outro a uma posição ou ação específica. A análise da estrutura linguística permite identificar estratégias como o apelo à emoção, à razão ou à autoridade. Portanto, a construção linguística pode conter elementos, como os morfemas em “infeliz” ou “felizmente”, que imprimem carga valorativa ao enunciado. Entende-se que um simples morfema, bem como escolhas lexicais, pode moldar a percepção e a compreensão, levando o interlocutor a alinhar a interpretação conforme a direção apontada pelo locutor.

Ducrot (1989) destaca três critérios para considerar um morfema X como operador argumentativo em relação a uma frase P: 1) deve ser possível construir, a partir de P, uma frase P’ (que se pode construir como P’=P+X), seja por adição ou substituição; 2) em uma situação

discursiva, P e P’ devem ter valores argumentativos nitidamente diferentes; 3) essa diferença não deve derivar de uma mudança factual nas informações fornecidas. Conforme o autor, a introdução de certos elementos pode reconfigurar a dinâmica argumentativa. Isso sugere que o significado da frase pode mudar devido à presença do operador, variando os argumentos possíveis a partir dela.

Koch e Elias utilizam as noções de "classe argumentativa" (enunciados que funcionam como argumentos equivalentes para os mesmos efeitos conclusivos) e "escala argumentativa" (organização hierárquica de enunciados em sequência de intensidade para uma mesma conclusão). Como exemplo de classe argumentativa: “Dra. Rosana é uma excelente neurocientista. (Conclusão r)”; Argumento 1 - Possui dois pós-doutorados na área de neurociência; Argumento 2 – Possui atuação na área de formação há 18 anos; Argumento 3 – Possui vários trabalhos de pesquisa publicados em sua área. Esses três argumentos possuem a mesma carga argumentativa.

Agora, um exemplo de escala argumentativa: “A inauguração da loja foi muito prestigiada. (conclusão r)”, Argumento 1 – Compareceu a vila em peso; Argumento 2 – Compareceram até pessoas de outras vilas; 3 – Compareceu, inclusive, o presidente da CDL. Nesse caso, os operadores “até” e “inclusive” expressam um peso gradativo que vai do primeiro ao terceiro argumento, todos indicando uma única direção conclusiva, isto é, que “a inauguração da loja foi muito prestigiada.

Conclui-se que os operadores estabelecem uma gradação na força dos argumentos sem desqualificar os mais fracos, pois todos contribuem para uma perspectiva. Eles podem ser explícitos ou implícitos, mantendo a força argumentativa desde que haja um encadeamento. Apresentamos a seguir um quadro com os principais operadores argumentativos e os encadeamentos discursivos postulados por Koch (2006).

Quadro 1 – Operadores argumentativos e encadeamentos discursivos

ENCADEAMENTOS DISCURSIVOS	OPERADORES
Operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala que direciona para determinada conclusão:	até, mesmo, até mesmo, inclusive.
Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão:	e, também, ainda, não só...mas também.

Operadores que introduzem uma conclusão relacionada a argumentos apresentados em enunciados anteriormente:	portanto, logo, pois, por conseguinte, em decorrência, consequentemente, entre outros.
Operadores que permitem introduzir argumentos alternativos e levam a conclusões opostas ou diferentes:	ou, ou então, quer...quer, seja, entre outros.
Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando atingir determinada conclusão:	mais que, menos que, tão, como, entre outros.
Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relacionada ao enunciador anterior:	porque, que, já que, pois, entre outros.
Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias:	mas (porém, todavia, entre outros), embora (se bem que, ainda que, posto que, apesar de (que), entre outros).
Operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos:	já, ainda, agora, entre outros.
Operadores que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e outro, numa escala orientada para a negação total.	tudo, todos (afirmação), nada, nenhum (negação).

Fonte: (Koch, 2006, p. 30-38).

Diante desta sistematização funcional, observa-se a relevância dos operadores na construção textual e na produção de efeitos discursivos. Sendo recursos da linguagem, influenciam a articulação textual; a escolha de termos como “mas”, “portanto” ou “ainda que” estabelece níveis de força argumentativa e relações específicas entre enunciados. Isso torna o discurso mais estratégico ao gerenciar o impacto desejado no outro. Além disso, esses elementos orientam a interpretação do interlocutor e contribuem para a coerência do texto, favorecendo a construção de sentidos. A partir deste enquadramento, os operadores argumentativos desempenham papel fundamental na organização do discurso e no

fortalecimento da argumentação em diferentes contextos comunicativos.

Se os operadores são essenciais nos gêneros orais, tornam-se ainda mais imprescindíveis nos discursos escritos. Nestes, é primordial que o escritor disponha de conhecimentos linguísticos para articular os mecanismos da língua de forma coesa, coerente e capaz de imprimir subjetividades. A organização inadequada dos argumentos pode levar o leitor a discordar da tese e desconsiderar todo o texto. Na sequência, enfatizamos os operadores do grupo *masPA* e a sua diferenciação do *masSN*.

2.3 AS NUANCES DA CONTRAPOSIÇÃO: O FUNCIONAMENTO DE *masPA* E *masSN*

As estratégias semântico-discursivas de construção de argumentos permitem que o locutor apresente novas perspectivas como alternativas a ideias previamente enunciadas, utilizando operadores de contraposição para redirecionar sentidos e interpretações. Tais operadores são fundamentais em eventos sociointerativos que exigem argumentação, especialmente para reforçar uma tese por meio da negação — parcial ou total — de outra ideia. Historicamente, o “mas” em língua portuguesa evoluiu do advérbio latino *magis*, consolidando-se em duas formas com funções distintas: o *masPA* e o *masSN*.

O operador *masPA* é considerado por Ducrot o operador por excelência em termos de valor argumentativo. Seu funcionamento transcende a lógica gramatical tradicional: na estrutura "A mas B", o enunciado A sugere uma conclusão (*r*), mas o operador interrompe essa tendência, apresentando em B um argumento que conduz a uma conclusão oposta (*não-r*).

Nesta arena polifônica, o *masPA* atua como um ativador de polifonia, marcando a presença de múltiplos pontos de vista e vozes em embate dentro do discurso. Por exemplo, ao dizer "Os políticos são desonestos, mas há ainda aqueles que não se corromperam", o locutor evoca uma generalização social (de que não haveria políticos honestos) para, em seguida, introduzir um contraponto que relativiza o dito anterior.

Embora a teoria original de Ducrot focasse na negação total, as pesquisas contemporâneas de Nascimento e Silva (2011) e Silva (2015) expandiram esse entendimento ao introduzir o conceito de rechaço parcial. Nesse caso, o segundo argumento não anula o primeiro, mas oferece uma perspectiva de complementaridade e continuidade, onde o primeiro argumento permanece válido, porém insuficiente para a conclusão pretendida. Portanto, o *masPA* revela que o locutor não é neutro, permitindo-lhe identificar-se, rechaçar ou ponderar pontos de vista de forma estratégica.

Por outro lado, o operador *masSN* — que se assemelha ao "*sino*" em espanhol e ao

"*sondern*" em alemão — foi inicialmente descrito por Ducrot e Vogt (1980) como um elemento apenas retificador, sem caráter argumentativo próprio. Essa visão clássica foi questionada por autores como Martorelli (2005) e Silva (2010), que defendem a aplicação da Teoria Polifônica da Enunciação também ao *masSN*. Para esses pesquisadores, o *masSN* possui, sim, um viés argumentativo ao evidenciar a predominância de um ponto de vista específico, especialmente quando opõe campos semânticos que direcionam o interlocutor a uma conclusão forte.

Portanto, a distinção entre *masPA* e *masSN* é essencial à compreensão de como o "mas" constrói a argumentatividade e produz efeitos de sentido que transcendem a mera coordenação de orações. Esse potencial será amplamente explorado na seção das análises do *corpus*. No ensino de Língua Portuguesa, apropriar-se dessas particularidades teóricas é fundamental para estimular nos alunos a análise crítica, a leitura consciente e uma produção escrita atenta aos efeitos de sentido que esses operadores permitem no discurso.

2.4 ARGUMENTAÇÃO E ENSINO

A argumentação configura-se como eixo estruturante do ensino de Língua Portuguesa voltado à formação crítica, pois permite ao sujeito compreender, questionar e intervir nos discursos que circulam socialmente. A interação é inerente à vida em sociedade, envolvendo os indivíduos em acontecimentos discursivos que exigem perspicácia para agir de modo construtivo e resolver conflitos de forma assertiva. Nesse movimento, argumentar deixa de ocupar posição secundária e passa a assumir função decisiva no desenvolvimento integral do indivíduo. Sob a ótica de Paulo Freire (1989), esse processo ultrapassa o domínio mecanicista, constituindo-se como uma "leitura do mundo", anterior e ampliadora da "leitura da palavra".

Essa compreensão exige que o ensino de Língua Portuguesa ultrapasse uma visão reducionista da gramática como fim em si mesma. Conforme Antunes (2003), a prática pedagógica deve ancorar-se no texto como unidade de sentido, deslocando o foco das classificações para os usos efetivos da língua em situações concretas. Sob esse prisma interpretativo, a abordagem dos operadores argumentativos transcende o exercício classificatório e passa a assumir o estatuto de investigação sobre o funcionamento da linguagem enquanto mecanismo de orientação de sentidos.

Tal redirecionamento implica rever a lógica escolar tradicional, historicamente marcada pela autoridade docente como instância legitimadora da verdade. Em contraste com esse modelo, adota-se uma concepção dialógica de ensino, na qual o conhecimento se constrói por meio da interação. Esse deslocamento decorre do reconhecimento de que a língua não opera

como um sistema neutro, mas como uma prática atravessada por forças argumentativas. Por isso, todo enunciado mobiliza valores, projeta posicionamentos e direciona a produção de sentidos.

Considerando que todo ato de linguagem envolve um locutor que busca guiar interpretações e incidir sobre tomadas de posição, o ensino precisa superar o modelo de "educação bancária", caracterizado pela assimilação passiva de informações. Em seu lugar, propõe-se a constituição de um espaço de autonomia discursiva, no qual o aluno atua como sujeito cognoscente, capaz de analisar criticamente as estratégias de construção de sentido e de posicionar-se de maneira fundamentada.

A exigência formativa torna-se ainda mais evidente em um cenário contemporâneo marcado pela pós-verdade — fenômeno em que crenças e emoções tendem a sobrepor-se a fatos verificáveis — e pelo efeito bolha, entendido como a condição em que o indivíduo passa a ter contato recorrente com conteúdos que confirmam suas próprias convicções. Esse estreitamento do horizonte informacional limita o acesso a visões divergentes, reduz o confronto crítico de ideias e compromete a construção de posicionamentos mais consistentes.

Diante desse quadro, a leitura assume caráter ativo e reflexivo, exigindo do sujeito a capacidade de monitorar sua compreensão, avaliar argumentos e identificar posicionamentos implícitos. Em consonância com Solé (1998), compreender um texto envolve mobilizar estratégias que ultrapassam a decodificação, contemplando a construção de sentidos a partir da relação entre leitor, texto e contexto. Trata-se de um processo no qual o sujeito não apenas apreende informações, mas as problematiza, reconhecendo a orientação argumentativa que sustenta o discurso.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa diretriz ao estabelecer a argumentação como competência geral a ser desenvolvida de forma ética e fundamentada em dados confiáveis. Desse modo, o ensino de Língua Portuguesa assume o compromisso de instrumentalizar o estudante para atuar em interações sociais complexas, nas quais se faz necessário não apenas compreender, mas também avaliar e produzir discursos consistentes.

A linguagem revela-se, nesse cenário, como espaço de disputa simbólica, em que diferentes vozes entram em confronto pela hegemonia de sentidos. Nem sempre as intenções discursivas se manifestam de forma explícita, podendo operar em níveis implícitos que exigem do interlocutor uma postura analítica e vigilante. A ausência dessa competência amplia a vulnerabilidade à manipulação, sobretudo em ambientes marcados pela circulação acelerada de informações.

Frente a esse desafio, o ensino deve tornar visíveis os mecanismos que estruturam os

discursos, permitindo ao estudante reconhecer como determinadas escolhas linguísticas orientam interpretações e produzem efeitos de sentido. Esse movimento contribui para a formação de um sujeito capaz não apenas de interpretar o mundo, mas também de posicionar-se criticamente diante dele. Além disso, fortalece a capacidade de análise e reflexão dos estudantes. Assim sendo, promove uma participação mais consciente nas diferentes práticas sociais e discursivas.

Neste amálgama ético-linguístico, a articulação entre os pressupostos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) e uma abordagem crítica de ensino permite compreender a língua como um sistema dinâmico de forças em permanente disputa. Dentro desta configuração, o domínio dos operadores argumentativos deixa de configurar-se como conteúdo meramente formal e passa a constituir meio de intervenção essencial para o protagonismo discursivo do estudante, consolidando sua atuação crítica na sociedade. Essa convergência entre análise linguística e formação cidadã será aprofundada na seção seguinte.

2.5 PRESSUPOSTOS FREIRIANOS: EDUCAÇÃO, AUTONOMIA E DIÁLOGO

A fundamentação teórica de uma pesquisa voltada ao ensino de Língua Portuguesa exige, para além da precisão linguística, um compromisso ético com a formação humana. Se, conforme postula a TAL, a língua é inerentemente argumentativa e as escolhas lexicais não são neutras, o ato educativo também se despe de qualquer pretensão de isenção. À luz dessa concepção, a pedagogia de Paulo Freire (1989) apresenta-se como o suporte político necessário para converter a análise semântica-discursiva dos operadores de contraposição em um exercício de intervenção social e conscientização crítica.

O ponto de alinhamento entre a Semântica Argumentativa e a Pedagogia da Autonomia reside na concepção de sujeito. Para Freire, ensinar não consiste na transferência de conhecimentos — prática denominada "educação bancária" —, mas na criação de possibilidades para a sua própria produção ou construção. Sob esse prisma, o estudante do 8º ano deixa de ser um receptor passivo de classificações gramaticais para assumir a posição de sujeito cognoscente, capaz de desvelar as intenções e as relações de poder que subjazem aos discursos. A argumentação, portanto, deixa de ser vista meramente como uma habilidade discursiva e passa a ser compreendida como uma "prática de liberdade", indispensável para que o educando se insira na história como autor, e não como simples espectador.

Essa transição da passividade para o protagonismo exige o que Freire denomina "leitura do mundo", processo que precede e amplia a "leitura da palavra". No contexto desta pesquisa,

a crônica política serve como o objeto mediador que permite ao aluno confrontar o texto com o seu contexto sócio-histórico. Ao analisar o funcionamento do operador “mas”, o estudante não apenas decodifica um conectivo, mas aprende a orquestrar vozes e a retificar posicionamentos, desenvolvendo uma autonomia discursiva que contribui significativamente para o amadurecimento de sua consciência cidadã; nesse processo, uma vez que a palavra se afirma como prática de resistência ética.

Nesta convergência epistemológica, a articulação entre os postulados de Ducrot e Freire materializa-se no conceito de dialogicidade. O diálogo freiriano não é um simples intercâmbio de informações, mas um encontro de sujeitos para a pronúncia do mundo. Ao dominar os mecanismos de enunciação e a força escalar dos argumentos, o aluno potencializa sua fala para participar de espaços sociais permeados de conflitos e contradições. Essa autonomia crítica, portanto, requer a apropriação de formas de dizer historicamente situadas, as quais se realizam nas esferas de atividade humana por meio de gêneros específicos que dão materialidade ao ato responsivo.

3 PERCURSOS DOS GÊNEROS DISCURSIVOS: DA GENEALOGIA CLÁSSICA À MATERIALIDADE ÉTICA DA CRÔNICA POLÍTICA

A compreensão de que a linguagem é primordial para processos sociointerativos eficazes exige investigar como ela se efetiva na vida social. Eventos interativos não ocorrem por meio de palavras ou frases isoladas, mas sim por meio dos gêneros, que organizam o material linguístico para que os propósitos comunicativos sejam cumpridos. Historicamente, a preocupação com os gêneros remonta a Platão e Aristóteles, que identificaram categorias retóricas (judiciário, deliberativo e epidítico) e literárias como formas de organizar o uso da palavra em prol do convencimento ou da estética. Contudo, nesta investigação, os gêneros transcendem a mera classificação formal para se tornarem práticas de autonomia e intervenção discursiva.

3.1 A PERSPECTIVA BAKHTINIANA: O ENUNCIADO COMO ARENA DE DISCURSOS E RESISTÊNCIA

Na perspectiva bakhtiniana, a língua integra-se na vida por meio de enunciados concretos e únicos, que refletem as condições e finalidades de cada esfera da atividade humana (BAKHTIN, 2003). Sob esse prisma, o estudo dos gêneros discursivos ultrapassa a mera classificação formal para se constituir como a investigação das formas linguísticas em uso. É nessa arena de enunciados que a crônica de viés político se projeta, oferecendo a materialidade discursiva necessária para que o estudante exercite seu posicionamento crítico e sua responsabilidade ética perante o dizer do outro.

Ao eleger a esfera política como campo de investigação, este estudo assume que os gêneros que nela circulam são dotados de uma forte implicação ética. Neles, a "estabilidade relativa" mencionada por Bakhtin não deve ser vista como uma estrutura rígida formal, mas sim como o suporte necessário para o exercício do ato responsivo.

Nesta moldura ética, é justamente na maleabilidade dos gêneros — em seu conteúdo temático, estilo e construção composicional — que reside a margem para a autonomia do estudante. Compreender o funcionamento do "mas" em crônicas políticas permite que o jovem do 8º ano identifique como essa estabilidade serve de base para a inserção de sua própria marca de resistência, capacitando-o a desconstruir discursos hegemônicos e consolidar seu protagonismo social.

Nesta investigação, o conceito de dialogismo é central para a análise do operador de

contraposição. O "mas" e todos os outros operadores que compõe o grupo masPA (porém, contudo, entretanto, todavia…) é o ponto de encontro onde o locutor-cronista confronta vozes dissonantes — sejam elas do senso comum, da lei ou do poder instituído — e exerce seu posicionamento crítico. Bakhtin (2003) assevera que o texto se constitui no encontro entre sujeitos; nesse sentido, o domínio da força escalar do "mas" possibilita ao aluno reposicionar-se nesse espaço interacional, de modo que tal encontro deixe de se inscrever na lógica da submissão e passe a configurar-se como exercício de engajamento discursivo. Consequentemente, o estudo do funcionamento linguístico realiza plenamente sua finalidade ao converter-se em estratégia de intervenção social, em consonância com a ética freiriana de libertação.

Compreender que o enunciado bakhtiniano ganha vida em esferas de atividade humana específicas exige que lancemos um olhar mais atento sobre o território onde os discursos de opinião circulam com maior vigor: o campo político. No contexto educacional brasileiro contemporâneo, essa esfera é institucionalizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sob a denominação de “campo de atuação na vida pública”.

Sob a égide desse compromisso cívico, trata-se de um espaço em que a palavra assume sua função cívica e reivindicatória, tornando-se o laboratório ideal para o exercício do ato responsivo e do protagonismo juvenil. Nesse encadeamento analítico, a seção a seguir aprofunda os diálogos entre a filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin e as competências normativas da BNCC, fundamentando porque o domínio do operador “mas” é uma exigência estratégica para a formação de sujeitos aptos a intervir criticamente na realidade social.

3.2 A ESFERA POLÍTICA E O CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA: DIÁLOGOS ENTRE BAKHTIN E A BNCC

A compreensão do enunciado como unidade real da comunicação verbal exige que se considere o território em que ele emerge e circula. Para Bakhtin (2003), a atividade humana organiza-se em esferas de comunicação, cada qual com suas próprias exigências temáticas, estilísticas e composicionais. Dentre estas, a esfera política destaca-se como uma arena de lutas por excelência, em que os discursos não buscam apenas a transmissão de informações, mas a adesão, o confronto ou a resistência ativa frente ao dizer do outro. Nessa esfera, a língua é moldada para servir a propósitos de intervenção social, em que cada enunciado responde a discursos prévios e antecipa réplicas futuras.

No cenário educacional brasileiro vigente, essa perspectiva bakhtiniana é

institucionalizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) por meio do "campo de atuação na vida pública". Esse campo é definido como o espaço voltado à participação social, ao debate qualificado de ideias e à atuação política e social consciente. Trata-se de um domínio que contempla gêneros que impactam diretamente a cidadania e o exercício de direitos, como as crônicas de viés político, textos reivindicatórios e propostas de governo. Sendo assim, o que a filosofia da linguagem denomina como esfera política, a norma pedagógica traduz como um território em que o aluno deve ser capacitado a identificar interesses, pautas e posicionamentos ideológicos subjacentes aos discursos.

Em consonância com essa tradução pedagógica, a BNCC legitima o estudo das crônicas políticas e dos operadores de contraposição ao prever habilidades específicas para os anos finais que demandam a percepção de marcas linguísticas de posicionamento. A habilidade EF69LP27, por exemplo, orienta que o estudante deve "analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros da esfera política [...] e suas marcas linguísticas", visando possibilitar a compreensão profunda e a produção de textos adequados e fundamentados.

Ao focar no funcionamento do "mas", esta pesquisa atende a essa exigência normativa, transformando o item gramatical em um recurso semântico-argumentativo estratégico que sinaliza o momento em que o sujeito-autor intervém para retificar ou confrontar vozes sociais hegemônicas. Ademais, a habilidade EF89LP17 reforça esse compromisso ao exigir que o jovem aprenda a "relacionar textos e documentos [...] a seus contextos de produção, reconhecendo e analisando possíveis motivações [e] finalidades".

Alinhado a essa busca pela soberania do dizer, o domínio do operador argumentativo permite que o aluno transcenda a decodificação superficial para realizar o ato responsivo bakhtiniano, percebendo como as escolhas lexicais articulam o embate entre o senso comum e o protagonismo social. Esse exercício é o que assegura a formação de um "analista de sentidos", apto a desmascarar manobras discursivas e a produzir réplicas éticas e fundamentadas na esfera pública.

Portanto, o diálogo entre Bakhtin e a BNCC fundamenta a necessidade de um ensino de língua que promova a autonomia discursiva como alicerce da cidadania. Quando trata a vida pública como o laboratório ideal para o exercício da argumentação, a escola cumpre sua função social de formar sujeitos capazes de "ler o mundo" criticamente e de nele atuar de forma consciente e propositiva, convertendo a materialidade da língua em uma prática de emancipação e liberdade.

A constatação de que a vida pública constitui uma arena de disputa de sentidos impõe ao ensino de língua o desafio de capacitar o estudante para além da mera percepção temática.

Para que o protagonismo juvenil e o ato responsivo se efetivem nesse campo, é imprescindível que o jovem domine os mecanismos de organização que tornam um texto coeso, coerente e, acima de tudo, estrategicamente orientado.

Sob esta égide analítica, a Linguística Textual (LT), fundamentada nas proposições de Marcuschi (2008) e Koch (2016), oferece o arcabouço analítico necessário para compreender o texto como o lugar da interação. Dentro deste enquadramento interacional, o estudo das marcas de textualidade permite que o operador “mas” deixe de ser uma categoria gramatical abstrata para figurar como peça-chave na construção do sentido, a partir do qual o sujeito-autor gerencie vozes sociais e sustente seu posicionamento com segurança linguística. Consubstanciando esta base epistemológica, discorreremos a seguir.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL PARA O ENSINO DE GÊNEROS: O TEXTO COMO LUGAR DE ATUAÇÃO SOCIAL

A inclusão das contribuições da Linguística Textual (LT) neste estudo justifica-se pela necessidade de oferecer ao estudante do 8º ano um repertório analítico concreto para a arquitetura do sentido. Se o horizonte ético deste trabalho é a promoção da autonomia, a LT, sob a égide de Marcuschi (2008) e Koch (2016), provê a base necessária para compreender o texto não como uma soma mecânica de frases, mas como o lugar da interação onde o operador "mas" atua como peça-chave da tessitura argumentativa.

Considerando tal abordagem, ensinar língua portuguesa deixa de ser um exercício de classificação morfológica para converter-se em uma investigação sobre como as escolhas linguísticas gerenciam as intenções do locutor. Ao privilegiar a unidade "texto" em detrimento da frase isolada, esta pesquisa alinha-se às competências da BNCC (2018) que exigem o desenvolvimento de estratégias para a defesa de pontos de vista.

Sob tal paradigma analítico, o estudo da coesão sequencial — e, especificamente, do item "mas" — deixa de ser uma mera classificação gramatical para tornar-se a análise de como esse operador organiza a progressão temática e gerencia as expectativas do leitor. Dominar essa dinâmica permite que o jovem do Ensino Fundamental perceba que a continuidade do sentido e a força dos argumentos dependem diretamente de como as vozes são articuladas e contrapostas na materialidade textual.

Nesse horizonte de agir responsivo, a Linguística Textual habilita o aluno a transcender a posição de receptor passivo e assumir o papel de analista ativo de sentidos. A compreensão dos critérios de textualidade, como a intencionalidade e a aceitabilidade, permite que o discente

identifique que o uso do "mas" não é aleatório, mas uma escolha estratégica para marcar um posicionamento e resistir a discursos autoritários ou manipuladores. Esse exercício de percepção epilinguística é o que assegura que a leitura de crônicas políticas se transforme em um laboratório de cidadania, no qual a gramática funcional serve como suporte para o agir social.

Conclui-se que, embora a LT forneça o arcabouço para a organização textual e o uso dos operadores no texto, a complexidade da crônica política exige um aprofundamento interpretativo. Para atingir a materialidade ética e o embate dialógico propostos nesta dissertação, é preciso integrar esta base textual à dimensão de Bakhtin, em que o gênero é visto como um processo constante de resposta e intervenção no mundo. Essa interface fundamental entre a estrutura do gênero textual e o vigor do gênero discursivo é o que discutiremos na seção a seguir.

3.4 INTERFACES ENTRE GÊNERO DISCURSIVO E GÊNERO TEXTUAL: PARA ALÉM DA ESTABILIDADE FORMAL

Embora as terminologias "gênero textual" e "gênero discursivo" sejam frequentemente utilizadas como sinônimas em documentos oficiais e materiais didáticos, esta investigação assume que tal equivalência pode obscurecer a complexidade do agir linguístico. A distinção entre ambas não é meramente terminológica, mas estratégica: enquanto a Linguística Textual oferece a fundamentação teórica para a organização do texto (o aspecto composicional), a perspectiva bakhtiniana permite desvelar a materialidade ética e as tensões sociais que o atravessam (o aspecto arquitetônico).

Dentro dessa arquitetura conceitual, o gênero textual configura-se como unidade fundamental da mediação didática, oferecendo ao aluno do 8º ano uma estrutura relativamente estável e reconhecível. Contudo, para analisar o funcionamento do operador "mas" em crônicas políticas, é essencial transcender a forma. O "mas" não apenas liga orações; ele é o eixo que gerencia o embate de vozes, sinaliza posicionamentos ideológicos e revela silenciamentos. Portanto, tomar a crônica como um gênero discursivo significa compreendê-la como um projeto enunciativo em que o locutor responde a discursos prévios e antecipa réplicas, utilizando a língua para intervir na realidade social.

Nesta pesquisa, a convergência entre as duas visões justifica a arquitetura do Recurso Educacional: utiliza-se a clareza da LT para mapear a coesão e a coerência, mas busca-se no Círculo de Bakhtin a fundamentação para o protagonismo juvenil. Afinal, o domínio do

operador argumentativo só atinge sua finalidade plena quando o estudante percebe que o sentido não é algo imobilizado no texto, mas sim construído no encontro de sujeitos que lutam por hegemonia de sentidos.

A partir dessa interdependência conceitual, a transição da teoria para a análise do *corpus* fundamenta-se na premissa de que a crônica política é o laboratório ideal para essa interface. Nela, a estabilidade do gênero textual serve de suporte para que o vigor do gênero discursivo se manifeste, permitindo que o aluno atue como um analista ativo das intencionalidades que moldam a vida pública.

Diante dessa mútua implicação, embora a literatura especializada (BAKHTIN, 2003; MARCUSCHI, 2008) estabeleça distinções precisas entre gênero discursivo — como arena de embate ideológico — e gênero textual — como forma composicional estável —, utilizaremos os termos de forma complementar ao longo das análises subsequentes. Desse modo, quando nos referirmos à crônica como suporte de organização e coesão, adotaremos a perspectiva da Linguística Textual; quando o foco recair sobre a polifonia e o posicionamento ético-político do autor, priorizaremos a perspectiva bakhtiniana.

3.5 O GÊNERO DISCURSIVO CRÔNICA: A MATERIALIDADE ÉTICA E O AGIR POLÍTICO

A crônica, neste trabalho, deixa de ser compreendida apenas como um registro do efêmero para configurar-se como uma construção discursiva que tensiona o presente e exige posicionamento. Ao entrelaçar as esferas histórica, jornalística e literária, o gênero adquire a densidade necessária para que o operador “mas” atue como recurso estratégico de contraposição. Não se trata apenas de narrar o cotidiano, mas de gerenciar, na materialidade do texto, o embate de vozes sociais que disputam a hegemonia de sentidos na esfera pública.

Historicamente, a crônica brasileira reinventou-se como um espaço de resistência simbólica. Se para Antônio Candido (1992) ela se apresenta como um gênero "modesto", para esta pesquisa sua grandeza reside justamente na capacidade de "humanizar" o fato político através de uma linguagem acessível e subjetiva. É nesse território de liberdade expressiva que o operador "mas" assume sua função vital: ele é a marca linguística que rompe o silenciamento, inverte forças discursivas e revela o projeto enunciativo do autor frente aos desmandos do poder.

Portanto, tomar a crônica política como objeto de ensino no 8º ano cumpre o compromisso freiriano de promover a "leitura do mundo" por meio da "leitura da palavra". O

cronista, como "antena de seu povo", utiliza a língua para transformar fatos ordinários em matéria de reflexão crítica, orquestrando vozes sociais que desafiam o senso comum. Quando domina a arquitetura argumentativa do gênero, o estudante transcende a posição de espectador passivo e assume a autoria de seu próprio dizer, convertendo a materialidade textual em um autêntico instrumento de intervenção social e protagonismo cidadão.

3.5.1 A CRÔNICA DE VIÉS POLÍTICO NO 8º ANO: DA LEITURA DA PALAVRA AO AGIR RESPONSIVO DO EDUCANDO

A inserção da crônica de viés político nas aulas de Língua Portuguesa do 8º ano não constitui apenas uma escolha de conteúdo, mas uma decisão de natureza política-pedagógica alinhada às diretrizes da BNCC (2018). Este gênero, por sua natureza híbrida entre o jornalismo e a literatura, oferece ao estudante um laboratório privilegiado para a análise de estratégias argumentativas e o exercício da autonomia discursiva. Ao trabalhar com a crônica dissertativa de teor político, o ensino de língua transcende a dimensão normativa e assume seu papel na formação de sujeitos capazes de ler as entrelinhas do poder e fundamentar seus próprios posicionamentos.

Historicamente, a crônica brasileira consolidou-se como um significativo espaço de resistência simbólica e diálogo, como verificado nas produções de Carlos Drummond de Andrade durante a ditadura militar, em que o texto literário preservava a pluralidade frente ao silenciamento. Trazer essa densidade para o 8º ano permite que o aluno perceba como as escolhas lexicais — especificamente o uso estratégico do operador "mas" — são peças-chave para denunciar injustiças e projetar novos horizontes sociais.

Para que a crônica de viés político cumpra sua função plena como laboratório de cidadania e autonomia, é essencial que o ensino de língua portuguesa ofereça ao estudante um caminho seguro para a exploração das camadas de sentido do texto. O reconhecimento das marcas de subjetividade, como o operador de contraposição "mas", exige que o jovem do 8º ano desenvolva competências que transcendem a decodificação superficial, assumindo o papel de um sujeito que interage ativamente com a palavra escrita para construir sua própria interpretação do mundo e das tensões sociais que o cercam.

Para operacionalizar esse suporte mediador, as estratégias de leitura propostas por Isabel Solé (1998) constituem o referencial pedagógico que ampara a aplicabilidade desta pesquisa e a estrutura do Recurso Educacional. Ao integrar de forma sistematizada as etapas de antes, durante e depois da leitura, Solé fornece o arcabouço necessário para que o professor realize

uma mediação dialógica, oferecendo dispositivos de mediação ou "andaimes" que possibilitam ao aluno gerenciar o embate de vozes sociais e consolidar seu protagonismo discursivo. A subseção a seguir detalha como esse processo interacionista fundamenta a mediação didática voltada à emancipação do sujeito-autor.

3.6 ESTRATÉGIAS DE LEITURA E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: O CAMINHO PARA A AUTONOMIA DISCURSIVA

Para que o estudante do 8º ano assuma o papel de "analista de sentidos" na arena da vida pública, não basta oferecer-lhe textos; é preciso capacitá-lo por meio de um percurso cognitivo que transforme a decodificação em compreensão crítica. Nesse cenário, este trabalho ancora-se nas proposições de Isabel Solé (1998), que define a leitura como um processo de interação entre o leitor e o texto, no qual o sentido não é meramente extraído, mas ativamente construído. Nesse âmbito, o leitor deixa de ser um recipiente passivo e torna-se um sujeito que processa a informação a partir de seus conhecimentos prévios e de seus objetivos de leitura.

A aplicação desse referencial justifica a organização do Recurso Educacional em etapas que respeitam a dinâmica do processamento textual: as estratégias antes, durante e depois da leitura. No contexto da crônica política, as estratégias de pré-leitura são fundamentais para ativar o "conhecimento de mundo" do aluno sobre o cenário social, permitindo que ele estabeleça previsões e antecipe o projeto enunciativo do autor. É nesse momento que o estudante começa a "ler o mundo" para, posteriormente, "ler a palavra" com maior profundidade ética, conforme preconiza o horizonte freiriano.

Durante a leitura, o foco desloca-se para a regulação e o monitoramento da compreensão (metacompreensão). É nesse momento que o domínio do operador “mas” explicita sua potência discursiva, ao instaurar relações de contraste e reorientar o encadeamento argumentativo, evidenciando o embate entre as vozes sociais que atravessam a crônica. Ao mediar essa etapa, o professor oferece o que Solé denomina “ajuda insubstituível”, atuando como instância de mediação que mobiliza os “andaimes” (scaffolding) necessários para que o estudante apreenda, na materialidade linguística, efeitos como a ironia, a retificação e o silenciamento.

Portanto, as estratégias aplicadas após a leitura — como o resumo e a identificação da ideia principal — consolidam a capacidade do estudante de avaliar a força dos argumentos e o posicionamento final do cronista. Nesta proposta, defende-se que a proficiência leitora só atinge sua finalidade plena quando resulta em um ato responsivo: o momento em que o aluno, após desvelar as intenções do outro, sente-se seguro para produzir sua própria palavra.

Nesse horizonte de mediação dialógica, integrar as estratégias de Solé à análise do operador "mas" em crônicas políticas constitui o alicerce para a autonomia discursiva. Quando promove a transferência progressiva da responsabilidade e do controle da leitura do professor para o aluno, a escola deixa de treinar habilidades mecânicas e passa a formar leitores capazes de "ler nas entrelinhas" do poder, convertendo a prática pedagógica em um autêntico exercício de protagonismo e cidadania ativa. A viabilização desse projeto pedagógico exigiu, contudo, um rigoroso desenho metodológico, detalhado a seguir.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção detalha o percurso investigativo trilhado para a concretização dos objetivos desta pesquisa. Primordialmente, apresenta-se o Estado da Arte, etapa fundamental para mapear a produção científica recente e identificar a lacuna que justifica este estudo. Na sequência, descreve-se a Caracterização da Pesquisa, fundamentando sua natureza aplicada e abordagem qualitativa. Por fim, expõe-se a Delimitação do Corpus, justificando a escolha das sete crônicas políticas sob critérios sociais e pedagógicos, assegurando que o percurso metodológico esteja em total consonância com as premissas da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) e da pedagogia freiriana.

4.1 ESTADO DA ARTE: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE (2020-2024)

Primordialmente, a realização do Estado da Arte revela-se indispensável para situar a investigação dentro de um panorama teórico e metodológico abrangente, explicitando sua fundamentação científica. Através dessa análise crítica, torna-se possível organizar o conhecimento já consolidado, facilitando a percepção de redundâncias e contradições que orientam abordagens inéditas. Desse modo, tal mapeamento evita que o pesquisador se fundamente em premissas frágeis, otimizando o tempo de estudo e promovendo o avanço integrado do saber acadêmico. Sobre o tema, Soares (1989, p. 3) destaca:

> Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses.

Dentro dessa lógica de ordenação, o Estado da Arte funciona como um mapa orientador que revela não apenas o que já foi estabelecido, mas, sobretudo, as trilhas que ainda precisam de exploração pedagógica e teórica. Tal esforço proporciona um olhar preciso das trajetórias percorridas, garantindo que a nova pesquisa contribua de forma original para o campo de estudo e evite a repetição de conclusões anteriores. Visando preencher tais lacunas, apresentamos, a seguir, o mapeamento e a discussão da produção científica brasileira dos últimos cinco anos (2020-2024) sobre argumentação e ensino, com foco específico no estudo da crônica política

nos anos finais do Ensino Fundamental. A investigação bibliográfica foi sistematizada por meio de buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na plataforma Google Acadêmico.

Dentro da plataforma da CAPES, as buscas iniciais com descritores específicos — crônica política, ensino fundamental e Teoria da Argumentação na Língua — não resultaram em registros contemporâneos, evidenciando uma escassez de trabalhos que unam esses três pilares. Dessarte, a ampliação dos termos de busca para "argumentação – crônica – ensino" permitiu localizar quatro estudos do ano de 2023 que, embora tangenciassem o gênero ou o tema, distanciavam-se do escopo desta pesquisa, os quais se encontram sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Demonstrativo de trabalhos encontrados na plataforma CAPES

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
2023	Ana Lúcia da Silva Serra	A argumentação no cotidiano escolar do Ensino Médio
2023	Wesley Stefani Fernandes	Ebook com orientações apologéticas para estudantes do ensino médio, filiados à igreja Assembleia de Deus
2023	Ana Luiza Valentim Rocha Lucena	Práticas de letramento literário a partir do trabalho com a interdiscursividade em crônicas: uma proposta para o 6º ano do ensino fundamental
2023	Madalena de Castro Passos	Emenda constitucional nº 95/2016: uma análise desde a proposta até a sua aprovação no legislativo federal

Fonte: Sistematização elaborada pela autora, 2025.

A investigação de Serra (2023) foca no Ensino Médio e utiliza fundamentos pragmáticos de Aristóteles e Perelman, enquanto o trabalho de Fernandes (2023) possui um viés exclusivamente religioso voltado para a apologética cristã. Em continuidade a essa incursão, verificou-se que Lucena (2023) discute a crônica no 6º ano sob a ótica do letramento literário e da interdiscursividade, sem abordar os recursos linguísticos da argumentação.

Por fim, a dissertação de Passos (2023), oriunda da área de Saúde, utiliza a sociologia de Pierre Bourdieu, tendo sido incluída nos resultados apenas pelo uso do verbo "argumentar"

em seu resumo. Outras buscas (crônica – argumentativa – política) localizaram o trabalho de Medeiros (2022) sobre crônicas de Drummond; contudo, por tratar-se de um mestrado acadêmico estruturado em forma de ensaio, carece do viés pedagógico e da análise semântico-discursiva de operadores argumentativos aqui pretendidos. Essa carência de estudos aplicados reforça a relevância desta pesquisa como uma proposta singular no âmbito do PROFLETRAS.

Em continuidade à investigação bibliográfica, a busca no Google Acadêmico revelou um número expressivo de resultados, os quais exigiram uma filtragem rigorosa baseada na análise de resumos e procedimentos metodológicos. Nesta etapa, verificou-se que a maioria das pesquisas voltadas ao ensino de argumentação privilegia o gênero "artigo de opinião", muitas vezes sob uma ótica puramente retórica ou de análise textual clássica. O quadro abaixo sintetiza os trabalhos que apresentam algum nível de interface com esta investigação.

Quadro 3 - Demonstrativo de trabalhos encontrados no Google Acadêmico de 2020 a 2024

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR (ES)	TÍTULO
2020	COSTA, Polyanna Paz de Medeiros.	A construção de argumentos em diários de leituras produzidos por alunos do 6º ano do ensino fundamental.
	COSTA, Thanielle Magalhães.	O uso das conjunções coordenadas em processos de escrita e reescrita de textos: a construção da argumentação em artigos de opinião produzidos por estudantes do 9º ano do ensino fundamental.
	SILVA, Inácio Francisco Teixeira.	Uma análise dos operadores argumentativos em artigos de opinião no 8º ano do ensino fundamental a partir de uma sequência didática.
	SOUSA, A. M. B. D.	Caderno Pedagógico: uma proposta de atividades na perspectiva dos modalizadores discursivos em artigo de opinião nos livros didáticos dos 8° e 9° anos do Ensino Fundamental.
	CARVALHO, Luiza	A construção da argumentação em

2021	Emanuele Monteiro de.	produções textuais de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.
	CASTRO, Maria Gabriela Rodrigues de.	A argumentação prática no Ensino Básico: uma jornada didática rumo a competência argumentativa.
	MORAES, Renata Lara de.	Artigo de opinião em livros didáticos do Ensino Fundamental: mudanças e permanências.
	ANDRADE JÚNIOR, Paulo Medeiros de.	A semântica dos operadores de contrajunção no artigo de opinião a partir de um livro didático do nono ano do ensino fundamental: uma proposta de sequência didática
2022	FRANÇA, L. P. D. S.	RESENHA CRÍTICA: leitura e desenvolvimento da argumentação no 9º ano do Ensino Fundamental.
2023	SILVA, Adriana Ferreira da.	O gênero textual crônica na aula de língua portuguesa: práticas de leitura e aprendizagem no ensino fundamental.
	ALVES, Deyse Souza.	O trabalho com o gênero resenha crítica nas aulas de língua portuguesa: a contribuição das metodologias Ativas.
2024	ESTEVAM, Madson Bruno Soares; RODRIGUES, Maria das Graças Soares.	Leitura e escrita na olimpíada de língua portuguesa aspectos enunciativos em o amargo sabor da castanha.

Fonte: Sistematização elaborada pela autora, 2025.

Após a identificação das investigações que guardam interface com este estudo, procedeu-se à discussão dos resultados. Verificou-se que, embora compartilhem o campo da argumentação, as obras apresentam distinções fundamentais: Costa (2020) utiliza a TAL, mas foca em "Diários de Leitura" no 6º ano, enquanto Silva (2020) e Sousa (2020) analisam o artigo

de opinião. Trabalhos como os de Carvalho (2021), Castro (2021) e Moraes (2021) fundamentam-se em correntes distintas, como a argumentação discursiva de Koch ou a argumentação prática de Fairclough, distanciando-se da Semântica Argumentativa.

Em face desse cenário, observa-se que Júnior (2021) aborda a contrajunção no artigo de opinião sob a ótica da retórica, e França (2022) e Alves (2023) focam no gênero resenha crítica. Apenas Silva (2023) traz a crônica para o centro da discussão, mas seu objetivo concentra-se na formação crítica geral, sem o recorte semântico-discursivo da argumentação linguística via TAL. Por fim, Estevam e Rodrigues (2024) utilizam a Análise Textual dos Discursos (Adam) para examinar textos da Olimpíada de Língua Portuguesa.

Posto isso, a análise pormenorizada confirma que o funcionamento do operador mas em crônicas de teor político constitui uma área ainda pouco explorada no 8º ano. Esta constatação legitima a necessidade de prosseguir com a investigação, visando o preenchimento dessa lacuna científica através de uma proposta que une a argumentação na língua ao compromisso político da educação problematizadora.

4.2 NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA

O Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) visa integrar o conhecimento acadêmico à prática de ensino de Língua Portuguesa (LP) na Educação Básica. Essa conexão fundamenta estratégias para uma mediação profícua da aprendizagem pelo docente-pesquisador, ao alinhar estudos linguísticos e literários à realidade da sala de aula. Conforme Prodanov e Freitas (2013), os recursos científicos são determinados pela natureza de cada ciência. Com o propósito de estreitar a interface entre a academia e a sala de aula, as pesquisas no PROFLETRAS assumem um caráter propositivo e interventivo, atuando como um meio eficaz de conduzir o discente no processo de aprendizagem.

Este estudo insere-se no campo da Linguística, especificamente na área de Linguagens e Letramentos, vinculando-se à linha de "Estudos da Linguagem e Práticas Sociais". O aporte teórico central é a Semântica Argumentativa, postulada por Oswald Ducrot e colaboradores. O estudo parte de uma problemática observada pela professora-pesquisadora em sua atuação nos anos finais do Ensino Fundamental (EF) – a dificuldade dos alunos em utilizar os recursos da língua para construir argumentações e, por extensão, ampliar sua autoridade discursiva e capacidade de intervenção social.

O gênero discursivo selecionado é a crônica, devido à sua presença no currículo dos

anos finais do EF e ao seu potencial para abordar o teor político. Esta dimensão política alinha-se à função social da escola de preparar o educando para atuar na sociedade com consciência cidadã e senso crítico. Tais objetivos, que unem argumentação e política, encontram respaldo na BNCC, conforme citado anteriormente em seções anteriores deste trabalho.

Como produto desta pesquisa, será desenvolvido um recurso educacional com estratégias delineadas para auxiliar professores de Língua Portuguesa promover práticas argumentativas, autonomia discursiva e pensamento crítico. O material é adaptável tanto para o 9º ano do Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, a qual, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51), visa "gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à resolução de problemas específicos", envolvendo interesses locais.

Almeja-se superar a dificuldade dos estudantes em produzir discursos argumentativos com consciência linguística, capacitando-os a utilizar os mecanismos da língua para expressar pontos de vista com segurança, seja na modalidade oral ou escrita. Assim sendo, a pesquisa busca propiciar ao educando condições de natureza linguístico-discursivas para conduzir o interlocutor a determinadas conclusões, bem como fomentar uma participação social autônoma, pautada na compreensão dos efeitos de sentido dos enunciados.

Nesse contexto, a presente investigação transcende a descrição normativa de recursos gramaticais para assumir um compromisso ético-político, típico das pesquisas de natureza interventiva no PROFLETRAS. Ao eleger a crônica política como objeto e a Pedagogia da Autonomia como horizonte, esta pesquisa caracteriza-se pela busca de uma prática de liberdade, na qual o domínio das estratégias semântico-argumentativas da TAL funciona como o alicerce para que o estudante do 8º ano deixe de ser um espectador passivo e torne-se protagonista consciente de seus próprios discursos na esfera pública.

Para fundamentar a criação de um recurso que facilite esse processo de ensino, analisaremos previamente crônicas políticas, investigando as estratégias linguísticas empregadas pelos autores para realizar encadeamentos discursivos. O foco recairá sobre os operadores do grupo *masPA* e a estrutura *masSN*, observando como direcionam o interlocutor a certas conclusões e refutam outras. Além de descrever a relação entre esses recursos e a produção de efeitos semânticos e subjetividades, a pesquisa assume objetivos descritivos de cunho interpretativista.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), a pesquisa descritiva ocorre quando o pesquisador registra e descreve fatos observados sem neles interferir. Ao analisar o funcionamento semântico-discursivo dos operadores argumentativos na crônica e os efeitos

gerados em seus enunciados, este estudo alinha-se a essa proposta. Busca-se, portanto, compreender como esses elementos linguísticos atuam na construção dos sentidos e na orientação argumentativa do texto. Além disso, procura-se identificar as relações estabelecidas entre os enunciados e sua contribuição para a organização discursiva da crônica.

Quanto à abordagem, adota-se a qualitativa, justificada pela natureza do objeto — crônicas políticas — que demanda uma interpretação do funcionamento linguístico no campo do discurso, transcendendo análises meramente estatísticas. Diferentemente da pesquisa quantitativa, este estudo explora fenômenos semântico-discursivos e aspectos subjetivos da enunciação. Como declara Minayo (1995, p. 21-22), a pesquisa qualitativa ocupa-se de um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, valores e atitudes.

Essa abordagem é predominante nas ciências sociais, humanas e na educação, onde os sentidos são continuamente construídos e ressignificados. Entre os procedimentos qualitativos possíveis, este trabalho utiliza a análise de conteúdo, aplicada ao *corpus* de crônicas. Neste aspecto, a atuação do pesquisador é central, interpretando os dados de forma reflexiva e utilizando a subjetividade como dimensão constitutiva do gesto interpretativo por meio da qual se tornam inteligíveis os fenômenos investigados.

Não se pretende generalizar resultados, mas oferecer uma compreensão detalhada e contextualizada do objeto. Conforme Bortoni-Ricardo (2008, p. 34), a pesquisa qualitativa visa interpretar fenômenos sociais inseridos em seus contextos. Essa perspectiva fundamenta a análise das crônicas políticas, entendidas como construções discursivas carregadas de intenções e posicionamentos ideológicos datados historicamente.

Tais textos não são neutros; antes, expressam opiniões e valores por meio de escolhas linguísticas estratégicas. A compreensão dessas escolhas exige uma análise cuidadosa do corpus à luz da TAL (Teoria da Argumentação na Língua), focando na mobilização de recursos linguísticos em contextos específicos. Nesse sentido, torna-se fundamental investigar como os elementos linguísticos contribuem para a construção dos posicionamentos presentes nos textos e influenciam os processos de interpretação dos leitores.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de caráter bibliográfico, pois fundamenta-se em fontes teóricas consolidadas para a interpretação do *corpus* e a produção do recurso educacional. Como aponta Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador situar-se em seu campo de estudo, conhecer o estado do conhecimento e identificar lacunas. Portanto, este trabalho pauta-se em um caráter predominantemente teórico-aplicado. A pesquisadora utilizará dados e teorias para construir critérios de análise sólidos, ancorando toda

a investigação em um conhecimento científico já reconhecido.

4.3 CONSTITUIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO *CORPUS*: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CRÔNICAS POLÍTICAS

A seleção dos sete textos que compõem o *corpus* desta pesquisa fundamenta-se na relevância social, acadêmica e pedagógica desse gênero para o fortalecimento da autonomia discursiva no 8° ano. Tais produções, ao tangenciarem questões de cidadania e dinâmicas de poder, proporcionam aos discentes o embate com vozes heterogêneas, fomentando a reflexão analítica e a consolidação de argumentos sólidos.

Dentro desta arena de agência social, a eleição do viés político para a constituição deste conjunto de textos não se deu por acaso, mas por compreender que a esfera política é o local por excelência do embate de vozes e da construção da cidadania. Ao delimitar o objeto de estudo em crônicas que tratam da coisa pública, esta investigação assume um compromisso com a "leitura do mundo" defendida pela pedagogia freiriana, em que o texto funciona como um espelho das tensões sociais, permitindo que o estudo do operador argumentativo “mas” seja, simultaneamente, um exercício de consciência crítica e de engajamento social. Segue a síntese da amostragem, detalhando títulos, cronologia e autoria:

Quadro 4 – Demonstrativo do *corpus*

TÍTULOS	ANO	AUTORES
O tempo passou na janela	2016	Fernando Gabeira
Numa escola ocupada	2015	Antonio Prata
Votar	1947	Rachel de Queiroz
Fascismo, não!	2024	José Flávio Vieira
A República Independente do Crato	2023	José Flávio Vieira
A dimensão da fraude	1991	Jósio Araripe
O Império da lei	1991	Jósio Araripe

Fonte: Sistematização elaborada pela autora, 2025.

A definição desta amostragem pautou-se por critérios de representatividade que transcendem a temática política, estruturando-se em eixos fundamentais que garantem a robustez acadêmica da análise:

- Amplitude Cronológica: A seleção abrange um arco temporal de quase 80 anos (de 1947

a 2024), assegurando materialidade linguística para comprovar que a força argumentativa do operador “mas” é uma propriedade sistêmica e persistente da língua brasileira.

- Diversidade de Vozes e Geográfica: O corpus equilibra vozes consagradas do cenário nacional com cronistas de relevância regional e local, demonstrando que o protagonismo discursivo é um instrumento acessível a qualquer cidadão.
- Variedade de Estratégias Argumentativas: Cada texto oferece uma configuração discursiva singular de uso do operador, permitindo observar desde a intensificação escalar e a ironia trágica até a retificação absoluta de identidades sociais.

Socialmente, a proposta está alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), visto que a abordagem de crônicas políticas amplia as fronteiras da reflexão sobre a cidadania ética e o agir responsivo do educando. Ao garantir que o ensino ocorra em sintonia com as competências gerais voltadas ao exercício da criticidade, o corpus permite que o estudo do operador argumentativo “mas” seja, simultaneamente, um exercício de consciência crítica e de engajamento social.

Academicamente, o *corpus* oferece um material linguístico robusto para a análise do funcionamento do operador *masPA* e da estrutura *masSN*, a luz da Teoria da Argumentação na Língua (TAL). A inclusão de textos de épocas bem distintas — variando desde 1947, com Rachel de Queiroz, até 2024, com José Flávio Vieira — é estratégico, pois demonstra que a argumentatividade é intrínseca à língua e que os operadores de contraposição funcionam estrategicamente para orientar conclusões e revelar a polifonia enunciativa, independente do contexto histórico imediato.

Sob o olhar da TAL, a diversidade estilística deste material é fundamental para evidenciar o funcionamento desses operadores em diferentes matrizes discursivas, demonstrando como a força escalar do “mas” é capaz de reorganizar o sentido de um enunciado inteiro. Logo, a delimitação assegura materialidade linguística suficiente para comprovar que a língua não é neutra, mas um sistema de forças onde cada escolha lexical funciona como uma estratégia de posicionamento.

Profissionalmente, a escolha justifica-se pela necessidade de oferecer ao professor de Língua Portuguesa um recurso educacional que articule o estudo da língua em uso com a realidade político-social. A utilização de cronistas renomados nacionalmente, como Fernando Gabeira e Antonio Prata, aliada à valorização do regionalismo e de vozes locais como José Flávio Vieira e Jósio Araripe, permite ao docente mediar a construção de saberes de forma contextualizada. Estes autores regionais foram selecionados como recortes exemplares que,

embora situados em contextos locais, operam com as mesmas estruturas argumentativas das vozes nacionais, validando a universalidade da língua e comprovando que o protagonismo discursivo não é privilégio de centros hegemônicos.

Como resultante desta convergência discursiva, a dialética entre essas vozes nacionais e locais funciona como uma estratégia de mediação pedagógica poderosa, demonstrando ao aluno que a argumentação se configura como uma competência transversal, não se restringindo aos espaços de poder tradicionais, mas como um recurso acessível a todos. Essa valorização fortalece o vínculo entre o saber acadêmico e a vivência do estudante, fomentando seu direito à voz.

Consubstanciando esta pluralidade de critérios, a delimitação deste corpus articula a necessidade de uma análise linguística rigorosa — calcada na diversidade de estruturas enunciativas encontradas nas crônicas — com a demanda pedagógica por textos que funcionem como laboratórios de autonomia discursiva. Ao colocar em diálogo vozes de diferentes tempos e contextos, a seleção transcende a mera temática política, transformando-se em um conjunto de estratégias argumentativas que comprovam a força do operador “mas” como ferramenta de posicionamento social.

Conclui-se, então, que a delimitação deste corpus não se orienta pela exaustividade quantitativa, mas pela profundidade interpretativista que fundamenta a pesquisa qualitativa no PROFLETRAS. Os textos eleitos configuram um espaço privilegiado de construção de sentidos, no qual o funcionamento semântico-argumentativo do “mas” se evidencia em sua dimensão ética e semântico-discursiva, o que permite articular o rigor da descrição e da análise linguística a uma perspectiva de educação voltada à emancipação do sujeito.

5 O "MAS" EM CENA: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVAS NAS CRÔNICAS POLÍTICAS E REFLEXÕES PARA A SALA DE AULA

As discussões empreendidas até este ponto evidenciaram que a linguagem não funciona como um veículo neutro de informações, senão como um campo de forças em que as escolhas lexicais e sintáticas moldam posicionamentos e orientam sentidos. Ao adentrarmos nesta seção, buscamos materializar o diálogo entre a precisão análitica da TAL e a ética da autonomia freiriana, transformando a investigação das crônicas políticas em um laboratório de construção de cidadania.

Considerando esse enfoque, a trajetória de análise que se apresenta a seguir não se limita à descrição normativa do funcionamento semântico-discursivo do operador em estudo; ela constitui fundamento essencial para que a consciência epilinguística, entendida como reflexão sobre as escolhas linguísticas e seus efeitos de sentido, se converta em protagonismo juvenil. O objetivo é possibilitar ao estudante do 8º ano deslocar-se da condição de espectador passivo para assumir-se como analista crítico das tensões e intenções que atravessam a esfera pública.

Com o intuito de explicitar as camadas de sentido implícitas no discurso político, a presente análise investiga como o operador “mas” atua na organização argumentativa da crônica e na negociação entre diferentes vozes sociais. Nesse espaço de construção de sentidos, o rigor da descrição linguística fundamenta a compreensão de que modo os cronistas gerenciam posicionamentos e instauram perspectivas éticas, revelando como a materialidade da língua participa da formação da consciência social.

5.1 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVAS NAS CRÔNICAS POLÍTICAS

Nesta subseção, procede-se à analise descritivo-interpretativista de sete crônicas políticas à luz da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) para cumprir os objetivos da pesquisa. O percurso analítico é norteado por três critérios fundamentais: a identificação do tipo de “mas” (PA ou SN); seu funcionamento em relação à polifonia e orientações conclusivas; e a forma como o item revela a subjetividade do locutor para proporcionar a argumentação diante de temas sociais urgentes. Busca-se, com isso, demonstrar que a argumentação não é um fator externo, mas uma propriedade intrínseca ao sistema linguístico, conforme postula a TAL.

Para fins explicativos, abaixo apresentamos excertos das crônicas mencionadas,

contudo, salientamos que elas podem ser acessadas na íntegra nos anexos da presente dissertação.

Crônica I: O tempo passou na janela

Iniciamos a trajetória analítica com a crônica 'O tempo passou na janela', de Fernando Gabeira, obra que nos convida a observar as tensões entre o passado e o presente da política brasileira. Com base nos fundamentos da TAL, a materialidade linguística deste texto desvela como os avanços tecnológicos, materializados no uso dos *smartphones*, deixam de ser meros objetos para se tornarem instrumentos estratégicos de vigilância e busca por transparência social. Observe a seguir que na primeira incursão, o foco recai sobre a capacidade do operador de contraposição em marcar o deslocamento do olhar crônico: do estético carnavalesco para o rigor da fiscalização democrática.

Excerto 1:

Vou documentar fantasias e adereços, **mas** no universo das coisas existe um personagem ao qual vou me dedicar: os smartphones.

Nesta construção, o item em destaque funciona como um operador de contraposição *masPA*, estabelecendo um conflito entre dois enunciadores. O primeiro, E1, apresenta o argumento (P) de que o foco seriam os adereços carnavalescos, sinalizando para uma conclusão (r) de um registro meramente estético da festa. Entretanto, a presença do operador introduz E3, que traz o argumento (Q) focado nos aparelhos tecnológicos, possuindo maior força escalar e redirecionando o interlocutor para a conclusão (não-r) de um registro focado na vigilância social e na transparência digital.

O locutor exerce sua subjetividade ao admitir (P) como uma realidade factual, mas descarta sua suficiência argumentativa para validar a conclusão (r). Ao aderir aos pontos de vista de E3 e E4, o cronista utiliza a língua para moldar a percepção do leitor, elevando o smartphone de objeto cotidiano a personagem central de uma revolução na transparência política brasiliense. Nesse sentido, o operador “mas” materializa o ato responsivo do cronista ao promover o deslocamento do olhar do mero registro estético para o rigor da fiscalização democrática, convertendo a materialidade linguística em uma estratégia de intervenção social na arena de lutas do campo político.

Excerto 2

> Em certos momentos, o PT rendeu-se a essa corrente: ampliou a autonomia da Polícia Federal, fez uma lei de acesso às informações. **Mas** ainda assim subestimou a luta pela transparência como se fosse apenas mais uma ideia entre outras. Ignorou suas bases materiais, sua irresistível dinâmica.

O operador *masPA* atua como índice de polifonia ao evocar vozes que confrontam a expectativa de clareza total (E2), gerada pelas medidas de transparência do PT (E1), com uma ressalva (E3) que rompe a percepção inicial. Essa estratégia promove uma ressignificação do gesto político, indicando que, embora tenha havido avanços, o partido não compreendeu a profundidade do movimento social em questão.

Diferente da negação total, este uso do operador orienta para conclusões complementares mediante um rechaço parcial, conforme as perspectivas de Nascimento e Silva (2011) e Silva (2015). Assim, o locutor admite a ocorrência das ações (E1), mas nega a plenitude da transparência (E2), identificando-se com os enunciadores E3 e E4 para explicitar seu posicionamento político e imprimir uma avaliação crítica ao discurso.

Excerto 3:

> O PT e a esquerda em sua órbita foram contra, **mas** não imaginavam que surgiria dali a base material que iria contribuir para sua desgraça.

O operador *masPA* estabelece um deslocamento de foco que subverte a expectativa de sucesso da resistência ideológica. O locutor admite o posicionamento de oposição (E1), mas o operador anula a conclusão esperada de vitória política (E2), introduzindo o desfecho irônico de que a própria base material combatida causaria o revés do grupo (E3). O interlocutor é guiado para a conclusão de que houve um erro de cálculo estratégico.

Nesta análise polifônica, o locutor descarta a expectativa de E2 para aderir integralmente ao desfecho negativo apresentado por E3 e E4. O uso estratégico do operador serve para enfatizar a subjetividade crítica do cronista, que vê na consequência factual um argumento de força superior à postura inicial de resistência.

Excerto 4:

> Muito em breve saberemos mais completamente o que se passou no Brasil. Talvez algumas pessoas não esperem apenas os fatos, **mas** uma avalanche de fatos pra mudar de opinião.

Este fragmento apresenta a estrutura *masSN*, cuja função primordial é a retificação enunciativa após uma proposição negativa. O operador corrige a determinação (P') de que fatos isolados seriam suficientes para a persuasão, substituindo essa visão por uma necessidade quantitativa superior representada pela "avalanche" (Q). O item linguístico reorienta a expectativa do interlocutor diante da resistência ideológica descrita.

A subjetividade do cronista revela um posicionamento cético e combativo. Quando nega totalmente o ponto de vista implícito de que a verdade simples bastaria, o locutor assume a retificação como a posição de maior força argumentativa. O uso do *masSN* sinaliza que a mudança de opinião no cenário político atual exige evidências de força avassaladora para superar o negacionismo.

A análise desta primeira crônica evidencia que o domínio das distinções entre *masPA* e *masSN* configura-se como fundamento para que o estudante reconheça as marcas de subjetividade autoral inscritas no discurso diante das relações de poder tecnológico. Essa reflexão epilinguística possibilita ao aluno do 8º ano superar uma postura de passividade digital, assumindo-se como analista crítico das dinâmicas de vigilância e das concepções de transparência que atravessam a esfera pública.

Crônica II: Numa escola ocupada

Em diálogo com a perspectiva anterior, porém voltando-se para o cenário das ocupações estudantis, a trajetória de análise da produção de Antonio Prata revela que o operador “mas” atua para romper a previsibilidade da interação pedagógica. Nesse domínio interpretativo, a investigação busca identificar como o emprego estratégico do item linguístico sinaliza a descoberta da autonomia discursiva e do sentimento de pertencimento ao espaço público por parte dos estudantes.

Excerto 1:

> Nós fomos falar de literatura, **mas** esperávamos que a discussão migrasse para a proposta de fechamento das noventa e duas escolas estatuais em São Paulo, o impeachment, a crise hídrica e outros temas espinhosos do noticiário. **No entanto**, a conversa que eu e os amigos escritores Fabrício Corsaletti, João Paulo Cuenca, Chico Mattoso e Paulo Werneck tivemos com os alunos de uma das cento e noventa e seis escolas ocupadas, no último domingo, não poderia ter sido mais diferente do que imaginávamos.

O locutor utiliza o operador *masPA* para romper a previsibilidade da interação

pedagógica. O argumento E1 ("falar de literatura") gera a expectativa de um debate acadêmico (E2), mas o operador introduz o desejo de uma discussão política (E3) que também termina invalidada pela realidade do encontro. A sucessão de operadores de contraposição permite que o cronista gerencie as expectativas do leitor, destacando o caráter imprevisível das ocupações.

O locutor aprova a intenção original, mas refuta a suficiência da literatura como tema isolado diante da conjuntura social. Por identificar-se com essa quebra de expectativas, o autor utiliza a língua como um laboratório de sentidos, espaço em que o interlocutor é guiado para perceber que a Política (com P maiúsculo) transcende os temas pré-definidos do noticiário.

Excerto 2:

> Do "Esse ano, todo mês eu tentava trazer alguém, **mas** a diretora proibia." Desde a ocupação, com a ajuda de voluntários, organizaram shows, aulas de geografia, física, culinária, ioga, dança, teatro, improvisação, quadrinhos, música, debates sobre dívida pública, questões de gênero - e a lista continua.

Nesta polifonia de vozes, o locutor incorpora o discurso direto de uma aluna para revelar uma realidade impeditiva. O argumento E1 (o esforço de trazer palestrantes) orienta para o sucesso da ação (E2), porém o *masPA* introduz a voz da autoridade proibitiva (E3). O locutor da crônica adere ao ponto de vista da aluna, utilizando o operador para denunciar o cerceamento da liberdade de expressão no ambiente escolar.

A carga argumentativa recai sobre a proibição, invalidando a conclusão de sucesso e revelando a subjetividade favorável ao papel ativo dos jovens. O uso do operador marca o embate entre o desejo de diálogo discente e a rigidez administrativa, orientando o leitor a concluir pela necessidade de novos espaços de fala.

Excerto 3:

> A ocupação começou contra a proposta de fechamento de noventa e duas unidades de ensino (já adiada pelo governo), **mas** no processo os alunos descobriram, questões importantes. Que as escolas não precisam ser ruins. Chatas. Abandonadas. Que "Público" **não** é do governo e tampouco de ninguém, **mas** deles. […]

Neste excerto, coexistem estrategicamente os dois tipos de operadores. O *masPA* ("mas no processo...") indica que, embora o motivo inicial fosse o fechamento das escolas, o processo gerou descobertas (E4) que complementam e superam a pauta original. Já a estrutura *masSN* ("não é... mas deles") opera uma retificação absoluta da posse do espaço público, negando a visão estatal para afirmar a autonomia estudantil.

Nesse cenário, o operador *masSN* atua como o eixo de uma batalha semântica. Ao negar que o "Público" pertença ao governo, o cronista silencia a voz do Estado opressor — que gere o bem comum como algo alheio ao cidadão — e faz ecoar a voz do aluno emancipado, que reivindica a posse ética e social da escola. Essa retificação categórica não apenas redefine a propriedade do espaço físico, mas estabelece uma nova hegemonia discursiva: o público é o lugar da vivência, da responsabilidade e do protagonismo juvenil, rompendo com a visão de que o que é estatal não pertence ao povo.

A partir dessa construção, o locutor assume a retificação como uma verdade absoluta, sinalizando que a lição mais importante da ocupação foi a conquista da identidade cidadã. A subjetividade favorável aos alunos é materializada pelo uso do *masSN*, que substitui categoricamente a visão de submissão pela de pertencimento e responsabilidade política.

Portanto, a investigação evidencia que o operador argumentativo funciona como a marca linguística de resistência capaz de romper silenciamentos e inverter forças discursivas no cenário político. Logo, ao dominar esse eixo central da dinâmica argumentativa, o discente transcende a posição de espectador passivo para assumir a autoria de seu próprio dizer, transformando a materialidade da língua em um escudo de proteção ética e em instrumento de intervenção consciente na realidade.

Crônica III: Votar

Avançando para o contexto histórico de Rachel de Queiroz, observa-se que o gerenciamento polifônico assume um caráter pedagógico de formação eleitoral, em que o operador de contraposição é o eixo da consciência ética. A análise desta obra permite compreender como a contraposição linguística funciona como um recurso de letramento político, orientando o interlocutor para a reflexão necessária que precede o ato soberano de votar.

Excerto 1:

> Em política a gente se desabitua de tomar as palavras no seu sentido imediato. **No entanto**, talvez não exista, mais do que esta, expressão nenhuma nas línguas vivas que deva ser tomada no seu sentido mais literal: governo do povo.

A proposição inicial (E1) sugere que a linguagem política é figurada e enganosa (E2). O operador *no entanto* (equivalente ao *masPA*) introduz uma ressalva que defende a literalidade

absoluta da expressão "governo do povo" (E3). Ocorre aqui um rechaço parcial: a cronista admite o ceticismo geral sobre a política, mas impõe a autenticidade dessa definição específica como pilar democrático.

A subjetividade de Queiroz manifesta-se ao guiar o leitor para uma interpretação pedagógica da democracia. Ao aderir aos enunciadores E3 e E4, ela utiliza o operador para resgatar o valor original da palavra "voto", transformando-a de ato mecânico em instrumento real de soberania popular.

Excerto 2:

> Votem, irmãos, votem. **Mas** pensem bem antes. Votar não é assunto indiferente, é questão pessoal, e quanto!

O enunciador E1 incentiva a ação cívica, o que poderia levar à conclusão (r) de que o ato isolado basta. O operador *masPA* em E3 impõe a reflexão como uma condição indispensável (E4). A cronista não anula o incentivo ao voto, mas recusa sua eficácia se desprovido de consciência, operando uma complementariedade que orienta o interlocutor à responsabilidade ética.

O posicionamento da autora é o de uma mediadora social que utiliza a força do operador para moldar o comportamento do eleitor. A carga argumentativa recai sobre o ato de "pensar", sinalizando que a autonomia discursiva e política exige que o sujeito confronte a facilidade do voto com a densidade do julgamento.

Excerto 3:

> E agora um conselho final, que pode parecer um mau conselho, **mas** no fundo é muito honesto.

O locutor prevê que o conselho será mal interpretado (E2) e utiliza o item linguístico (*masPA*) para invalidar essa percepção prévia, introduzindo a garantia de honestidade (E4). Isso legitima a autoridade da cronista perante o seu interlocutor. Dessa forma, a escolha desse recurso estabelece um pacto de confiança indispensável para que a orientação final seja acolhida com credibilidade.

A subjetividade revela um compromisso com a verdade em detrimento da formalidade. Por conduzir o interlocutor para a conclusão de que o conselho é positivo, o operador funciona como um gerenciador de sentidos que assegura a recepção ética da mensagem final da crônica.

Essa manobra discursiva transforma a simples instrução em um imperativo moral, fortalecendo o vínculo entre a consciência individual e a prática cidadã.

Excerto 4:

> Se o obrigam a prometer, prometa. Se tem medo de dizer não, diga sim. O crime **não** é seu, **mas** de quem tenta violar a sua livre escolha.

Identifica-se aqui o *masSN*, que opera a retificação da responsabilidade moral. O locutor nega totalmente a culpa do eleitor coagido (E1) e a transfere de forma absoluta para o opressor (E3). Embora retificadora, a função é intensamente argumentativa, pois substitui uma visão de submissão por uma de resistência ética. Essa escolha linguística empodera o cidadão por meio da redefinição ética do ato eleitoral.

Nesta análise, o locutor assume a retificação como a única posição válida. A subjetividade libertadora da cronista é expressa pelo uso do *masSN*, que limpa a consciência do sujeito oprimido e aponta o verdadeiro inimigo da liberdade de escolha no cenário eleitoral. A palavra converte-se em escudo para o eleitor, transformando o sigilo da cabine em um espaço de soberania real.

Excerto 5:

> Falte com a palavra dada à fôrça, e escute apenas a sua consciência. Palavras, o vento leva, **mas** a consciência não muda nunca, acompanha a gente até o inferno".

O operador *masPA* estabelece um contraste de força escalar entre o efêmero e o permanente. O argumento (P) admite a transitoriedade das promessas verbais (E1), mas o operador anula a conclusão de que tudo se perde, introduzindo a consciência (Q) como o argumento de força superior que acompanha o sujeito (E3 e E4). O interlocutor é orientado para manter a fidelidade perante os próprios princípios. Essa manobra discursiva estabelece um pacto ético indispensável, exigindo que o cidadão confronte as facilidades do discurso externo com a densidade do julgamento privado.

A subjetividade do locutor reflete a crença freiriana na ética universal do ser humano. Com o emprego do operador para dar peso para a consciência, a autora molda a compreensão do leitor sobre o caráter inegociável da dignidade política, elevando o debate para o plano da responsabilidade existencial. Dessa forma, a palavra converte-se em escudo para o eleitor, consolidando a autonomia necessária para a reescrita da própria história no cenário social.

Conclui-se, a partir das reflexões de Queiroz, que o estudo da contraposição funciona como uma ferramenta de emancipação cidadã. Ao identificar o gerenciamento de vozes no texto, o discente apropria-se da força da palavra como escudo de sua própria soberania ética, preparando-se para intervenções conscientes na realidade sociopolítica.

Crônica IV: Fascismo, não!

Diferentemente da abordagem de orientação cidadã vista anteriormente, a análise desta crônica de José Flávio Vieira utiliza o operador para marcar uma intransigência ética necessária perante a barbárie. Procede-se, nesta etapa, à observação de como o cronista utiliza a força escalar do "mas" para estabelecer limites humanísticos inegociáveis, convertendo a competência gramatical em um auto recurso de defesa contra o autoritarismo.

Excerto 1:

Entendo que a tolerância quanto à opinião contrária à minha não é não só salutar, **mas** enriquecedora.

O operador *masPA* desempenha aqui uma função de intensificação escalar. O locutor admite a premissa de que a tolerância é "salutar" (E1), mas o operador sinaliza que essa classificação é insuficiente. O argumento introduzido ("enriquecedora") agrega um valor superior na escala argumentativa, guiando o interlocutor para uma visão dignificante e ativa do debate democrático.

A subjetividade do locutor defende o aprimoramento através do conflito de ideias. Por rejeitar que a tolerância se limite a um benefício passivo, o cronista utiliza a língua para transformar uma virtude comum em um imperativo de crescimento intelectual e maturidade política. Esse movimento discursivo estabelece um novo patamar ético, exigindo que o cidadão assuma o protagonismo na construção de uma sociedade verdadeiramente plural e livre.

Excerto 2

Nada mais deletério para a vida do que a visão maniqueísta, a verdade única de manada, a unanimidade. Existem, **no entanto**, questões humanísticas inegociáveis e intoleráveis. Aquelas que **nem** precisam ser levadas à discussão, **mas** combatidas ferozmente.

Neste uso do *masSN*, o locutor opera uma metáfora médica para retificar a solução de problemas sociais graves como o racismo e a ditadura. Ele nega totalmente a eficácia do diálogo (E1) e estabelece a intervenção drástica ("cirurgia") como a única via correta. O operador elimina o espaço para a negociação em favor de uma solução definitiva. Essa estrutura linguística consolida a posição de que a defesa da dignidade humana requer medidas imediatas e resolutivas.

A subjetividade do cronista é de profunda indignação ética. Por substituir a retórica pela "cirurgia", ele utiliza o operador para sinalizar que a omissão diante do mal absoluto é inaceitável, orientando o leitor para uma postura de intransigência perante o desrespeito para os direitos humanos. Dessa forma, a linguagem converte-se em um imperativo de defesa da vida, reafirmando que o silêncio não constitui uma opção diante da barbárie.

Excerto 3:

> A Tortura, o Fascismo, o Genocídio, o Racismo, o Holocausto, a Ditadura, por exemplo. Estas são algumas daquelas questões que se assemelham a um Câncer da sociedade, cujo tratamento **não** está no campo da retórica, **mas** da cirurgia de extirpação.

Para o enunciado em questão, o item linguístico funciona como uma estrutura *masSN*, entretanto, ao analisar a estrutura "não está no campo da retórica, mas da cirurgia de extirpação*"*, observa-se que o locutor opera uma dinâmica escalar de alta intensidade que transcende a mera retificação categórica (*masSN*). Na perspectiva da TAL, a escolha lexical do termo "Câncer" para qualificar o fascismo e o racismo não é meramente ornamental; ela aciona um *topos* (lugar comum) de urgência vital.

Enquanto a "retórica" é posicionada em uma escala de negociação civilizatória — onde os argumentos possuem pesos variáveis e permitem o diálogo —, a "cirurgia de extirpação" é deslocada para o extremo oposto de uma escala de sobrevivência. Quando utiliza essa metáfora médica, o cronista altera a força escalar do enunciado: o argumento B (*cirurgia*) não apenas substitui o argumento A (*retórica*), mas o aniquila semanticamente, pois, diante de um "Câncer", a retórica é apresentada como um argumento de força nula.

Dessa forma, o operador "mas" atua como o gatilho que retira o tema do campo da 'opinião' (onde a tolerância é salutar) e o lança no campo da necessidade biológica e ética imediata. O efeito de sentido produzido para o interlocutor é de que o debate (retórica) não é apenas insuficiente, mas perigoso, uma vez que a "extirpação" implica que qualquer concessão discursiva ao fascismo representaria a morte do corpo social.

Excerto 4:

> Volto, **no entanto**, àquilo que na vida me parece inegociável. Impossível escolher um candidato sem quaisquer traços de humanismo. Fascistas, racistas, xenófobos, ditadores, afanadores declarados e orgulhosos, mentirosos convictos e presunçosos, são figuras desprezíveis que não merecem sequer fazer parte da convivência humana, quanto mais liderarem a tribo.

O operador *no entanto* atua como um *masPA*, gerenciando os sentidos para retornar para o eixo ético que o locutor considera inalienável. No momento em que descreve a inclinação pragmática e individualista do cidadão comum, o autor utiliza esse recurso para invalidar a aceitação dessa realidade como desfecho final. A força argumentativa desloca o foco para as figuras desprezíveis que lideram a "tribo", sinalizando que a ausência de humanismo torna qualquer candidato socialmente inadmissível.

Essa estratégia polifônica permite que o cronista estabeleça limites claros para a convivência democrática. Com a recusa da neutralidade perante fascistas ou autores de atrocidades, a linguagem converte-se em um exercício de vigilância moral. O locutor adere integralmente às conclusões de que tais sujeitos não merecem espaço na esfera pública, guiando o leitor para um posicionamento de resistência ativa contra a degradação dos valores humanos.

Fica evidente que o rigor na distinção dos operadores permite ao leitor reconhecer o projeto enunciativo do autor e seus limites éticos inegociáveis. Tal competência converte o estudo da língua em uma defesa dos direitos humanos, capacitando o estudante a identificar e rechaçar discursos de ódio camuflados por estratégias de falsa neutralidade.

Crônica V: A República Independente do Crato

Mantendo a análise na produção de José Flávio Vieira, mas deslocando o foco para a memória histórica regional, o operador “mas” passa a atuar como um recurso de resgate do protagonismo local contra o silenciamento. O percurso analítico dedica-se a explicitar como a escolha de um operador de contraposição é capaz de inverter a lógica do esquecimento, reivindicando a grandeza de uma revolução apagada pelas narrativas oficiais."

Excerto 1:

> [...] Aderindo à Revolução Pernambucana, o Crato ecoou seu berro de Independência cinco anos antes do Grito do Ipiranga e, pela República, setenta e dois anos antes de Deodoro. Durante aqueles oito dias gloriosos, o Crato proclamou-se uma República Independente. O

> sonho breve durou apenas uma semana, **mas** foi o suficiente para compor um governo provisorório […]

O operador *masPA* estabelece um contraste de força escalar entre a brevidade temporal e a densidade das conquistas históricas. O argumento (P) admite que o sonho durou apenas uma semana, o que poderia levar para a conclusão de irrelevância política. Todavia, o item linguístico introduz a eficácia da organização revolucionária como argumento de peso superior, invalidando a percepção de fracasso e elevando a importância do governo provisório cratense.

A subjetividade do locutor exalta a herança libertária regional frente para o apagamento histórico. Por enfatizar a capacidade de arregimentar exércitos e invadir redutos portugueses em pouco tempo, o cronista molda a compreensão do leitor sobre o caráter épico da insurreição. Essa articulação garante que o interlocutor perceba a semana revolucionária como um marco de resistência, validando a ideia de que a força de um ideal transcende sua duração cronológica.

Excerto 2:

> José Martiniano tem uma rua com seu nome apenas, a do Calçadão, **mas** com o epíteto de José de Alencar, todo mundo confunde com o escritor famoso que era seu filho.

Nesta passagem, o *masPA* introduz uma quebra de expectativa relacionada para o reconhecimento memorialístico de José Martiniano. Embora o locutor admita a existência de uma rua com o nome do herói, o operador sinaliza que essa homenagem é neutralizada pela confusão identitária com seu filho famoso. A carga argumentativa recai sobre o equívoco social, orientando o interlocutor para a constatação de que a história local sofre um processo de silenciamento irônico.

O cronista manifesta descontentamento com a falta de práticas de linguagem histórica da sociedade, que prioriza a fama literária em detrimento do sacrifício político. Pelo uso dessa estratégia, o autor denuncia como os setores dominantes jogam luz apenas nos fatos que interessam para eles. O operador reorienta o sentido do discurso para a necessidade de resgatar a identidade dos Confederados, sinalizando que a visibilidade de uma placa é insuficiente se desacompanhada da consciência crítica sobre o passado.

A análise desta crônica regional evidencia que a consciência epilinguística possibilita ao discente compreender como os mecanismos linguísticos participam da construção, do apagamento e da ressignificação de memórias históricas. A leitura da materialidade da língua como espaço de disputa de sentidos e de reivindicação de identidades territoriais constitui um

exercício de “leitura de mundo” freiriana, no qual o aluno se reconhece como sujeito participante e coautor de sua própria história.

Crônica VI: A dimensão da fraude

Ao transitar para a obra de Jósio Araripe, a trajetória analítica identifica um uso contundente do *masPA* para deslocar a responsabilidade política do gabinete para o corpo social, provocando uma atitude responsiva. A investigação busca evidenciar como o operador argumentativo expõe o abismo existente entre o ideal teórico do serviço público e a fraude latente na prática real, utilizando uma linguagem que confronta a passividade civil.

Excerto 1:

> A ação malévola do governante prejudicial à causa pública depende, **no entanto**, do povo lesado, isto é, das forças políticas que o apoiam. "O povo tem o governo que merece", é a sentença que traduz a incredulidade no processo democrático.

O operador *no entanto* desempenha o papel de um *masPA*, operando um deslocamento fundamental de responsabilidade política. O locutor admite a má conduta intrínseca do governante, mas utiliza o recurso para sinalizar que essa "ação malévola" depende diretamente do apoio ou da omissão do "povo lesado". Essa configuração discursiva invalida a conclusão de que a corrupção é um fenômeno isolado nos gabinetes, transferindo o peso da mudança para as forças sociais que sustentam o poder.

A intencionalidade do autor reside na provocação de uma atitude responsiva por parte do cidadão. Por vincular a sobrevivência da fraude para a passividade popular, o cronista utiliza a língua para desvelar os mecanismos de sustentação do autoritarismo. O interlocutor é guiado para a percepção de que a realidade democrática só se transforma com a retirada do suporte ético para gestores ímprobos, transformando a análise linguística em um imperativo de engajamento social.

Excerto 2:

> A atuação do poder Executivo é importante e decisiva, **mas** se norteada pela ação saneadora de seus liderados, jamais se voltará contra o interesse coletivo.

O emprego do *masPA* neste trecho estabelece uma condição essencial para a legitimidade do poder Executivo. O locutor reconhece a importância decisiva da instância

administrativa, porém, o operador introduz a necessidade de uma "ação saneadora" dos liderados como o argumento que ratifica a eficácia do governo. Sem essa fiscalização ativa, a conclusão de benefício coletivo é anulada, restando apenas a imagem de um governo fragilizado e desprovido de guardião.

O posicionamento do cronista projeta o protagonismo do sujeito sobre as instituições burocráticas. Com o estabelecimento dessa condicionalidade, a linguagem torna-se uma ferramenta de controle democrático nas mãos do povo. O leitor é reorientado para concluir que a dignidade política é uma construção coletiva, sinalizando que o silêncio do Legislativo e a omissão popular traduzem a própria prática da indignidade.

Excerto 3:

> Observa-se, **no entanto**, que as acusações mais acerbas partidas dos legisladores, condenatórias de improbidade administrativa, são de costume silenciadas, ou simplesmente mudado radicalmente o discurso crítico honesto de ontem. O povo que a tudo assiste termina por não acreditar mais nos acusados e acusadores.

Nesta construção, o item "no entanto" atua como um operador de contraposição *masPA*, gerenciando um conflito polifônico entre a aparência do discurso parlamentar e a realidade da prática política. O primeiro enunciador (E1) apresenta o argumento (P) das "acusações acerbas e condenatórias", que orientariam o leitor para uma expectativa (r) de justiça, punição ou rigor ético. Contudo, o operador introduz o argumento (Q) do "silenciamento" e da "mudança radical de discurso", que possui maior força escalar e redireciona o interlocutor para a conclusão (não-r) da impunidade e do teatro político.

O locutor utiliza essa estratégia para desvelar a fragilidade ética do Poder Legislativo. Ao admitir o vigor inicial das acusações (P), mas invalidar sua eficácia através do operador, ele marca um posicionamento de profunda incredulidade no processo democrático. A subjetividade do autor manifesta-se no rechaço total à "honestidade de ontem", sinalizando que o discurso político é volúvel e movido por conveniências, o que contamina o julgamento da opinião pública

Conclui-se que a análise dessa crônica revela que o operador argumentativo é o eixo que rompe a inércia política. Dominar essas escolhas lexicais permite ao jovem do 8º ano desvelar o "teatro de vozes" do poder, transformando a indignação em uma marca linguística de resistência que exige coerência entre o dizer e o fazer na esfera pública.

Crônica VII: O império da lei

Complementando a denúncia iniciada na crônica precedente, Araripe utiliza o operador em análise no "O império da lei" para desvelar o abismo existente entre a norma jurídica e a realidade social dos desfavorecidos. A investigação debruça-se sobre a capacidade do operador de contraposição de desmascarar a seletividade jurídica, transformando a análise gramatical em um autêntico exercício de denúncia das desigualdades institucionais através de metáforas do cotidiano.

Excerto 1:

> A lei é letra morta, quando não se torna efetiva sua obrigatoriedade. É o princípio da coercitividade, que torna a lei exequível. **Mas** o império da lei não atinge a todos indistintamente. Os mecanismos para acionar o respeito ao direito do cidadão estão fora do alcance da grande maioria do povo.

No excerto, "mas" atua como operador de contraposição *masPA*, ao confrontar o plano teórico e o prático do Direito. O primeiro enunciado (P) aponta para a universalidade e força da norma (r); contudo, o segundo (Q), ao evidenciar a seletividade do "império da lei", assume maior força escalar e conduz à conclusão (não-r) de que a eficácia jurídica é restrita, invalidando a premissa inicial.

O cronista utiliza a polifonia para desconstruir o mito da igualdade perante a lei, ao confrontar o discurso jurídico formal (E1), que defende a exequibilidade da norma, com sua voz crítica (E2), que denuncia o abismo social no acesso à justiça. Assim, manifesta um posicionamento cético, evidenciando que a soberania do cidadão comum se torna, muitas vezes, "letra morta" diante da exclusão.

Excerto 2:

> Para a gente do povo é assegurada a vez de reclamar e pleitear o ressarcimento do dano sofrido, **mas** a efetivação desse direito é quase sempre quimérica.

Nesse enunciado, o item "mas" atua como operador de contraposição *masPA*, ao tensionar o reconhecimento formal do direito de reclamar com sua inefetividade na prática social. O primeiro argumento (P) orienta para a conclusão (r) de que o sistema jurídico é acessível; contudo, o segundo (Q), ao caracterizar essa efetivação como "quimérica", assume maior força escalar e redireciona o sentido para (não-r), evidenciando o direito como ilusório para as camadas populares.

O locutor mobiliza a polifonia para confrontar vozes sociais distintas: evoca o discurso

jurídico-constitucional (E1), que assegura o direito ao pleito, e o contrapõe à sua voz crítica (E2), que denuncia a quimera de sua efetivação. Logo, manifesta um posicionamento cético, ao revelar a lei como fachada de igualdade que encobre a exclusão real, sendo o termo “quimérica” responsável por intensificar a força argumentativa dessa denúncia.

Excerto 3:

> Esse direito que poucos alcançam, que não chega para o bico de todo mundo, é regalia de alguns, e para a maioria de deserdados do poder é mero engodo, a chupetinha que apenas consola momentaneamente, **mas** não enche a barriga de ninguém.

Nesta passagem, Araripe abandona a formalidade jurídica para adotar uma estratégia biológica e visceral. O operador "mas" confronta o "consolo momentâneo" (P) com a "fome real" (Q). A força escalar de (Q) é absoluta: o autor utiliza a língua para sinalizar que o simbolismo da lei é inútil diante da miséria material. A polifonia manifesta-se no embate entre a voz da assistência social paliativa e a voz da sobrevivência, onde a subjetividade de Araripe marca um posicionamento de profunda repulsa ética contra o Direito que serve apenas como anestésico social.

Excerto 4:

> Equivale a um crédito que a todos fosse conferido por igual, **mas** por ocasião do saque muitos constatam ser tão difícil e problemático, que torna impraticável o seu resgate.

O locutor utiliza agora uma nuance estilística financeira para descrever a cidadania. O operador gerencia o conflito entre a "concessão do crédito" (igualdade formal) e a "impossibilidade do saque" (exclusão prática). A articulação argumentativa de Araripe evidencia que a universalidade da lei é uma estratégia de fachada; o "mas" atua como o ponto de ruptura onde o cidadão descobre que sua "moeda jurídica" não possui valor de troca na realidade burocrática, consolidando a percepção de uma justiça de castas.

Excerto 5:

> [...] O direito ficou assim inviabilizado para a maioria das pessoas, no pedestal das honrarias e da veneração da sociedade, **mas** a poucos abriga sob seu pálio protetor.

O operador *masPA* neste fragmento opera a distinção entre a veneração pública do

Direito e sua eficácia restrita. O locutor admite que a estrutura jurídica ocupa um lugar de honra na sociedade, mas sinaliza que essa proteção abriga apenas "poucos" sob seu pálio. Tal operação semântico-argumentativa invalida a percepção de um abrigo universal, orientando o interlocutor para a visão de um sistema que se assemelha para uma casta protetora de privilégios.

Essa estratégia polifônica revela o posicionamento vigilante do autor perante as fachadas institucionais. Por isolar a maioria da população do pálio protetor da lei, o cronista utiliza a língua para dar voz para aqueles que o Direito invisibiliza. O interlocutor é guiado para a constatação de que a dignidade jurídica é, na prática, uma regalia, sinalizando que a verdadeira democracia exige o fim do pedestal das honrarias em favor da justiça social efetiva.

Excerto 6:

> O judiciário tem sido acionado e feito valer a Lei Magna, **mas** haja tempo, paciência e vida longa para aqueles que não possam prescindir do direito pleiteado para prover a própria subsistência.

A trajetória analítica encerra-se com uma nota de ironia trágica. O operador introduz a "vida longa" como uma condição irônica para a eficácia da justiça. O autor admite que o sistema funciona (E1), mas o operador anula a utilidade dessa justiça se ela for tardia. A subjetividade final é um apelo existencial: Araripe utiliza a materialidade da língua para gritar que o tempo da lei não pode ignorar o tempo da vida, transformando o "mas" em uma ferramenta de urgência humanitária.

O percurso por esta última obra consolida a compreensão de que o domínio do funcionamento argumentativo do “mas” possibilita ao sujeito reconhecer e problematizar a seletividade da norma. Para o aluno, compreender os efeitos de sentido produzidos por esse operador — em seus movimentos de concessão, contraposição e reorientação discursiva — favorece o desenvolvimento da atividade epilinguística necessária para questionar a “letra morta” da lei e reivindicar uma cidadania efetivamente exequível e humana.

Quadro 5 – Síntese das discussões argumentativas e marcas de polifonia

CRÔNICA	OPERADORES	TIPO (TAL)	FUNÇÃO ARGUMENTATIVA E POLIFONIA	POSICIONAMENTO DO LOCUTOR
O tempo passou na janela	mas, no entanto	masPA /	Anulação de expectativas e retificação hiperbólica;	Crítico perante a tecnologia e a política tradicional.

		masSN	conflito entre a voz do registro estético e a da vigilância digital.	
Numa escola ocupada	mas, no entanto, porém	masPA / masSN	Quebra de conclusões e retificação da posse pública; embate entre a voz da autoridade e a resistência discente.	Favorável para o protagonismo estudantil.
Votar	mas, no entanto	masPA / masSN	Instrução condicional e retificação da culpa; anulação de objeções prévias do eleitor para estabelecer um pacto de confiança.	Pedagógico e defensor da soberania perante a coação.
Fascismo, não!	mas, no entanto	masPA / masSN	Intensificação escalar perante a tolerância; retificação categórica via metáfora médica e exclusão de candidatos sem humanismo.	Antifascista e eticamente intransigente.
A República do Crato	Mas	masPA	Contraste escalar entre brevidade temporal e impacto histórico; quebra de expectativa relacionada para a memória local.	Valorização da identidade e da herança libertária regional.
A dimensão da fraude	mas, no entanto, porém	masPA	Deslocamento de responsabilidade política para o povo; condicionalidade para a eficácia e legitimidade do poder Executivo.	Crítico perante a omissão popular e a fraude legislativa.

O império da lei	Mas	masPA	Denúncia da exclusão jurídica via metáforas de subsistência; anulação da promessa de igualdade formal perante a realidade.	Cético perante a universalidade da lei e a demora do Judiciário.

Fonte: Sistematização realizada pela autora com base nas análises–2025

A análise do *corpus* demonstra, portanto, que o operador "mas" desempenha papel estruturante na organização argumentativa das crônicas políticas, ao reorientar forças discursivas e administrar o entrelaçamento de vozes que constituem o dizer. A compreensão desse funcionamento linguístico-discursivo favorece o desenvolvimento da consciência epilinguística do estudante do 8º ano, permitindo-lhe ultrapassar uma leitura meramente decodificadora e apreender as orientações argumentativas que constituem o projeto enunciativo do autor.

A partir desses resultados analíticos, a subseção seguinte desloca o foco para a dimensão pedagógica da pesquisa, discutindo como esses conhecimentos sobre o funcionamento argumentativo da língua podem fundamentar práticas de mediação voltadas à formação de leitores críticos e autônomos.

5.2 REFLEXÕES PARA A SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A transposição dos resultados desta pesquisa para a Educação Básica demanda que o ensino de língua seja compreendido para além de sua dimensão normativa, assumindo-se como espaço de análise das práticas discursivas que estruturam a vida social. Nessa perspectiva, o trabalho com a gramática deixa de constituir um fim em si mesmo para configurar-se como uma instância de problematização dos sentidos e das relações de poder que se materializam nos discursos.

Tal deslocamento implica reconhecer que o uso de operadores argumentativos, como o "mas", não se limita a uma função sintática, mas integra estratégias de orientação do dizer. Ao analisar crônicas políticas, observa-se que o emprego do masPA, por exemplo, permite ao locutor incorporar um ponto de vista para, em seguida, redirecionar a argumentação em favor de outra conclusão. Compreender esse funcionamento possibilita ao estudante ultrapassar uma leitura linear e identificar os movimentos de construção de sentido que orientam o texto.

Nesse contexto de maturação da atividade epilinguística, o princípio do “uso–reflexão–uso” mostra-se fundamental. O estudo dos conectivos não deve restringir-se à nomenclatura gramatical, mas articular-se à análise de seus efeitos discursivos. Por isso, ao perceber que a escolha de um operador implica direcionar o interlocutor para determinadas conclusões, o estudante passa a atuar de forma mais consciente tanto na leitura quanto na produção textual.

Essa abordagem também reposiciona o papel do professor, que deixa de ser um transmissor de conteúdos para assumir a função de mediador de processos interpretativos. Cabe-lhe promover situações em que os alunos possam analisar a polifonia constitutiva dos textos, reconhecendo o embate entre diferentes vozes e posicionamentos. Tal exercício contribui para o desenvolvimento de uma escuta discursiva sensível à pluralidade de perspectivas, condição indispensável à participação em contextos democráticos.

No âmbito da produção escrita, torna-se igualmente relevante enfatizar a dimensão da autoria. Mais do que atender a critérios normativos, o estudante deve ser incentivado a planejar seus textos considerando os efeitos de sentido que pretende produzir. A revisão e a reescrita, orientadas pela eficácia dos operadores argumentativos, favorecem a compreensão de que o sentido resulta de escolhas e negociações, e não de uma correspondência automática entre forma e conteúdo.

A escolha da crônica política como objeto de trabalho justifica-se por sua capacidade de articular linguagem acessível e reflexão social. Portanto, ao aproximar o estudo da língua de temas do cotidiano, esse gênero possibilita que o aluno reconheça a pertinência da análise linguística para a compreensão da realidade. Nesta convergência entre o saber e a vida, a sala de aula configura-se como espaço em que a leitura e a escrita se vinculam a práticas sociais concretas.

Em convergência com esse projeto de leitura do mundo, a incorporação de textos que dialoguem com o contexto local dos estudantes potencializa esse processo, ao favorecer a identificação e o engajamento. Logo, ao reconhecer-se nos discursos analisados, o sujeito em formação tende a assumir uma postura mais ativa diante da linguagem, compreendendo-a como recurso de intervenção no mundo social.

As reflexões aqui desenvolvidas apontam, portanto, para uma educação linguística orientada pela articulação entre análise e uso, na qual o domínio dos mecanismos argumentativos contribui para a formação de leitores e produtores de texto mais conscientes de suas escolhas. É nesse horizonte que se insere o Recurso Educacional apresentado na seção seguinte, concebido para traduzir esses princípios em práticas pedagógicas sistematizadas.

6 RECURSO EDUCIONAL: CADERNO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO COM CRÔNICAS POLÍTICAS

O recurso educacional resultante desta pesquisa visa integrar a fundamentação teórica à prática docente, oferecendo ao professor de Língua Portuguesa uma proposta que articula o ensino da língua à reflexão política e social. O intuito é proporcionar subsídios didático-metodológicos que capacitem o estudante a compreender a linguagem como essencialmente argumentativa, utilizando-a de forma intencional e consciente em eventos interativos. Intitulado *Caderno Didático-Pedagógico: Vozes Enunciativo-Argumentativas*, este material constitui o retorno social deste estudo no âmbito do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS).

Para materializar essa proposta, a articulação entre a Sequência Didática (SD) e as Oficinas Pedagógicas constitui o eixo motor necessário para que a transposição dos conceitos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) ocorra de modo sistematizado e progressivo no cotidiano escolar. Enquanto a SD provê a organização estrutural indispensável para o domínio do gênero crônica política, as oficinas promovem o dinamismo e o engajamento colaborativo, fundamentando-se em metodologias ativas nas quais o aluno constrói conhecimento pela ação e reflexão direta sobre a língua.

Nesse processo de ensino, o indivíduo deixa de ocupar a posição de mero receptor de normas gramaticais para assumir o papel de analista de sentidos. Dessa maneira, ele investiga a materialidade do texto e a intencionalidade que orienta as escolhas lexicais. A partir desse movimento, compreende como os operadores de contraposição atuam como recursos estratégicos. Tais operadores gerenciam forças enunciativas e orientam o leitor no reconhecimento de contradições sociais e institucionais.

Para viabilizar tal protagonismo, o material é direcionado, primordialmente, ao 8º ano do Ensino Fundamental, segmento no qual se busca consolidar práticas de linguagem engajadoras e críticas. Não obstante esse foco inicial, sua arquitetura flexível permite que os roteiros sejam adaptados tanto para o 9º ano quanto para o Ensino Médio, atendendo às necessidades de diferentes contextos educacionais.

Ademais, a transversalidade dos temas políticos e sociais abordados favorece o diálogo interdisciplinar, especialmente com as áreas de História e Geografia, o que amplia significativamente a leitura de mundo do estudante. Ressalta-se, ainda, que as atividades propostas não pretendem restringir a autonomia do fazer docente; ao contrário, visam oferecer subsídios para um ensino epilinguístico, focado na investigação constante dos efeitos de sentido produzidos pela língua em uso.

Integrada a essa proposta de reflexão constante, a implementação das estratégias de leitura de Isabel Solé revela-se fundamental para consolidar a compreensão como um processo ativo e interacionista de construção de significados. Nesse sentido, ao mobilizar conhecimentos prévios e realizar inferências durante a leitura mediada das crônicas, o aprendiz percebe que o sentido não constitui uma entidade estática a ser meramente decodificada. Ao contrário, ele emerge de um diálogo contínuo entre as vozes do autor, as experiências do leitor e o contexto político-social em que se insere.

Complementando essa dimensão interacionista, a prática pedagógica expande-se para além da leitura silenciosa, pois a valorização da vocalidade, fundamentada em Paul Zumthor, resgata a dimensão viva e performática do discurso político. Sob essa ótica, a leitura em voz alta é mediada pelo professor como modelo de leitor experiente. Essa experiência permite que o aluno perceba, por meio de pausas e entonações, as ironias e as marcas de subjetividade impressas pelos operadores argumentativos. Desse modo, aproxima-o da força emocional essencial que sustenta a crônica.

Toda essa exploração prática e analítica encontra seu alicerce na Teoria da Argumentação na Língua (TAL), de Oswald Ducrot e colaboradores, que constitui a base teórica primordial do Caderno. Essa perspectiva permite ao professor superar a abordagem estritamente normativa da gramática ao explorar os operadores argumentativos — como *mas*, *porém* e *contudo* — enquanto elementos estratégicos que não apenas conectam orações, mas orientam os enunciados para conclusões específicas e ativam a polifonia discursiva. Ademais, esse direcionamento linguístico alinha-se perfeitamente às competências gerais sete e dez da BNCC, que preconizam a argumentação ética e a participação responsável na vida pública, convergindo com os princípios da Pedagogia Dialógica de Paulo Freire.

Nesse horizonte de diálogo e confronto de ideias, a exploração da polifonia bakhtiniana em sala de aula permite que o estudante identifique e articule as múltiplas vozes sociais que habitam o texto, como a voz do sistema, a do povo enganado e a do senso comum. Esse exercício analítico é vital para desconstruir mecanismos de manipulação discursiva, capacitando o jovem a perceber como o uso estratégico do “mas” funciona para dar peso a certas perspectivas e enfraquecer vozes discordantes no embate político.

Como suporte fundamental para uma intervenção consciente na realidade social, a distinção analítica entre o *masPA* e o *masSN* oferece ao aluno condições precisas para a construção de sua própria autoria crítica. Enquanto o *masPA* permite reconhecer e ponderar argumentos de outros antes de introduzir uma ressalva de força argumentativa superior, o *masSN* viabiliza a retificação categórica, por parte do sujeito, de injustiças e silenciamentos

históricos, permitindo que a língua seja usada para marcar posicionamentos éticos inegociáveis. Dentro desta interface analítico-social, o domínio desses operadores transcende a classificação normativa tradicional, proporcionando ao discente a segurança necessária para exercer seu direito de voz e protagonismo em instâncias de disputa de poder.

Visando materializar esses conceitos em uma jornada pedagógica sistematizada, o recurso organiza-se em introdução, apresentação, uma aula de abertura e sete oficinas subsequentes:

- **Abertura:** "O que é crônica política e por que ela importa?", fundamentada no texto *"Votar"*, de Rachel de Queiroz, esta oficina inaugural estabelece as bases da jornada. O objetivo é desmistificar a política, movendo o aluno da "reclamação" para a "argumentação". Por meio de rodas de conversa, busca-se compreender a função social da crônica como uma lente crítica sobre o cotidiano e a importância da palavra como instrumento de cidadania
- **Oficina I:** "Transparência e contradição no discurso político", a partir da crônica de Fernando Gabeira. Utilizando a crônica *"O tempo passou na janela"*, de Fernando Gabeira, os alunos atuam como analistas de sentidos. O foco é a investigação dos operadores de contraposição (como *mas, porém, contudo*), Esses itens linguísticos são estudados como recursos que gerenciam diferentes forças enunciativas e orientam o leitor para o reconhecimento e o desvelamento de contradições sociais e institucionais presentes na materialidade do texto.
- **Oficina II:** "Juventude, resistência estudantil e crítica social", a partir de *"Numa escola ocupada"*, de Antonio Prata, a oficina explora o protagonismo juvenil. O diferencial analítico aqui é a análise profunda da distinção entre o *masPA* (que introduz argumentos de força superior) e o *masSN* (que opera retificações categóricas), permitindo que o estudante identifique como essas escolhas linguísticas revelam a subjetividade e o posicionamento do autor frente à resistência estudantil.
- **Oficina III:** "Tolerância e intolerância: o limite ético da convivência democrática", esta oficina utiliza uma vivência imersiva e um podcast interdisciplinar (História e Geografia) para contextualizar a crônica *"Fascismo, não!"*, de José Flávio Vieira. Utilizando-se de dinâmicas como o "Muro da Censura", os alunos debatem os limites da liberdade de expressão e aprendem a articular linguisticamente defesas éticas contra discursos de ódio.

- **Oficina IV:** "Memória e esquecimento político: a história que a cidade silencia", focada na valorização da identidade local através de *"A República Independente do Crato"*, de José Flávio Vieira, a oficina conta com um convidado especial para discutir silenciamentos históricos. A prática envolve a análise epilinguística, onde os alunos avaliam como o uso do “mas” denuncia o apagamento de fatos épicos pela narrativa oficial.
- **Oficina V:** "A política como promessa e engano: quem sustenta a fraude?", baseada em *"A dimensão da fraude"*, de Jósio Araripe, esta etapa integra a análise de charges e cartuns ao texto escrito. O trabalho foca na polifonia bakhtiniana, ensinando o aluno a articular múltiplas vozes sociais (a voz do político, do povo enganado, do senso comum) para desconstruir mecanismos de manipulação discursiva.
- **Oficina VI:** "Direito para quem? A desigualdade diante da lei como desafio democrático", relacionando a legislação à realidade prática. Partindo de *"O império da lei"*, de Jósio Araripe, os estudantes constroem o "Mural da Injustiça Cotidiana". A oficina visa confrontar a igualdade teórica da legislação com a aplicação prática desigual, utilizando a produção oral de contrapontos para que o aluno perceba a língua como um recurso para intervenção e denúncia social.
- **Oficina VII:** "Encerramento crítico", o estágio final é a culminância da autonomia discursiva. Os alunos planejam, redigem e revisam suas próprias crônicas políticas, consolidando o uso intencional dos operadores argumentativos. A jornada termina em um Sarau e no "Varal da Crítica", espaços de socialização onde a palavra assume seu papel transformador e a escola reafirma-se como um laboratório de cidadania ativa.

No intuito de conferir suporte ao desenvolvimento dessas etapas, a avaliação nesse cenário é transmutada em um processo formativo e contínuo, estruturado para acompanhar a evolução das habilidades argumentativas por meio de instrumentos diversificados. A utilização de rubricas de engajamento, quadros de análise semântica e sessões de revisão em pares assegura que o acompanhamento pedagógico foque na capacidade estratégica do estudante de avaliar a força dos argumentos em seus próprios projetos de dizer.

A partir dessa maturação analítica, a culminância do percurso reside na socialização das produções, materializada em momentos como o Sarau e o Varal da Crítica, que reafirmam a escola como um território de interação social autêntica. Ao vocalizar e expor suas crônicas autorais, o estudante exerce um agir real sobre o interlocutor, transformando a palavra em um instrumento de intervenção consciente para manifestar sua própria visão de mundo perante a

comunidade escolar.

Em sintonia com essa prática, a integração estratégica entre a Teoria da Argumentação na Língua e a Pedagogia Freiriana atinge seu objetivo primordial ao consolidar a autonomia discursiva e a emancipação do sujeito. Tal articulação teórica permite que a competência argumentativa transcenda a sala de aula, garantindo que o ato de ler e escrever se alongue no mundo como uma percepção crítica das relações entre texto e contexto.

Norteado por esse compromisso ético-político, o propósito final deste caderno é favorecer a conquista, pelo estudante, da segurança necessária para utilizar a língua não meramente como um código de comunicação, mas como um poderoso instrumento de resistência crítica e de exercício pleno da cidadania ativa nos espaços democráticos. Como alicerce desse agir responsivo, o domínio dos operadores argumentativos contribui para a consolidação das bases que permitem ao jovem assumir o protagonismo de sua própria história social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas tensionam e redirecionam certos modos de compreender a dimensão semântico-argumentativa da linguagem no ensino. Nesse movimento analítico, os resultados desta investigação evidenciam que a linguagem não se configura como um meio neutro de transmissão, mas como um espaço de produção de sentidos atravessado por intencionalidades e posicionamentos. À luz da Teoria da Argumentação na Língua, evidenciou-se que a mediação docente pode tornar perceptíveis os mecanismos pelos quais os recursos linguísticos orientam a interpretação, deslocando o ensino de uma perspectiva centrada na descrição para uma abordagem voltada a dinâmica do discurso.

Esse deslocamento implica reconhecer a língua como um sistema em permanente reconfiguração, o que exige do professor uma postura formativa contínua. Não se trata apenas de atualizar conteúdos, mas de revisar modos de abordagem ainda ancorados em práticas que privilegiam a classificação em detrimento da análise do uso. Nesse sentido, a atuação docente passa a incidir diretamente sobre a capacidade do aluno de operar com sentidos em situações concretas de linguagem.

Foi nesse horizonte que a pesquisa respondeu à questão central acerca da contribuição do operador “mas” para o desenvolvimento da argumentação e da autonomia discursiva no 8º ano do Ensino Fundamental. Diante das dificuldades observadas na produção de discursos argumentativos, propôs-se um tratamento que ultrapassa a leitura normativa e considera o “mas” como operador de orientação argumentativa, capaz de instaurar relações de contraposição, complementação, retificação e reconfiguração de conclusões.

O objetivo de elaborar um recurso didático voltado ao trabalho com esse operador em crônicas políticas foi atingido na medida em que a articulação entre fundamentação teórica e análise do *corpus* resultou em uma proposta metodológica consistente. A investigação do funcionamento de *masPA* e *masSN* forneceu subsídios concretos para a transposição didática, permitindo que o ensino de gramática se organize em torno da reflexão e produção de efeitos de sentido.

A análise interpretativista evidenciou que escolhas lexicais e sintáticas não são aleatórias, mas operam como estratégias de orientação do interlocutor. Ao examinar o *corpus*, foi possível observar como determinados encadeamentos linguísticos conduzem a conclusões específicas, restringindo ou ampliando possibilidades interpretativas. Esse movimento analítico constituiu a base para a elaboração do Caderno Didático-Pedagógico.

No que diz respeito às hipóteses, confirmou-se que o domínio do operador “mas”

favorece a construção da contra-argumentação e contribui para a coerência textual. Ao compreendê-lo como elemento de contraposição, o estudante amplia sua capacidade de articular pontos de vista divergentes, o que repercute diretamente na organização do dizer.

Também se validou que a análise desse operador como marcador de polifonia amplia a percepção das múltiplas vozes que atravessam o texto. Ao reconhecer essas vozes, o aluno passa a lidar com o discurso de forma menos imediata, identificando tensões, deslocamentos e negociações de sentido que não se evidenciam em uma leitura superficial.

A hipótese referente à eficácia da abordagem semântico-discursiva frente à classificação normativa foi igualmente corroborada. Os dados indicam que o ensino orientado pelo uso favorece escolhas linguísticas mais ajustadas às intenções argumentativas, ao passo que a ênfase exclusiva na nomenclatura tende a limitar a compreensão do funcionamento da língua.

A análise das sete crônicas políticas permitiu observar que os operadores *masPA* e *masSN* atuam como dispositivos de orientação da leitura, antecipando objeções e reconfigurando expectativas interpretativas. Esses mecanismos evidenciam que o dizer se constrói por meio de operações que organizam não apenas o que é dito, mas também o modo como o interlocutor é conduzido a interpretar.

A escolha da crônica como gênero mediador mostrou-se produtiva ao articular o estudo linguístico a temas socialmente situados. Ao trabalhar com textos que mobilizam questões públicas, o ensino de língua passa a operar em um campo em que a análise do discurso se relaciona diretamente com práticas concretas de significação.

O Caderno Didático-Pedagógico, resultante desse percurso, configura-se como uma proposta de intervenção que busca traduzir os pressupostos teóricos em práticas de ensino. Ainda assim, é necessário reconhecer que sua eficácia depende das condições de aplicação e das especificidades de cada contexto escolar, o que impõe limites aos alcances aqui apresentados.

Em que pese a validação empírica dessas premissas, embora os resultados confirmem a pertinência da abordagem adotada, também indicam a necessidade de ampliar o escopo da investigação, incorporando aplicações em sala de aula e análises em diferentes contextos. A expansão desse percurso investigativo mostra-se fundamental para tensionar a proposta em situações concretas de ensino, nas quais suas potencialidades e limites possam ser mais precisamente observados.

Ancorado nesse horizonte emancipatório, assume-se, em consonância com os pressupostos de Paulo Freire, que ensinar língua não se reduz à transmissão de conteúdos, mas implica criar condições para que os sujeitos compreendam criticamente o funcionamento do

dizer e sua inserção nas práticas sociais. Sob essa perspectiva, o trabalho com a linguagem deixa de ser um exercício de reprodução e passa a constituir-se como prática de posicionamento e intervenção — de modo que aprender a dizer deixa de ser apenas um gesto de expressão e passa a configurar-se como ato consciente de inscrição, disputa e responsabilidade no mundo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar:** Gerenciando razão e emoção. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, Deyse Souza. **O trabalho com o gênero resenha crítica nas aulas de Língua Portuguesa**: a contribuição das metodologias ativas. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

ANDRADE JÚNIOR, Paulo Medeiros de. **A semântica dos operadores de contrajunção no artigo de opinião a partir de um livro didático do nono ano do Ensino Fundamental**: uma proposta de sequência didática. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras)- Programa de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

ÂNGELO, Ivan. Sobre a crônica. **Revista Na Ponta do Lápis**, São Paulo, a. 3, n. 6, p. 10, ago. 2007.

ANSCOMBRE, Jean-Claude, Ducrot, Oswald. L'argumentation dans la langue. *In*: **Langages**, 10e année, n. 42, 1976.

ARARIPE, Jósio de Alencar. **A palavra sem medo:** crônicas e artigos. Organizado por Flamínio de Alencar Araripe. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2025.

ASCOMBRE, Jen-Claude; DUCROT. Oswald. **La argumentación en La lengua.** Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredo S.A.,1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. Tradução de: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARBISAN, Leci. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. **Letras**, Santa Maria, RS, n. 33, p. 23-35, dez. 2006.

BARBOSA, Maria Vanice Lacerda de Melo. **Modalização e polifonia no gênero resenhar acadêmica**: um olhar apreciativo sobre a voz da ciência. 2015. 202f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.

BEZERRA, B. G. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos.** 2006. 256f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

BRAIT, Beth. PNCs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. *In*: ROJO, Roxane (Or.) **A prática de linguagem em sala de aula:** praticando os PCNs. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 7-8.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília**, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1980.

CÂNDIDO, Antônio; MEYER, Marluse Magali; LOPEZ, Telê Porto Ancena. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp ; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa,1992.

CARVALHO, Henrique Fagundes. **Diálogo em tempos de silenciamento**: o político na crônica de Carlos Drummond de Andrade nos "Anos de Chumbo" [manuscrito]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. 189 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, Faculdade de Letras, 2021.

CARVALHO, Luiza Emanuele Monteiro de. **A construção da argumentação em produções textuais de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

CASTRO, Maria Gabriela Rodrigues de. **A argumentação prática no Ensino Básico**: uma jornada didática rumo à competência argumentativa. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 213 f.

COSTA, Polyanna Paz de Medeiros. **A construção de argumentos em diários de leituras produzidos por alunos do 6º ano do Ensino Fundamental**. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS),Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

COSTA, Thanielle Magalhães. **O uso das conjunções coordenadas em processos de escrita e reescrita de textos**: a construção da argumentação em artigos de opinião produzidos por estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental. 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS), Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2020.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1988.

DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento**. SP, Edusc, 2005. DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Argumentação e "topoi" argumentativos. *In*: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 15-33.

DUCROT, Oswald. Argumentação Retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**,

Porto Alegre, v. 44, n. 1, jan./mar. 2009.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**. Leis lógicas e leis argumentativas. São Paulo: Global, 1981b.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer:** linguagem e lógica. Trad. Brás. Global Universitária. São Paulo, 1981a.

DUCROT. Oswald. **Enciclopédia**. EINAUDI. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.2, 1984.

DUCROT. Oswald. **Polifonia y Argumentación:** Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

ESPÍNDOLA, Lucienne C. **A entrevista:** um olhar argumentativo. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

ESTEVAM, Madson Bruno Soares; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Leitura e escrita na olimpíada de língua portuguesa: aspectos enunciativos em o amargo sabor da castanha. **Verbum**, v. 13, n. 2, 143-157, 2024.

FERNANDES, Wesley Stefani. **Ebook com orientações apologéticas para estudantes do Ensino Médio, filiados à igreja Assembleia de Deus**. 2023. Dissertação. (Mestrado Profissional em Teologia) - Faculdades Batista do Paraná, Novo Hamburgo, 2023.

FERREIRA, Simone Cristina Salviano. Afinal, o que é a crônica? *In*: TRAVAGLIA, Luiz Carlos; FINOTTI, Luísa Helena Borges; MESQUITA, Elisete Maria Carvalho (org.). **Gêneros de texto**: caracterização e ensino. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 347–394.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANÇA, Lucineide Pires da Silva. **Resenha crítica**: leitura e desenvolvimento da argumentação no 9º ano do Ensino Fundamental. 2022. Dissertação (Mestrado emLinguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística e Ensino, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados,1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. Ed. rev. Atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GABEIRA, Fernando. O tempo passou na janela. **Blog**. Disponível em: <https://gabeira.com.br/o-tempo-passou-na-janela/>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

GARCIA, Othor Moacir. **Comunicação em prosa moderna***:* aprendendo a escrever, aprendendo a pensar. 27. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Esfera e campo*. In*: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave*.* São Paulo: Contexto, 2006, p. 133-160.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação:** um estudo de conjunções do português. 3. Ed. Campinas: 2002.

GUIMARÃES, Fernanda Taís Brignol; BRISOLARA, Valéria Silveira; SOBRAL, Adail. Gêneros textuais e/ou gêneros do discurso? Um olhar da perspectiva dialógica da linguagem sobre o gênero. **Revista Educação e Linguagens**, v. 9, n. 18, p. 506-520, 2020.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10.ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2021.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

LAURITO, Ilka Brunhilde; BENDER, Flora Christina. **Crônica:** história, teoria e prática. São Paulo: Com. – Arte/EDUSP, 1990.

LUCENA, Ana Luiza Valentim Rocha. **Práticas de letramento literário a partir do trabalho com a interdiscursividade em crônicas**: uma proposta para o 6º ano do Ensino Fundamental. 2023. Dissertação (Mestrado Profletras) – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Garanhuns, 2023.

MADEIRA, Ana Maria Gini. **Da produção à recepção**: uma análise discursiva das crônicas de Luis Fernando Veríssimo. 2005.189 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais & Ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTORELLI, Ana Berenice Peres. Operadores argumentativos em língua espanhola. In: SILVA, Joselí Maria da; ESPÍNDOLA, Lucienne (Org.). **Argumentação na língua** – da pressuposição aos topoi. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. v. 1, p. 85-110.

MEDEIROS, Josiele Machado. **Imagens de um Brasil**: 1964 na ótica drummondiana. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1995.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária:** Prosa. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORAES, Renata Lara de. **Artigo de opinião em livros didáticos do Ensino Fundamental**: mudanças e permanências. 2021. 220 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: a polifonia — recurso modalizador na notícia jornalística. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2005. Tese (Doutorado em Linguística/Semântica) – Programa de Pós-graduação em Letras/Universidade Federal da Paraíba. 2005.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. A polifonia de locutores no gênero ata: estratégia semântico argumentativa. **Revista Desenredo**, v. 8, n. 2, p. 112-130, 2012.

PASSOS, Madalena de Castro. **Emenda Constitucional Nº 95/2016**: uma análise desde a proposta até a sua aprovação no legislativo federal. Orientadora: Thaís Regis Aranha Rossi. 2023. 104f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde Coletiva - Universidade do Estado da Bahia, 2023

PRADO, Andréia Cristina do. **A crônica jornalística em sala de aula:** um olhar sobre o trabalho com a escrita. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós graduação em Letras (PROFLETRAS), Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

PRATA, Antonio. **Por quem as panelas batem:** Crônicas políticas (2013-2021). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico [recurso eletrônico]. 2. ed.

Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROENÇA FILHO, Domício. (Org.). **Literatura Brasileira:** Ensaio. Crônica, teatro e crítica. São Paulo: Norte Editora, 1986.

QUEIROZ, Rachel de. Votar. **Portal da Crônica Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto MoreiraSalles / Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/9231/votar>. Acesso em: 20 de maio de 2025.
SÁ, Jorge de. **A crônica**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1985. SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1987.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1997.

SANTOS, Edna Silva dos; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de. As múltiplas competências mobilizadas na escrita argumentativa: uma experiência circunscrita a duas escolas públicas de Sergipe. *In*: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; ANDRADE, Alexandre de Melo; MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (orgs.). **Estudos linguísticos e literários em múltiplas perspectivas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. p. 18-50.

SANTOS, Leonor Werneck dos; TEIXEIRA, Carlos Santos. Linguística textual e ensino: panorama e perspectivas. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria da Silva (orgs.). **Linguística textual:** diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador/PPGEL-UFES, 2017. p. 425-446.

SERRA, Ana Lúcia da Silva. **A argumentação no cotidiano escolar do Ensino Médio**. 2023. 211 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Adriana Ferreira da. **O gênero textual crônica na aula de Língua Portuguesa**: práticas de leitura e aprendizagem no Ensino Fundamental. 2023. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS), Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2023.

SILVA, Carmem Luci da Costa. O diálogo de Oswald Ducrot com Émile Benveniste. *In*: TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. **O sentido na linguagem:** uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 167-190.

SILVA, Inácio Francisco Teixeira. **Uma análise dos operadores argumentativos em artigos de opinião no 8º ano do ensino fundamental a partir de uma sequência didática**. 2020. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba Brasil, 2020.

SILVA, Marcos Antônio da. **O mas na produção textual**: uma análise semântico-discursiva. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

SILVA, Marcos Antônio da. **Os operadores de contraposição no gênero resumo**

acadêmico: perspectiva linguístico-discursiva. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Marcos Antônio da; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Argumentação e polifonia na produção de textos de opinião: repensando a função do "mas". **Revista Prolíngua**, v. 6, n. 1, p. 26-45, jan./jun. 2011.

SILVA, Sílvio Ribeiro. **Teoria aplicada sobre gêneros do discurso/textuais**. 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos/teoria%20aplicada%20sobre%20g%C3Aneros%20do%20discurso-textuais%20-%20silvio%20da%20>. Acesso em: 25 de outubro de 2025.

SILVA, Sílvio Ribeiro. **Teoria aplicada sobre gêneros do discurso/textuais**. 2008.

SIMBORA Pratozinho. **Blog**. Disponível em: <https://simborapramatozinho.blogspot.com/2025/>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetização no Brasil:** O Estado de conhecimento. Brasília: INEP/MEC, 1989.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOBRAL, Adail. Um diálogo bakhtiniano com Luiz Antônio Marcuschi. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS – SIGET, 4., 2007, Tubarão. **Anais** [...] Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2007. p. 2106-2112.

SOUSA, Aída Maria Bandeira de. **Caderno pedagógico**: uma proposta de atividades na perspectiva dos modalizadores discursivos em artigo de opinião nos livros didáticos do 8° e 9° anos do Ensino Fundamental. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS), Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras – PB. 204 f.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De magis a mas: uma hipótese semântica. *In*: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

ANEXOS

ANEXO A – O tempo passou na janela Autor: Fernando Gabeira

Estou em Brasília. É o segundo impeachment que presencio. Conheço a coreografia, embora, com o passar dos anos, ela tenha se tornado mais visual, mais voltada para as TVs, como os desfiles de escolas de samba. Vou documentar fantasias e adereços, mas no universo das coisas existe um personagem ao qual vou me dedicar: os smartphones. Há um exército de 170 milhões de smartphones no país, e quem viaja pelo interior vê sua capilaridade. Foi uma espécie de introdução das asas a um novo tempo movido pela busca de transparência.

O projeto do PT e da esquerda bolivariana era produzir uma visão do século passado, adaptá-la com a etiqueta de socialismo do século XXI, usando o caminho eleitoral e a conquista progressiva das instituições. Sem se dar conta, estava sendo engolfado por outro tipo de revolução em que os novos instrumentos tornam possível uma grande demanda internacional: transparência.

Em certos momentos, o PT rendeu-se a essa corrente: ampliou a autonomia da Polícia Federal, fez uma lei de acesso às informações. Mas ainda assim subestimou a luta pela transparência como se fosse apenas mais uma ideia entre outras. Ignorou suas bases materiais, sua irresistível dinâmica.

Essa miopia levou o PT à sua mais crucial contradição: armar o maior esquema de corrupção da história, no momento em que a sociedade e as instituições estão mais bem posicionadas para impor um alto grau de transparência.

Isso é um movimento que transcende o Brasil. As coisas toleradas no passado deixaram de ser no presente. Dilma não entendeu isso, nem o PT. Eles sempre dizem: no passado foi assim, se forem nos punir, têm de punir os outros.

Existe um momento em que as coisas que sempre foram assim simplesmente deixam de ser. Lembrar isso não é impulso de velho reacionário. Assim como não era lutar pela quebra de monopólio estatal das telecomunicações. O PT e a esquerda em sua órbita foram contra, **mas** não imaginavam que surgiria dali a base material que iria contribuir para sua desgraça.

O PT perdeu o bonde da transparência, um tipo de luta conta não só com princípios, mas também com sólida estrutura tecnológica, ao contrário da revolução bolivariana com benesses impagáveis. Diante desse novo universo onde tudo se compartilham, tudo se fotografa, tudo se investiga, a escolha política era dar as mãos à transparência e transformá-la numa poderosa aliada do governo, pois ela traz consigo uma outra bênção: a credibilidade.

O PT entendeu esse novo universo como um pedaço onde poderia desenvolver sua guerrilha, esconder seus crimes, combater os adversários, ironizar os velhos reacionários

adeptos da frase de outro velho, Lord Keynes: quando os fatos mudam, mudo de opinião – o senhor, o que faz? Muito em breve saberemos mais completamente o que se passou no Brasil. Talvez algumas pessoas não esperem apenas os fatos, mas uma avalanche de fatos pra mudar de opinião.

Ao contrário do impeachment de Collor, o de hoje representa um trabalho que veio da sociedade e foi apenas secundado pelo sistema político. Quem assumir o poder já entra devendo. É um partido que foi sócio de um projeto criminoso. Se refletir sobre a desgraça do PT, não tentará novos assaltos, porque serão descobertos, não tentará interferir em instituições autônomas, pois, ao lado da sociedade, elas não permitirão. Com os atuais meios de controle é impossível a sobrevivência de um governo corrupto. Os novos governantes precisam refletir sobre isso.

O vídeo de Temer não toca nesse detalhe que mobiliza milhões de pessoas. Não podia esquecer. Nem vazar por engano. A espionagem internacional tem um enorme aparato para grampear presidentes. Dispensa colaboração espontânea.

Se hoje à noite estiverem comemorando a chegada ao governo, não se esqueçam: a presença de Eduardo Cunha é intolerável. Não se erguem muros para discutir sua queda. É uma ponte simbólica entre a maioria e a minoria no Brasil. É o nosso carnaval da quarta-feira.

17 de abril de 2016.

ANEXO B – Numa escola ocupada Autor: Antonio Prata

Nós fomos falar de literatura, mas esperávamos que a discussão migrasse para a proposta de fechamento das noventa e duas escolas estatuais em São Paulo, o impeachment, a crise hídrica e outros temas espinhosos do noticiário. No entanto, a conversa que eu e os amigos escritores Fabrício Corsaletti, João Paulo Cuenca, Chico Mattoso e Paulo Werneck tivemos com os alunos de uma das cento e noventa e seis escolas ocupadas, no último domingo, não poderia ter sido mais diferente do que imaginávamos.

"Alckmin" foi pronunciado uma vez só – e por mim. A política, nesse sentido menor, mesquinho, que vem sendo praticado pelo país nos últimos quinhentos e quinze anos, passou longe e a literatura foi apenas o veículo que nos levou ao que realmente interessava: a Política com P maiúsculo, no sentido que os atenienses deram ao termo dois mil e quatrocentos anos atrás e que estes alunos e alunas da rede pública vêm resgatando desde que entraram em suas escolas de manhã cedinho, há quatro semanas, e não saíram mais.

Dormem por lá, cozinham, tomam banho, fazem faxina, reparam infiltrações e recebem mais atividades extracurriculares, nestes trinta dias, do que em toda a vida escolar. "A gente nunca tinha um debate aqui", disse uma das alunas. "Esse ano, todo mês eu tentava trazer alguém, mas a diretora proibia." Desde a ocupação, com a ajuda de voluntários, organizaram shows, aulas de geografia, física, culinária, ioga, dança, teatro, improvisação, quadrinhos, música, debates sobre dívida pública, questões de gênero - e a lista continua.

Em uma hora e meia, não ouvimos desses clichês de Facebook sobre a roubalheira petralha ou a privataria tucana. As questões saltavam o estéril Fla-Flu e aterrissavam no solo bem mais fértil de experiência cotidiana. "A gente só teve poesia no terceiro colegial, pro vestibular." "Os professores entram, botam tudo na lousa e acabou." "A diretora fica vários meses viajando e, quando aparece, não tá nem aí." "Encontramos três mesas de som, tela, tinta, um monte de papéis a que a gente não tinha acesso.

A ocupação começou contra a proposta de fechamento de noventa e duas unidades de ensino (já adiada pelo governo), mas no processo os alunos descobriram, questões importantes. Que as escolas não precisam ser ruins. Chatas. Abandonadas. Que "Público" não é do governo e tampouco de ninguém, mas deles. Aprenderam, por si sós – "fazendo arroz pra cem negos" e decidindo, em assembleia, se o cigarro seria ou não liberado lá dentro (não) -, talvez a lição mais importante que se pode levar da escola: que são donos dos próprios narizes e responsáveis pelo mundo em que vivem. Agora, se perguntam: se com pouca idade e experiência eles conseguem administrar aquele espaço tão bem, por que o estado mais rico da oitava economia

do mundo não consegue?

No fim do papo, uma garota do terceiro colegial nos falou: “O que eu mais queria era tá no primeiro, pra poder estudar três anos nessa escola do jeito que ela vai ser daqui pra frente, depois da ocupação”. Me deu um baita nó na garganta: ainda não sei se foi pela esperança que essa experiência me traz num momento tão trevoso da história nacional ou se tristeza de ver que a única resposta que o país parece ter para os anseios destes meninos é soco, cassetete, bomba e gás lacrimogêneo.

13 de dezembro de 2015.

ANEXO C – Crônica: Votar Autora: Rachel de Queiroz

Não sei se vocês têm meditado como devem no funcionamento do complexo maquinismo político que se chama governo democrático, ou governo do povo. Em política a gente se desabitua de tomar as palavras no seu sentido imediato. No entanto, talvez não exista, mais do que esta, expressão nenhuma nas línguas vivas que deva ser tomada no seu sentido mais literal: governo do povo. Porque, numa democracia, o ato votar representa o ato de FAZER O GOVÊRNO.

Pelo voto não se serve a um amigo, não se combate um inimigo, não se presta ato de obediência a um chefe, não se satisfaz uma simpatia. Pelo voto a gente escolhe, de maneira definitiva e irrecorrível, o indivíduo ou grupo de indivíduos que nos vão governar por determinado prazo de tempo.

Escolhem-se pelo voto aqueles que vai modificar as leis velhas e fazer leis novas - e quão profundamente nos interessa essa manufatura de leis! A lei nos pode dar e nos pode tirar tudo, até o ar que se respira e a luz que nos alumia, até os sete palmos de terra da derradeira moradia.

Escolhemos igualmente pelo voto aqueles que nos vão cobrar impostos e, pior ainda, aqueles que irão estipular a quantidade desses impostos. Vejam como é grave a escolha desses "cobradores". Uma vez lá em cima podem nos arrastar à penúria, nos chupar a última gota de sangue do corpo, nos arrancar o último vintém do bolso.

E, por falar em dinheiro, pelo voto escolhem-se não só aqueles que vão receber, guardar e gerir a fazenda pública, mas também se escolhem aqueles que vão "fabricar" o dinheiro. Esta é uma das missões mais delicadas que os votantes confiam aos seus escolhidos. Pois, se a função emissora cai em mãos desonestas, é o mesmo que ficar o país entregue a uma quadrilha de falsários. Eles desandam a emitir sem conta nem limite, o dinheiro se multiplica tanto que vira papel sujo, e o que ontem valia mil, hoje não vale mais zero.

Não preciso explicar muito este capítulo, já que nós ainda nadamos em plena inflação e sabemos à custa da nossa fome o que é ter moedeiros falsos no poder.

Escolhem-se nas eleições aqueles que têm direito de demitir e nomear funcionários, e presidir a existência de todo o organismo burocrático. E, circunstância mais grave e digna de todo o interesse: dá-se aos representantes do povo que exercem o poder executivo o comando de todas as fôrças armadas: o exército, a marinha, a aviação, as polícias.

E assim, amigos, quando vocês forem levianamente levar um voto para o Sr. Fulaninho que lhes fez um favor, ou para o Sr. Sicrano que tem tanta vontade de ser governador,

coitadinho, ou para Beltrano que é tão amável, parou o automóvel, lhes deu uma carona e depois solicitou o seu sufrágio - lembrem-se de que não vão proporcionar a esses sujeitos um simples emprego bem remunerado.

Vão lhes entregar um poder enorme e temeroso, vão fazê-los reis; vão lhes dar soldados para eles comandarem - e soldados são homens cuja principal virtude é a cegaobediência às ordens dos chefes que lhe dá o povo. Votando, fazemos dos votados nossos representantes legítimos, passando-lhes procuração para agirem em nosso lugar, como se nós próprios fossem.

Entregamos a esses homens tanques, metralhadoras, canhões, granadas, aviões, submarinos, navios de guerra - e a flor da nossa mocidade, a eles presa por um juramento de fidelidade. E tudo isso pode se virar contra nós e nos destruir, como o monstro Frankenstein se virou contra o seu amo e criador.

Votem, irmãos, votem. Mas pensem bem antes. Votar não é assunto indiferente, é questão pessoal, e quanto! Escolham com calma, pesem e meçam os candidatos, com muito mais paciência e desconfiança do que se estivessem escolhendo uma noiva. Porque, afinal, a mulher quando é ruim, briga-se com ela, devolve-se ao pai, pede-se desquite. E o governo, quando ele ruim, ele é quem briga conosco, ele é quem nos põe na rua, tira o último pedaço de pão da boca dos nossos filhos e nos faz apodrecer na cadeia. E quando a gente não se conforma, nos intitula de revoltoso e dá cabo de nós a ferro e fogo.

E agora um conselho final, que pode parecer um mau conselho, mas no fundo é muito honesto. Meu amigo eleitor, se você estiver comprometido a votar com alguém, se sofrer pressão de algum poderoso para sufragar este ou aquele candidato, não se preocupe. Não se prenda infantilmente a uma promessa arrancada à sua pobreza, à sua dependência ou à sua timidez. Lembre-se de que o voto é secreto.

Se o obrigam a prometer, prometa. Se tem medo de dizer não, diga sim. O crime não é seu, mas de quem tenta violar a sua livre escolha. Se, do lado de fora da seção eleitoral, você depende e tem medo, não se esqueça de que DENTRO DA CABINE – INDEVASSÁVEL - VOCÊ É UM HOMEM LIVRE. Falte com a palavra dada à fôrça, e escute apenas a sua consciência. Palavras, o vento leva, mas a consciência não muda nunca, acompanha a gente até o inferno".

11 de janeiro de 1947.

ANEXO D – Fascismo, não! Autor: José Flávio Vieira

O filósofo espanhol José Ortega Y Gasset dizia que a opinião contrária à nossa faz parte integrante da nossa verdade e ajuda a se compreender melhor as nuances do mundo. Voltaire vaticinara, já no Século XVIII, que mesmo não concordando com nada do que alguém dissesse, ele tinha o dever de lutar até o fim pelo direito daquela pessoa emitir sua opinião. Ou seja, quem pensa diferente de mim, em verdade, não é meu inimigo: sua visão de mundo junta-se à minha para que eu compreenda melhor as diversas nuances do universo. Valho-me desses luminares das Ciências Humanas, neste momento em que a Brasil anda tão polarizado. O país, de repente, se pôs nos dois extremos da reta e esqueceu que a virtude, como diziam os latinos, está num ponto equidistante das extremidades. Tenta-se resolver tudo com o ódio, o rancor, a fúria, a violência, a agressão.

Neste período eleitoral, então, as paixões extremas, de lado a lado, se tornam mais visíveis, palpáveis e perigosas. Chega, inclusive, em homicídios como aconteceu aqui em Crato. Tudo seria fácil de resolver se, relegados os interesses pessoais, estivéssemos todos lutando por um país melhor e mais justo, utilizando apenas caminhos diferentes. Entendo que a tolerância quanto à opinião contrária à minha não é não só salutar, mas enriquecedora. Nada mais deletério para a vida do que a visão maniqueísta, a verdade única de manada, a unanimidade. Existem, no entanto, questões humanísticas inegociáveis e intoleráveis. Aquelas que nem precisam ser levadas à discussão, mas combatidas ferozmente. A Tortura, o Fascismo, o Genocídio, o Racismo, o Holocausto, a Ditadura, por exemplo. Estas são algumas daquelas questões que se assemelham a um Câncer da sociedade, cujo tratamento não está no campo da retórica, mas da cirurgia de extirpação.

Estamos, no momento, prestes a realizar as eleições municipais. Num Brasil tão polarizado, os debates têm substituído as palavras pelas cadeiradas, denúncias rasteiras e ameaças de morte. E os atritos ficam bem mais frequentes porque a disputa é no nosso jardim, no nosso quintal. Sei que, nesse momento, o cidadão comum não se volta para o coletivo. Ele é pragmático aqui, em São Paulo, do Oiapoque ao Chuí. A coletividade é uma abstração. Ele pensa diretamente em quem pode melhorar sua qualidade de vida, seu rendimento, sua habitação, seu acesso à saúde, educação, quem pode diminuir seus custos com impostos, taxas, etc. Embora sonhássemos num mundo melhor, onde o bem comum estivesse acima do individual, essa é a realidade que temos em mãos.

Volto, no entanto, àquilo que na vida me parece inegociável. Impossível escolher um candidato sem quaisquer traços de humanismo. Fascistas, racistas, xenófobos, ditadores,

afanadores declarados e orgulhosos, mentirosos convictos e presunçosos, são figuras desprezíveis que não merecem sequer fazer parte da convivência humana, quanto mais liderarem a tribo. Este ano o Crato, uma cidade libertária, comemora os duzentos anos da Confederação do Equador. Esperamos que o sangue dos Confederados que deram a própria vida por uma nação mais justa e igualitária, ainda continue a correr nas veias dos seus descendentes. Fascismo, não!

Crato, 02 de outubro de 2024.

ANEXO E – A República Independente do Crato Autor: José Flávio Vieira

Neste 7 de setembro, que nos últimos quatro anos tinha se transformado num desfile de carnaval do Bloco Brucutus em Folia, reportagem do G1 da Globo versa sobre o protagonismo da sétima maior cidade do Ceará, nos movimentos pró-Independência e República do Brasil. Aderindo à Revolução Pernambucana, o Crato ecoou seu berro de Independência cinco anos antes do Grito do Ipiranga e, pela República, setenta e dois anos antes de Deodoro. Durante aqueles oito dias gloriosos, o Crato proclamou-se uma República Independente. O sonho breve durou apenas uma semana, mas foi o suficiente para compor um governo provisório, arregimentar outras cidades como Jardim e organizar um exército para invadir Icó, então um forte reduto do Governo Português. Com a derrocada do movimento de sublevação houve a perseguição contumaz dos seus organizadores, com a chacina de Tristão de Alencar, a prisão de Bárbara e José Martiniano, o assassinato do Padre Carlos Alencar e o arcabuzamento de mais de uma centena de outros líderes da Revolução que se expandiu para vários outros estados nordestinos. E o ímpeto libertário não se apagou com a perseguição, o Cariri voltou à luta entre 1822 e 1823 pela consolidação da Independência no Piauí e Maranhão e, logo a seguir, na Confederação do Equador que, no próximo ano, comemorará seu bicentenário.

O Crato, naqueles breves sete dias, se transformou na mais importante cidade do interior do Brasil, motivo pelo qual um dos mais importantes sites noticiosos do país, o G1, voltou sua atenção, novamente, para nós, neste 7 de setembro. Por incrível que pareça, a nossa cidade esqueceu, totalmente, este protagonismo e o caráter épico dessa história. Basta observar os signos desse esquecimento. O 3 de Maio, a data mais importante da nossa história carririense, deveria ser feriado municipal. Ele é o nosso 7 de Setembro. Não existe, no Crato, qualquer indicação pública da sua existência. Um dia a Praça de São Vicente recebeu esse nome, depois trocado pelo de sucessivos líderes políticos. D. Bárbara de Alencar teve sua casa demolida. Hoje, defronte, existe uma estátua sem pedestal, fincada no chão, sem qualquer visibilidade além da figura teratológica digna de filmes de SCI-FI. José Martiniano tem uma rua com seu nome apenas, a do Calçadão, mas com o epíteto de José de Alencar, todo mundo confunde com o escritor famoso que era seu filho. Tristão e Bárbara dão nome a ruas centrais e só! Já o caudilho Pinto Madeira, o contrarrevolucionário de 1817, designa a todo um bairro populoso da cidade e nomeia uma rodovia importante que liga o Crato ao Arajara e à Barbalha. D. Bárbara, secularmente, tem sido vítima de um feminicídio moral perpetrado, inclusive, por setores da sua própria família. Em História, o esquecimento intencional faz parte do próprio processo histórico de jogar luzes nos fatos que interessam a setores dominantes da sociedade e

relegar ao limbo outros que não lhes parecem estrategicamente importantes. Nada acontece por mero acaso!

É preciso levar a História do Crato às nossas escolas, lembrar dos nossos sonhos imorredouros de liberdade. A Vila precisa retomar o rumo dessa memória. Por que não construir um Memorial da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, nos moldes doMemorial da Inconfidência de Ouro Preto? Bárbara, José Martiniano, Tristão, Carlos estariam de volta à cena. Esse seria um presente que a cidade do Crato legaria, finalmente aos seus heróis, no Bicentenário da Confederação do Equador que comemoraremos no próximo ano.

Crato, 07 de setembro de 2023.

ANEXO F – A dimensão da fraude Autor: Jósio Araripe

Fraude quer dizer engano, contrabando, logro, roubo, trapaça, embuste ou falsificação. Uma simples consulta ao dicionário identifica de imediato o termo com certa categoria de políticos, contingente bastante numeroso nos dias atuais dentre aqueles que postulam a representação do interesse público.

A sociedade tem se revelado indefesa ao assédio de aventureiros e falcatrueiros, não raro vitoriosos em pleitos eleitorais. Encarapitados no poder mostram logo a verdadeira face, sem pejo de arrostar o repúdio do povo. Revelam-se então de corpo inteiro, e no alcance de seus objetivos pessoais recalcam a segundo plano os deveres inerentes ao exercício do mandato popular.

Outro desempenho seria surpreendente para o político marcado pelo caráter tortuoso. É sinal de nascença que não se apaga ao influxo de benfazejas influências. A sensibilidade embotada não se comove com os anseios e esperanças do povo sofrido, que confiou nas ilusórias promessas de redenção. Pretender mudar a conduta de quem foi tão mal dotado de atributos morais, é trabalho ineficaz. O reconhecimento, o aplauso espontâneo que deveria premiar os que honraram o juramento da investidura, transmuda-se na adulação da minoria privilegiada, no ambiente artificioso dos gabinetes fechados.

A ação malévola do governante prejudicial à causa pública depende, no entanto, do povo lesado, isto é, das forças políticas que o apoiam. "O povo tem o governo que merece", é a sentença que traduz a incredulidade no processo democrático.

A atuação do poder Executivo é importante e decisiva, mas se norteada pela ação saneadora de seus liderados, jamais se voltará contra o interesse coletivo. Se essa participação é omissa, se o poder Legislativo delegado pelo povo não se pronuncia, o governo é capenga e o bem comum perde seu guardião. A indignidade política se equivale.

Os representantes, tanto do Executivo como das casas legislativas, foram guindados ao poder com atribuições específicas. Os atos daqueles decorrem da prévia autorização das forças donde emana sua autoridade. O princípio é a lei — a Constituição, a Lei Orgânica Municipal, o orçamento. Os legisladores estão incumbidos também de fiscalizar o fiel cumprimento das determinações legais, inclusive as contas dos agentes do poder público.

Observa-se, no entanto, que as acusações mais acerbas partidas dos legisladores, condenatórias de improbidade administrativa, são de costume silenciadas, ou simplesmente mudado radicalmente o discurso crítico honesto de ontem. O povo que a tudo assiste termina por não acreditar mais nos acusados e acusadores. A enorme dimensão da fraude a todos

contagiou e desmoralizou diante do julgamento da opinião pública.

São pouco relevantes as razões que justifiquem o sentido diverso dado às palavras, antes incriminatórias. Se por conveniência ou conivência, a mudança de comportamento, por certo não se coaduna com o interesse público, o único lesado na acomodação fraudulenta.

25 de maio 1991.

ANEXO G – Crônica: O império da lei

Autor: Jósio Araripe

A lei é letra morta, quando não se torna efetiva sua obrigatoriedade. É o princípio da coercitividade, que torna a lei exequível. Mas o império da lei não atinge a todos indistintamente. Os mecanismos para acionar o respeito ao direito do cidadão estão fora do alcance da grande maioria do povo.

Os princípios que se impõem são aqueles que resguardam a interesse do mais forte. Quando o cidadão comum não dispõe de meios eficazes para impor o acatamento à sua soberania, a norma legal não tem nenhuma validade.

Os poderosos garantem incolumidade às fronteiras de suas prerrogativas legais, e não raro incursionam em território alheio, impondo sua vontade em detrimento do direito que assiste ao concorrente mais fraco. O prejudicado não tem a quem recorrer. Quando se defende, o resultado chega tardiamente e não mais lhe aproveita. O direito para aqueles inferiorizados pela fortuna é praticamente inatingível, mera expectativa de justiça.

O potentado tem imunidade própria. Poucos lhe contestam a força ou desafiam seus privilégios. Igualdade de todos perante a lei ainda é uma sentença utópica neste país. Para a gente do povo é assegurada a vez de reclamar e pleitear o ressarcimento do dano sofrido, mas a efetivação desse direito é quase sempre quimérica.

O tempo termina por vencer a resistência mais pertinaz. Parece aquela estória do cavalo do inglês, que quando estava aprendendo a viver sem comer morreu de fome. Houvesse suportado mais um pouco as provações, teria vencido a difícil prova de adaptação, pensou o gringo.

Esse direito que poucos alcançam, que não chega para o bico de todo mundo, é regalia de alguns, e para a maioria de deserdados do poder é mero engodo, a chupetinha que apenas consola momentaneamente, mas não enche a barriga de ninguém. Equivale a um crédito que a todos fosse conferido por igual, mas por ocasião do saque muitos constatam ser tão difícil e problemático, que torna impraticável o seu resgate. O direito ficou assim inviabilizado para a maioria das pessoas, no pedestal das honrarias e da veneração da sociedade, mas a poucos abriga sob seu pálio protetor.

Os fazedores das leis, os membros do Congresso Nacional devem se capacitar dessa dolorosa realidade. As deliberações emanadas do poder supremo da nação estão a reclamar medidas complementares que possibilitem a implantação dos princípios emendados da Constituição. O judiciário tem sido acionado e feito valer a Lei Magna, mas haja tempo,

paciência e vida longa para aqueles que não possam prescindir do direito pleiteado para prover a própria subsistência. A credibilidade no império da lei é fundamental à preservação da ordem e da paz entre os homens.

22 de maio e 1991.

APÊNDICE A – CADERNO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Vem conosco explorar a potencialidade argumentativa da língua!



Autora: Damiana Correia da Silva

Coautora: Profa. Dra. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 02
APRESENTAÇÃO 04
ABERTURA DAS OFICINAS: O que é crônica política e por que ela importa? 06
OFICINA I: Transparência e contradição no político 13
OFICINA II: Juventude, resistência estudantil social 19
OFICINA III: Tolerância e intolerância: o limite ético da convivência democrática 25
OFICINA IV: Memória e esquecimento político: a história que a cidade silencia 34
OFICINA V: A política como promessa e engano: quem sustenta a fraude? 40
OFICINA: VI: Direito para quem? a desigualdade diante da lei como desafio discurso e crítica democrático 48
OFICINA VII: Encerramento crítico: escrevendo a crônica política autoral 60
FECHA-SE O CADERNO: mas abre-se espaços sociais permeados de argumentatividade e consciência política crítica 65
ENTRE A LINGUAGEM E O OLHAR POLÍTICO: a autora 66
REFERÊNCIAS 67
ANEXOS 69
ANEXO A 70
ANEXO B..... 72
ANEXO C 74
ANEXO D 75
ANEXO E 76
ANEXO F 77
ANEXO G 78

INTRODUÇÃO

A produção e a expansão dos conhecimentos, bem como o acesso aos saberes, têm como fator determinante a interação entre os sujeitos. Tal interação só é possível por intermédio da linguagem. Nesse sentido, o sucesso no ensino e na aprendizagem de Língua Portuguesa permitirá aos discentes adentrar em espaços científicos e sociais com mais eficiência, ampliando sua possibilidade de crescimento integral. Sendo assim, as aulas devem entrelaçar língua e prática real, agregando significado e sentido ao estudo, preparando, então, os alunos para assumirem o protagonismo em seus aprendizados e serem atores nos diferentes espaços em que estejam inseridos.

Para tanto, destacamos a relevância da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), postulada por Oswald Ducrot e colaboradores (1988), uma vez que ela oferece um arcabouço teórico que poderá subsidiar o professor em uma abordagem da língua para além da gramática tradicional e, assim, aliar teoria e prática. Tal perspectiva se comprova na elaboração do presente recurso, ancorado, principalmente, na Semântica Argumentativa, oriundo da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Essa teoria parte da premissa fundamental de que a linguagem é, por natureza, argumentativa.

Isso significa que a estrutura da língua contém elementos essenciais à construção da argumentação — os chamados operadores argumentativos — capazes de orientar os enunciados para conclusões específicas. A TAL, ao se opor à noção tradicional de sentido, postula que a descrição da realidade pela linguagem se dá por meio de aspectos subjetivos e intersubjetivos, que compõem o valor argumentativo dos enunciados. Complementando essa visão, Espíndola (2004) destaca que não apenas a língua é argumentativa, mas também seu uso. Nessa perspectiva, cada ato de linguagem é intencional, e as escolhas linguísticas do falante são selecionadas com o propósito de direcionar a interpretação, levando o interlocutor a admitir e compartilhar determinados pontos de vista ou moldar comportamentos.

Desconsiderar a dimensão semântica e produção de sentidos das estruturas linguísticas pode limitar a capacidade dos alunos de descobrir e utilizar estratégias argumentativas em suas produções. Sendo assim, torna-se crucial explorar os operadores argumentativos não apenas como simples conjunções, mas em sua real potencialidade de imprimir subjetividade,

posicionamento e intenções ao discurso. Desse modo, o sujeito-locutor constrói argumentação, contra-argumentação e ativa a polifonia discursiva. Isto evidencia a afirmação de Koch (2011, p. 17) que "todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia", portanto, a neutralidade é uma ilusão.

Paulo Freire (1967) já salientava que a educação também não é neutra, sendo um processo intrinsecamente político. Para o autor, a compreensão crítica da leitura implica uma "leitura da realidade", um "ato de conhecer através do texto". A escrita, por sua vez, é um ato criador, político e um esforço de leitura do mundo e da palavra. Partindo do pressuposto de que a língua dirige as relações humanas e expressa a intencionalidade do locutor, ensinar a ler compreensivamente e a aprender a partir da leitura é formar leitores autônimos, capazes de aprender a aprender.

Nesse intento, aliamos a visão da não neutralidade da linguagem com a não neutralidade da educação e produzimos este recurso educacional. O material enfatiza a leitura e a produção de textos de opinião, como crônicas políticas, no qual os estudantes serão estimulados a analisar movimentos argumentativos com os operadores e seus efeitos de sentido no discurso. Tal prática pode desenvolver, além de habilidades leitoras e escritoras, um sentimento de responsabilidade para agir em prol de uma sociedade mais ética e justa, pois os alunos terão suas vozes ouvidas e valorizadas durante todo o processo.

Nossa proposta se torna um convite ao professor que não se conforma com o modelo de sociedade que se apresenta, mas deseja contribuir para uma transformação, consciente do poder da língua em uso e da voz em ação. Convém destacar que esse material foi idealizado para o 8° ano, porém dado seu caráter relevante em termos de leitura, escrita e conscientização cidadã e política pode ser usado tanto no 9° ano como no Ensino Médio, apenas realizando adaptações que se fizerem necessárias. Na sequência, apresentaremos a organização estrutural deste material.

APRESENTAÇÃO

Caro/a professor/a!

Diante dos embates sociais e políticos que vivenciamos, em que discursos buscam silenciar a criticidade, o ensino de Língua Portuguesa se torna um ‘oásis’ para a reflexão sobre a linguagem e seus usos. Nesse espaço é possível fazer florescer mentes que rompam paradigmas limitantes e transcendam as amarras impostas pela sociedade. É dentro desse contexto que pensamos responsavelmente este Caderno Didático-Pedagógico com Crônicas Políticas para o 8° ano: *Vozes Enunciativo-Argumentativas*, um recurso que visa transformar a sala de aula do 8º ano do Ensino Fundamental em um espaço de prática argumentativa, cidadania e pensamento crítico.

Considerando que esta etapa é crucial para o desenvolvimento da autonomia intelectual e a construção de valores éticos, é essencial que o estudante se aproprie da língua com consciência dos recursos linguístico-discursivos que mobiliza, de modo a atuar na sociedade de forma crítica e interventiva. Nessa perspectiva, nosso objetivo é sugerir aos docentes um espaço de problematização discursiva poderoso – a crônica política –, a ser mobilizado no processo de ensino e aprendizagem da língua. Especificamente, busca-se capacitar o estudante a ler o mundo e os discursos com maior profundidade, posicionar-se criticamente, produzir textos com clareza e argumentar com consistência.

A metodologia autoral deste recurso educacional se baseia nos conceitos de Sequência Didática e Oficina Pedagógica e os entrelaça para potencializar a aprendizagem dos alunos. À luz desse enfoque, ela garante um percurso claro para o professor guiar o aluno, desde a ativação de conhecimentos prévios, passando pela leitura e análise, até à produção e avaliação. No nosso contexto, o macro do recurso é uma sequência didática maior, cujo fio condutor é o trabalho com argumentação na língua em crônicas políticas.

A oficina pedagógica, por sua vez, é um momento mais prático e interativo, com atividades que colocam o aluno "em ação", preferível por seu caráter vivencial, experimental e colaborativo. O conceito de oficina encontra respaldo em tradições da educação crítica e metodologias ativas, como a pedagogia dialógica e problematizadora de Paulo Freire, na qual o aluno constrói conhecimento pela ação e reflexão. Dentro de nossa sequência, cada

encontro ou tema funciona como uma oficina totalizando oito com a abertura, envolvendo práticas como vivências imersivas, leitura guiada, rodas de conversa, debates, análise de operadores argumentativos, trabalhos colaborativos, produção escrita, revisão em pares, socialização e sarau.

A sinergia entre Oficina e Sequência Didática reside em como elas se complementam. A aproximação com a Sequência Didática oferece a estrutura progressiva necessária para o domínio de um gênero discursivo, assegurando que as aprendizagens sejam sistemáticas e contextualizadas. Por sua vez, a Oficina proporciona o dinamismo, o engajamento e a colaboração, elementos essenciais para que os alunos experimentem, discutam, produzam e partilhem resultados, vivenciando a língua em eventos interativos reais e significativos.

Para complementar essa base metodológica, o caderno integra as estratégias de leitura de Isabel Solé, tratando a compreensão como um processo ativo e interacionista de construção de significados. No campo da análise do discurso, as oficinas incorporam a perspectiva de Irandé Antunes sobre o uso funcional e interacionista da língua, aliada aos conceitos de polifonia e heterogeneidade discursiva de Mikhail Bakhtin, permitindo que o aluno identifique as múltiplas vozes sociais presentes nos textos.

Os estudos de Nascimento e Silva também fundamentam a análise semântico-discursiva, especialmente no uso estratégico do operador "mas" para marcar o posicionamento do locutor. Por fim, a prática da leitura performática, baseada em Paul Zumthor, é utilizada para resgatar a vocalidade do texto, ampliando a compreensão crítica e a autoria dos estudantes.

Este caderno pedagógico com crônicas políticas, ao adotar essa abordagem híbrida, não apenas cumpre as diretrizes curriculares para o ensino de Língua Portuguesa nos anos finais. Mas, sobretudo, procura despertar nos estudantes o prazer pela leitura e pela escrita, formando cidadãos autônomos, críticos e engajados com o seu tempo e realidade social.

Desejamos que este material abra espaços interativos e reflexivos, permeados de argumentação e criticidade.

As autoras.

Abertura das oficinas

O que é crônica política e por que ela importa?

A crônica política é um gênero discursivo que nos convida a ler o mundo com profundidade, questionar a realidade e desenvolver nossa capacidade argumentativa. Nesta oficina, os alunos não apenas "aprenderão português" — eles aprenderão a se posicionar, argumentar com clareza e exercer sua cidadania através da palavra oral ou escrita e do pensamento crítico. A abertura estabelece o tom de toda a jornada: um espaço seguro para pensar, discordar, argumentar e aprender com as ideias uns dos outros. Crônica de apoio: *Votar*, de Rachel de Queiroz. Duração: 1 aula (50 a 60 minutos).

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender a estrutura e a função social da crônica política.
- Refletir sobre a importância da leitura crítica para o exercício da cidadania.
- Apresentar aos alunos a estrutura da oficina e os objetivos a serem desenvolvidos.
- Iniciar o diálogo entre a linguagem e a argumentação.

Habilidades da BNCC

- **EF08LP17:** Relacionar o texto com seu contexto de produção e circulação, considerando o posicionamento do autor.
- **EF08LP29:** Analisar, em textos argumentativos, estratégias utilizadas para defender ponto de vista.
- **EF08LP16:** Analisar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos coesivos.
- **EF69LP26:** Produzir textos argumentativos considerando a progressão temática e os efeitos de sentido (iniciada por meio da oralidade).

A oficina utiliza abordagens pedagógicas diversificadas para promover o engajamento e a aprendizagem significativa dos alunos.



Aula expositiva dialogada

Apresentação de conceitos com participação ativa dos estudantes, promovendo a construção coletiva do conhecimento.



Roda de conversa com provocação crítica

Espaço de diálogo aberto onde os alunos compartilham experiências e refletem sobre questões políticas e sociais.



Leitura compartilhada da crônica com mediação

Leitura coletiva do texto com intervenções pedagógicas que facilitam a compreensão e análise crítica.



Anotações estruturadas em esquema no caderno

Registro organizado dos conceitos e reflexões, favorecendo a sistematização do aprendizado.

Instrumentos de Avaliação Diagnóstica

- Participação nas discussões orais.
- Qualidade das anotações no caderno.
- Leitura em voz alta com entonação e compreensão.
- Observação da capacidade de identificar o posicionamento da autora.

Etapa 1: Acolhida e provocação inicial

 10 minutos

Pergunta no Quadro



Conduza uma conversa aberta e curiosa com os alunos. Este é o momento de acolher experiências, dúvidas e até mesmo o ceticismo que muitos jovens carregam em relação à política.

Sugestões de perguntas mediadoras

1

Experiências Pessoais

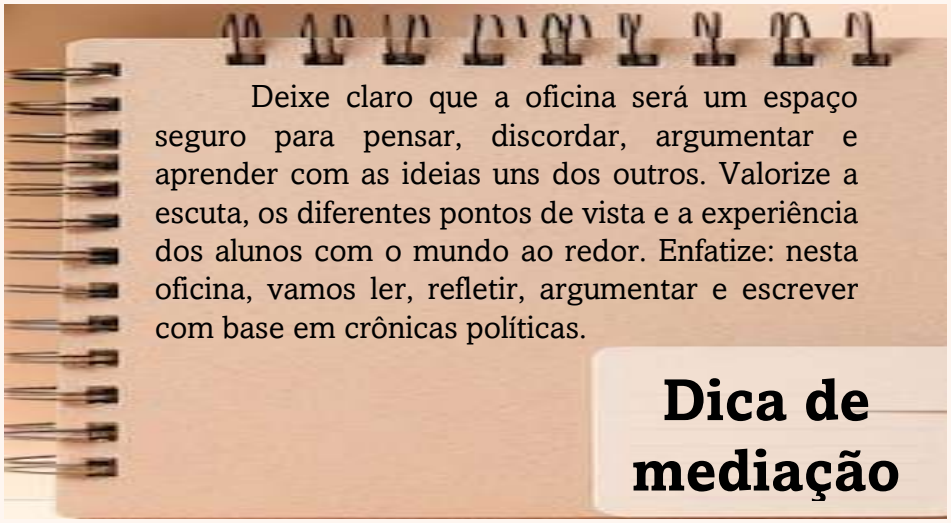
Você já escutou alguém dizer que "votar não adianta nada"? O que você pensa sobre isso?

2 **Contexto Familiar**
Alguém na sua casa se empolga ou se irrita com política? Como essas conversas acontecem?

3 **Repertório Cultural**
Você já leu ou ouviu algum texto, vídeo, música ou meme que critica a política?

4 **Conhecimento Prévio**
Você sabe o que é uma crônica? Já leu alguma que falasse de política ou do cotidiano?

5 **Papel da Escola**
A escola costuma abrir espaço para discutir temas da vida real, como eleições e desigualdade?



Etapa 2. Apresentação da estrutura da oficina 10 minutos

Mostre o "Mapa da Oficina"

Você pode usar um cartaz colorido, um slide projetado ou desenhar no quadro como se fosse uma trilha, com ícones representando cada etapa. Mostre que, ao longo das próximas aulas, os estudantes vão caminhar por uma trilha bem diferente. Apresente a estrutura geral, em formato visual e simples:

Trilha da Oficina

1° 1️⃣ Aula de abertura (hoje!)	3° 📝 1 produção final (texto argumentativo autoral)
2° 📚 6 encontros com crônicas políticas diferentes	4° 🔄 Reescrita e apresentação

O que faremos em cada encontro?



1

Ler uma crônica política com temas atuais e polêmicos



2

Analisar o ponto de vista do autor - o que ele defende? Como orienta a conclusão?



3

Estudar um mecanismo argumentativo poderoso: os operadores de contraposição— palavras como "mas", "porém", "contudo"



4

Vamos escrever aos poucos frases, orações, períodos, parágrafos, argumentos - até construir um texto próprio.



5

Ver o quanto evoluíram na argumentação e no pensamento crítico.

Etapa 3: Construindo o conceito de Crônica Política  10 minutos

Proposta didática:

Mais do que "dar a definição", a ideia aqui é **construí-la com os alunos**, a partir do que eles já sabem e do que vão descobrindo com mediação do/a professor/a. O quadro se torna um espaço de construção coletiva do saber. Comece perguntando:

- Alguém já ouviu falar em "crônica"? Sabe onde ela costuma aparecer?
- Se eu disser "crônica política", o que vocês imaginam que seja?

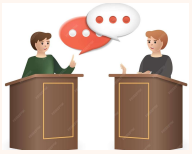
Anote no quadro as palavras-chave que os alunos forem trazendo. Depois, complemente com informações fundamentais. Construção no quadro (organize como um esquema visual):

CRÔNICA

- Texto curto.
- Baseado em fatos ou situações do cotidiano.
- Linguagem acessível.
- Traz o olhar pessoal do autor (subjetividade).
- Pode ter humor, crítica, ironia, indignação.
- Geralmente aparece em jornais, revistas, portais ou redes sociais.

CRÔNICA POLÍTICA

- Fala sobre **acontecimentos públicos e políticos**.
- Apresenta um **ponto de vista** sobre o que acontece na cidade, no país, enfim na sociedade.
- Usa **estratégias de argumentação** (opinião, justificativa, contraposição).
- Pode ser **direta ou irônica, indignada ou bem-humorada** — mas sempre crítica.



Perguntas para ampliar o debate:

Por que você acha que alguém escreve uma crônica política?

Qual a diferença entre "reclamar" e "argumentar"?

Ler esse tipo de texto pode nos ajudar a entender melhor a realidade? Como?

Conexão com a BNCC (*explicada em linguagem acessível aos alunos)***:** "A BNCC diz que devemos ser capazes de ler, entender e escrever textos opinativos, argumentativos e críticos; pois viver em sociedade exige que pensemos com clareza, saibamos nos posicionar e compreender os discursos que estão ao nosso redor — na TV, nas redes, nas campanhas e nas conversas."
Finalize dizendo: *"Ao ler crônicas políticas, vocês vão treinar esse olhar atento e aprender a transformar pensamento em palavra — com força argumentativa e com responsabilidade."*

Etapa 4: Leitura e análise da crônica "Votar"

 15 minutos

Momento de mergulhar no texto de Rachel de Queiroz com mediação cuidadosa e perguntas estratégicas. Distribuir a cópia impressa.

Dimensões de análise

1. Compreensão

a) O que é problematizado na crônica?
b) A autora parece satisfeita ou insatisfeita com o processo de votação? Por quê?
c) Quais sentimentos aparecem no texto? (desânimo, ironia, conformismo, crítica...)

2. Identificação do ponto de vista

a) A autora acredita no valor do voto como instrumento de mudança?
b) Ela compartilha alguma experiência pessoal ou fala em nome de outros?
c) Há alguma mudança de tom ao longo do texto?

3. Linguagem e estilo

a) Quais palavras ou expressões indicam juízo de valor?
b) Há exagero, humor ou ironia? Em que trechos?
c) A linguagem usada é mais formal ou informal? O que isso revela?

4. Contexto e crítica social

a) Esse texto poderia ter sido escrito hoje? Por quê?
b) A crítica feita pela autora continua atual? O que mudou ou permaneceu?
c) Que tipo de eleitorado está sendo retratado (direta ou indiretamente)?

5. Contraposição de ideias

a) Onde você percebe uma quebra ou mudança de direção no texto (ex: "mas", "porém", "no entanto")?
b) A autora contrapõe o ideal democrático ao que é vivido na prática? Como?
c) Há oposição entre o dever de votar e o sentimento diante do voto?

6. Implicações e relações com a realidade do aluno

a) Você já viu alguém se sentir como a autora diante das eleições?
b) Como você se sente ao ouvir sobre política e voto?
c) Por que é importante pensar criticamente sobre o ato de votar?

Conduza a leitura com pausas estratégicas, permitindo que os estudantes expressem reações espontâneas. Valorize tanto concordâncias quanto discordâncias — o importante é que fundamentem suas posições com elementos do texto.

Etapa 5: Fechamento e Registro

 10 minutos

Momento de consolidar aprendizagens através do registro estruturado no caderno.

"Hoje começamos nossa oficina de crônicas políticas. Lemos o texto "Votar", de Rachel de Queiroz, e conversamos sobre como a literatura pode nos ajudar a pensar criticamente sobre a política, a sociedade e nossas próprias opiniões".

Convide os alunos a refletir e registrar em três partes:

01 **O que é uma crônica política?**
(Escreva com suas palavras. Pode usar como apoio o que está no quadro.)

02 **Qual foi, na sua opinião, a ideia principal ou o posicionamento da autora Rachel de Queiroz?** *(Ela criticou? Ironizou? Concordou? Teve alguma frase forte?)*

03 **Qual trecho do texto mais chamou sua atenção? Por quê?**
(Pode ser porque concorda, discorda, achou engraçado, triste, corajoso, verdadeiro...)

Dica de mediação: circule pela sala enquanto os alunos escrevem e estimule quem estiver com dificuldade a formular ideias com frases como: *Qual parte do texto te fez pensar? A Rachel pareceu otimista ou desencantada com a política? Você já ouviu alguém dizer algo parecido com o que está no texto?*

Parabenize a turma pela participação e reforce: vocês estão iniciando uma jornada de fortalecimento da voz crítica e argumentativa!

Encaminhamento para as próximas aulas

Informe que na próxima aula será lida a crônica "O tempo passou na janela", de Fernando Gabeira. Explique que o foco será identificar como o autor constrói sua argumentação usando operadores de contraposição e qual é o posicionamento político presente no texto.

Expanda a oficina: Reportagens + Podcast educativo

📰 Participação dos jovens na democracia é celebrada no Dia Nacional da Consciência do 1º Voto (TSE, 2025)
📰 Dia Internacional da Juventude incentiva participação das novas gerações no processo eleitoral (TRE-SP, 2025)
📰 Às margens das urnas: o voto e as pessoas em situação de rua (UFMG, 2024)
🎧 **Folha na Sala – Escola pública, uma máquina de fazer democracia (2023)**



Objetivos de aprendizagem

- Ler criticamente uma crônica política, identificando seu tema central, ponto de vista e efeitos de sentido.
- Reconhecer o uso de operadores de contraposição como elementos estruturantes da argumentação.
- Refletir sobre a contradição entre discurso e prática política na contemporaneidade.
- Iniciar a análise linguística e argumentativa com base na Teoria da Argumentação na Língua (Ducrot & colaboradores).

Habilidades da BNCC

- **EF08LP29:** Analisar, em textos argumentativos, estratégias utilizadas para defender ponto de vista.
- **EF69LP26:** Produzir textos argumentativos considerando a progressão temática e os efeitos de sentido.
- **EF08LP17:** Relacionar o texto com seu contexto de produção e circulação, considerando o posicionamento do autor.
- **EF08LP16:** Analisar o efeito de sentidos produzido pelo uso de recursos coesivos, como conectivos.

Metodologia

1. Roda de conversa com provocação crítica; Leitura compartilhada e comentada.	**2.** Investigação Linguística; Sistematização em Quadro de Análise.
3. Debate oral mediado pela professora.	**4.** Atividade escrita orientada em duplas ou trios.

Crônica: O tempo passou na janela
Autor Fernando Gabeira

Aula 2

1. Ativação de conhecimento prévio  10 minutos

No quadro, escreva a pergunta provocadora:

> "A política de hoje é mais transparente do que antes... ou continua tudo igual, só que com mais câmeras?

Convide os alunos a opinar livremente, com escuta ativa e sem julgamento. Incentive que expliquem suas ideias com base no que veem, ouvem ou sentem no dia a dia (em casa, na escola, nas redes, na TV). Enquanto ouvem os colegas, anote no quadro palavras-chave ditas por eles, formando uma nuvem de ideias ou mapa conceitual, como:

- "corrupção"
- "redes sociais"
- "fiscalização"
- "tecnologia"
- "fake news"
- "transparência"
- "imagem"
- "não mudou nada"
- "mudou, mas só na aparência"

Conecte a conversa à crônica que será lida: "A crônica que vamos ler hoje foi escrita por um jornalista que esteve presente em dois momentos muito marcantes da política brasileira: os impeachments de Collor e Dilma. Ele faz uma comparação entre o passado e o presente e questiona se a tecnologia, como os smartphones, realmente trouxe mais transparência ou se só mudou a forma de disfarçar os mesmos erros de sempre."

 "Vamos ler com esse olhar: o que mudou de fato... e o que só mudou de roupa."

2. Leitura compartilhada e comentada da crônica  25 minutos

- Distribua a crônica impressa ("O tempo passou na janela").
- Leitura em voz alta por trechos, com pausas para diálogo.

1. Compreensão geral e posicionamento

a) O que está acontecendo no cenário descrito por Gabeira?
b) Qual é o tom do texto? Ele parece irônico, indignado, reflexivo ou neutro?

2. Contraposição entre ideias

a) O que o autor diz sobre o passado da política? O que ele apresenta como "novo tempo"?
b) Como a chegada dos smartphones muda a forma como a política é observada e controlada?
c) Você percebe contrastes claros entre o que era esperado de um governo de esquerda e o que foi praticado?

3. Construção do argumento

a) O autor está fazendo uma denúncia? Uma análise? Uma crônica memorialista?
b) Há trechos em que ele contradiz ou rebate a lógica usada por partidos ou políticos? Quais?

Frase-chave para discussão: "*O PT perdeu o bonde da transparência*." O que essa frase significa? Que tipo de crítica ela expressa?

3. Investigando o "mas": os operadores de contraposição na crônica

15 minutos

Peça aos alunos que voltem à crônica "O tempo passou na janela" e façam um trabalho de detetive linguístico: "Agora, vocês vão caçar palavras que indicam uma mudança de direção no texto. Aquelas palavrinhas que o autor usa quando quer opor, contrariar, rebater ou relativizar algo."

Oriente que grifem ou destaquem palavras como: mas, porém, contudo, no entanto, ainda assim, apesar disso, mesmo assim, embora, todavia.

Após a marcação, promova um diálogo orientado com perguntas como:

- *O que o autor estava dizendo antes do "mas"?*
- *E o que ele passa a dizer depois?*
- *Essa palavra reforça ou quebra a ideia anterior?*
- *Como o "mas" muda o tom da frase? Ele suaviza, critica, ironiza...?*

Você pode escrever no quadro exemplos da própria crônica, destacando a mudança de direção argumentativa:

"O PT perdeu o bonde da transparência, um tipo de luta que conta não só com princípios, **mas** também com sólida estrutura tecnológica..."

→ *Aqui o "mas" não nega o que vem antes, mas adiciona força à ideia, ampliando o argumento.*

Aula 3

4. O que se diz, o que se contrapõe, o que se contesta

⏰ 20 minutos

Objetivo: Ajudar os alunos a compreender como o autor constrói sua argumentação com base em ideias principais e contraposições estruturadas por operadores argumentativos, revelando o efeito de sentido produzido.

Organização: forme duplas ou trios e entregue (ou peça que repliquem no caderno) o quadro abaixo.

Tabela para análise da crônica "O tempo passou na janela"

Ideia principal orientada pelo autor	Contraposição (com operador)	Efeito de sentido / Intenção
A sociedade exige cada vez mais transparência	**Mas** o PT subestimou essa exigência	Crítica à falta de adaptação do partido ao novo cenário
Os smartphones mudaram a forma de vigiar o poder	**Contudo**, o governo agiu como se nada tivesse mudado	Contraste entre avanço tecnológico e atraso político
A tecnologia oferece instrumentos para combater a corrupção	**Apesar disso**, o PT armou um grande esquema de desvio	Exposição da contradição entre meios disponíveis e práticas adotadas
A luta por transparência é global e irreversível	**Mesmo assim**, o partido insistiu em velhas estratégias	Reforço do erro de cálculo político
O novo governo precisa refletir sobre esses erros	**No entanto**, já entra com dívidas éticas e morais	Alerta sobre continuidade do problema

Instrua os alunos a:

1. Ler novamente trechos da crônica e localizar ideias principais do autor.
2. Identificar os trechos em que essas ideias são colocadas em contraste com comportamentos ou ações contraditórias, usando operadores como *mas, contudo, no entanto, apesar disso....*
3. Refletir juntos: qual o efeito produzido? O que o autor quis reforçar ou denunciar ao construir esse contraste?

DICA DE MEDIAÇÃO

Circule pela sala incentivando os alunos a usarem palavras próprias para descrever o efeito de sentido. Estimule comentários como:

"Aqui ele quebra a expectativa do leitor."
"Esse 'mas' mostra que o autor quer responsabilizar o partido."
"Ele usa o contraste pra reforçar o que acha certo e o que foi feito de errado."

A atividade pode ser feita oralmente com a turma antes de ser registrada por escrito.

5. Debate orientado: “mudar de opinião é sinal de fraqueza ou inteligência?”

15 minutos

Objetivo: Estimular os alunos a refletirem sobre a relação entre mudança de opinião, honestidade intelectual e coerência — conectando o debate à frase de efeito presente na crônica e aos dilemas éticos da política.

1. **Início provocador – Leitura de frase. Escreva no quadro e leia em voz alta com entonação reflexiva:**

“Quando os fatos mudam, mudo de opinião — e o senhor, o que faz?”
(frase citada por Fernando Gabeira, atribuída a Lord Keynes)

2. Conduza o debate com perguntas estratégicas:

- *Você acha que mudar de opinião é sinal de evolução ou de fraqueza? Por quê?*
- *Na política, é aceitável mudar de opinião? Ou o político vira “incoerente”?*
- *O autor da crônica critica quem muda de opinião ou quem insiste no erro?*
- *Você já mudou de opinião sobre algo importante? O que te fez mudar?*

3. Conexão com a crônica

Ajude os alunos a perceberem que Gabeira valoriza a capacidade de adaptação diante de novos fatos, e critica quem se apega a um discurso ultrapassado para justificar erros.

“Na crônica, o autor mostra que o PT se apegou a justificativas antigas e não entendeu que o mundo mudou: a sociedade quer mais transparência, e a tecnologia escancara tudo. Ele usa essa frase para provocar quem resiste em rever seus erros.”

4. Proposta de síntese no caderno (opcional):

Anote uma frase que resuma sua opinião sobre a pergunta: mudar de opinião é sinal de fraqueza ou de inteligência? Justifique com uma ideia que apareceu no debate.

6.Produção escrita orientada: “Tecnologia e política: transparência ou ilusão?”

15 minutos

Objetivo: Estimular o aluno a formular uma opinião clara, desenvolver um parágrafo argumentativo e utilizar intencionalmente um operador de contraposição para estruturar o posicionamento assumido.

Proposta de escrita individual: Escreva um parágrafo respondendo à seguinte pergunta: “Você acredita que os avanços tecnológicos — como as redes sociais, os smartphones e as transmissões ao vivo — realmente tornam a política mais honesta e transparente? Ou só mudam a forma de disfarçar os mesmos erros?”

Requisitos do parágrafo: Apresente sua opinião com clareza.

Use pelo menos um operador de contraposição (mas, porém, contudo, no entanto, todavia, embora...). Tente desenvolver a ideia com início, justificativa e conclusão. Pode fazer referência à crônica de Gabeira se desejar. Exemplos-modelo no quadro (opcional) a seguir:

Exemplo 1 (modelo mais simples):

A tecnologia pode ajudar na fiscalização da política, ***mas*** *não resolve tudo sozinha. Muitas pessoas usam as redes para esconder verdades ou atacar os outros, o que também confunde a população.*

Exemplo 2 (modelo mais desenvolvido):

Os avanços tecnológicos permitiram mais visibilidade e denúncia de atos corruptos, principalmente por meio das redes sociais e da atuação da imprensa digital. ***No entanto****, isso não significa que a política se tornou automaticamente mais honesta, pois muitos grupos aprenderam a manipular essas ferramentas em benefício próprio.*

Dica de mediação enquanto os alunos escrevem:

Circule pela sala e, se necessário, estimule com perguntas como: *Qual é sua ideia principal? Você consegue pensar em um "mas" ou "porém" que ajude a construir seu argumento? Você está explicando por que pensa assim ou só afirmando? Vamos desenvolver?*

Fechamento da atividade (rápido):

- Convide 1 ou 2 alunos para lerem seus parágrafos (voluntariamente).
- Destaque o uso eficaz do operador e a progressão da ideia.
- Guarde os textos para revisão futura (pode usar como base para retomada na aula de reescrita).

Instrumentos de Avaliação Formativa

- ✓ Participação no debate.
- ✓ Grifos corretos dos operadores no texto.
- ✓ Clareza no preenchimento da tabela de análise.
- ✓ Escrita com uso intencional do operador de contraposição.

Na próxima aula, leremos *"Numa escola ocupada"*, de Antonio Prata. Tema: Juventude, resistência e protagonismo estudantil.

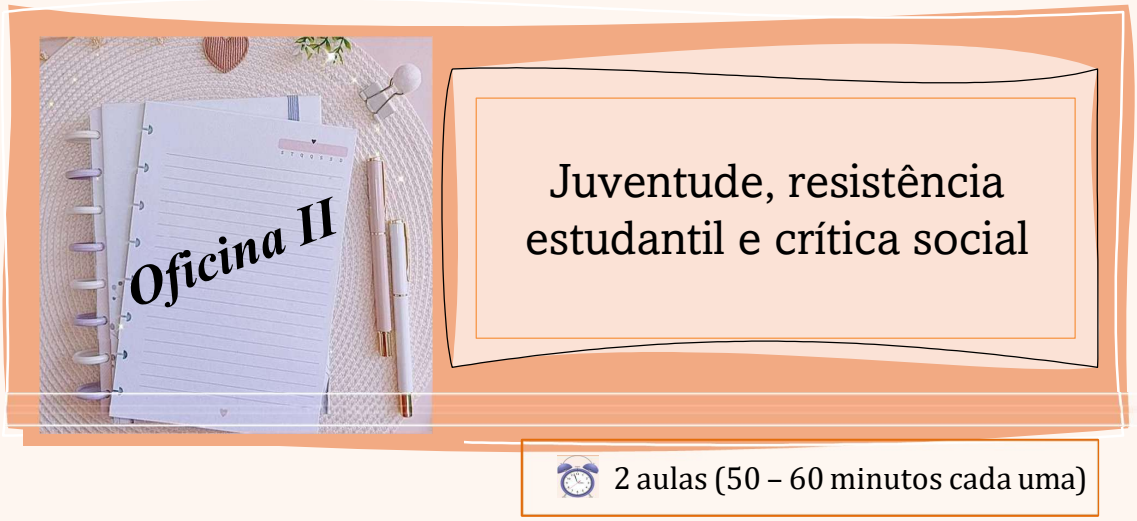
Expanda esta oficina: reportagem+vídeo+podcast

Retrospectiva 2016: o ano do impeachment de Dilma

GOVERNO COLLOR: "O seu dinheiro é MEU!"

EM DETALHES - 04/10/23 - CRIADORA DE PODCAST SOBRE IMPEACHMENT DE COLLOR REVELA BASTIDORES

João Santana sobre a cobertura jornalística dos impeachments de Fernando Collor e Dilma Rousseff



Objetivos de Aprendizagem

- Compreender a argumentatividade como uma dimensão inerente a linguagem.
- Reconhecer que as escolhas linguísticas revelam as intenções, o posicionamento do autor e orienta a interpretação do leitor.
- Desenvolver autonomia e pensamento crítico de forma ética e respeitosa.
- Produzir um parágrafo utilizando intencionalmente o operador de contraposição "mas" para direcionar a interpretação e orientar o interlocutor a conclusão desejada.

Habilidades da BNCC

- **EF89LP14:** Analisar, em textos argumentativos e propositivos, os movimentos argumentativos de sustentação, refutação e negociação.
- **EF89LP06:** Analisar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos e seus efeitos de sentido.
- **EF89LP22:** Compreender e comparar as diferentes posições e interesses em jogo em uma discussão avaliando a validade e força dos argumentos.
- **EF08LP03:** Produzir artigos de opinião, tendo em vista o contexto de produção dado, a defesa de um ponto de vista, utilizando argumentos e contra-argumentos e articuladores de coesão que marquem relações de oposição, contraste, exemplificação, ênfase".

Metodologia

1. Ativação do conhecimento prévio; Leitura compartilhada e comentada.	2. Debate oral mediado pela professora.
3. Análise dos operadores masPA (mas...) e do masSN (não é ... mas)	4. Atividade escrita orientada em individual.

Crônica: Numa escola ocupada
Autor: Antonio Prata

Aula 4

1. Ativação de conhecimento prévio e provocação inicial.

 10 minutos

Como a escola pode ir além de conteúdos em lousa e livros para se tornar verdadeiramente significativa e garantir a aprendizagem integral?

- Distribua aos estudantes diferentes imagens impressas com espaço para uma legenda em branco (ou apresente em Datashow) de alunos em sala de aula apáticos nos moldes tradicionais e alunos sendo protagonistas do conhecimento e atores no ambiente escolar e na comunidade.

- Convide os alunos a escrever uma legenda para a imagem que recebeu. Logo após peça que ordenadamente colem em um mural, leiam e expliquem o porquê da legenda?

- Faça perguntas algum de vocês já participou de alguma ação ou projeto na escola que envolvia a tomada de decisão pelos próprios alunos? Como foi essa experiência? Caso haja alguma experiência vivida pelos alunos (protesto, assembleia, reunião escolar, grêmio, ocupação etc.) pode ser usada como ponto de partida.

2. Leitura compartilhada e comentada da crônica.

 25 minutos

Distribua a crônica impressa. Leitura em voz alta por partes, com pausas para diálogo e perguntas-chave.

Sugestão de mediação: Incentivar a leitura em voz alta de forma expressiva. Grifar palavras que indicam oposição ou mudança de perspectiva (mas, contudo, no entanto…). Orientar que façam marcações no texto conforme as discussões realizadas.

I. Compreensão inicial e expectativa do autor: (parágrafos 1 e 2)

Qual era a expectativa inicial dos escritores ao visitar a escola ocupada? Que temas os escritores esperavam discutir?
Por que eles foram surpreendidos pela conversa com os alunos? O que isso pode sugerir sobre o foco dos alunos na ocupação, mesmo antes de sabermos os detalhes?

II. Protagonismo estudantil e novas aprendizagens: (parágrafo 3 e 4)

Como os alunos organizaram a vida diária na escola ocupada?
O que essa organização prática revela sobre a capacidade dos jovens de se autogerir?

Que tipo de atividades e debates foram organizados na escola ocupada?

III. Direção argumentativa e subjetividade do autor (parágrafos 5 e 6)

Quais enunciados presentes na crônica no quinto parágrafo poderiam resumir a lição aprendida pelos alunos?
Entre os citados, qual é o enunciado que apresenta o principal ponto de vista rechaçado na crônica?
O cronista rechaça ou se identifica com a capacidade e o protagonismo dos estudantes? Justifique com trechos do texto?

Frase-chave para discussão:

"Que "Público" não é do governo e tampouco de ninguém"

Esse enunciado remete a outro compartilhado pelo inconsciente coletivo. Qual? Qual é o seu posicionamento sobre isso?

3. Estudo dos operadores de contraposição. 15 minutos

Peça aos alunos que voltem à crônica "Numa escola ocupada" e realize uma leitura analítica: "Vamos voltar ao texto com um novo olhar: investigar quais itens linguísticos o autor usa para introduzir um novo ponto de vista que redireciona a interpretação".

Explique que para descobrir quais são esses itens linguísticos, precisam ler com foco nas seguintes perguntas: (Oriente que marque com um círculo)

- Qual é o momento em que o autor muda de direção e apresenta uma opinião (ponto de vista) que redireciona a interpretação?
- Qual é o momento em que o autor muda de direção e apresenta uma opinião (ponto de vista) que redireciona a interpretação?

Após a identificação, compare os dois argumentos: o que se diz antes do item linguístico e o que se diz depois. Considerando apenas o primeiro segmento (o que diz antes do item linguístico).

- Qual seria a conclusão que você chegaria?
- Agora, analise o segmento introduzido pela palavra circulada, a conclusão continua a mesma ou mudou?
- Qual seria a nova conclusão?

Escreva no quadro o seguinte trecho: "A ocupação começou contra a proposta de fechamento de noventa e duas unidades de ensino... mas no processo os alunos descobriram, questões importantes.

Explique que o autor usa o "mas" nesse enunciado para introduzir a "descoberta" dos

alunos. Nesse caso, o autor reconhece o motivo da ocupação, porém, mostra que a situação não se encerrou, uma vez que algo mais relevante foi descoberto. Portanto, o segundo argumento ganha mais força devido a presença do “mas”.

Escreva esse outro trecho: “Que as escolas não precisam ser ruins. Chatas. Abandonadas. Que 'Público' não é do governo e tampouco de ninguém, mas deles"

Pergunte A função do “mas” nesse contexto é contradizer ideias, contra-argumentar ou retificar? (Espera-se como resposta “retificar”).

Caso a resposta seja retificar, explique que é bem mais do que apenas isso, é usado estrategicamente para defender um posicionamento e rebater estereótipos: de que público é ruim... Que as “coisas” que são públicas são do governo ou não tem dono. Além de guiar o interlocutor a uma interpretação diferente do senso comum.

Aula 5

4. Quadro de análise: crônica x vida real x posicionamento do autor.

15 minutos

O que acontece na crônica	O que isso significa na vida real	Crítica ou mensagem do autor
Algumas pessoas só repetem frases prontas da internet sobre política	Em vez de pensar por conta própria, usam sempre os mesmos comentários e brigas já conhecidas	Discutir sem pensar é superficial; é melhor falar de situações reais que a gente vive
Os alunos dizem que só aprenderam na escola o necessário para passar no vestibular	A escola muitas vezes ensina só para prova, sem preparar para outras coisas da vida	Estudar só para prova limita; aprender deve servir também para o dia a dia
Na aula tradicional, o professor só escreve no quadro e pronto	O aluno não participa, só copia e escuta	Esse jeito de ensinar é fraco; aprender fazendo e decidindo juntos é mais eficiente
A diretora fica meses sem se envolver com a escola	Falta liderança e cuidado com o ambiente escolar	Quando os alunos se organizam sozinhos, mostram que são capazes e responsáveis

Instruções: pode levar um cartaz em papel madeira com os espaços em branco para ser preenchidos. Solicite aos alunos que leiam novamente a crônica com o objetivo de analisar o que o quadro pede e preencher, primeiro no caderno, depois voluntariamente preenchem o quadro da sala com as discussões que se fizerem necessárias.

5. Debate orientado: autonomia e participação ativa dos estudantes versus discursos simbólicos.

20 minutos

Estabelecer regras claras para o Debate: usar palavras que direcionam argumentativamente: “mas, porém, no entanto.../ não é ... mas” como recursos linguísticos para orientação argumentativa.

> Ex.: Fala-se muito em escuta ativa, mas a escola não dar oportunidade para o estudante falar como se sente em relacão as aulas ministradas.

Praticar a escuta ativa respeitando os turnos de fala.

- Respeitar ideias divergentes.
- Solicitar esclarecimentos quando necessário.
- Identificar e analisar posicionamentos defendidos e refutados.

Início provocador – Escreva no quadro e leia em voz alta com entonação reflexiva: *O modelo atual de educação prepara os estudantes para atuar ou só obedecer?*

Conduza o debate com perguntas estratégicas:

- A crônica afirma que as escolas "não precisam ser ruins. Chatas. Abandonadas". Quais elementos ou práticas tornam uma escola "ruim, chata ou abandonada" na sua percepção?
- A escola valoriza a disciplina rígida e silêncio em sala, mais do que argumentação? Por quê?
- Estamos formando pensadores críticos, capazes de atuar e transformar a sociedade? Ou estamos formando reprodutores do sistema, treinados para seguir regras e repetir conteúdos? O que acham?
- O “protagonismo estudantil” é limitado a projetos pontuais, com pouca continuidade e poder decisório? Ou o protagonismo é uma vivência contínua?
- E, em contraste, o que a experiência da escola ocupada sugere sobre como a escola pode se tornar um lugar vibrante e significativo para a aprendizagem?

6. Produção escrita orientada – “Protagonismo estudantil: como ressignificar a educação?” ⏰15 minutos

Proposta de escrita individual: Escreva um parágrafo respondendo à seguinte pergunta: “*Você concorda que o protagonismo estudantil pode transformar a realidade das escolas – ruins, chatas, abandonadas – em um ambiente agradável? Ou isto é apenas um discurso simbólico no Brasil?*”

Quer que sua opinião seja admitida pelo interlocutor? Então alinhe seu texto ao tema e às instruções — isso é protagonismo!

> Antes de escrever, pense: como guiar o meu interlocutor a admitir meu ponto de vista? Siga uma sequência! Para tanto, você pode usar estrategicamente pontos de vista contrários ao seu e em seguida rechaçá-los por meio do uso de operadores argumentativos. (Aquelas palavrinhas que mudam a direção interpretativa do discurso).

Importante!

- Deixe explícito o seu ponto de vista (posicionamento/tese). Ele pode, inclusive, ser introduzido no parágrafo pelos operadores argumentativos.

- Use obrigatoriamente como operador argumentativo o "mas". Depois explique o seu posicionamento! Aqui, você pode usar exemplos da crônica: "Numa escola ocupada" de Antonio Prata. Isto pode respaldar seu ponto de vista.

- Feche o parágrafo! Finalize o parágrafo retomando o seu posicionamento com firmeza, como quem diz: 'viu só? Você também se identifica com este ponto de vista!'

Sugestão para facilitar Fazer o parágrafo em dois momentos: Primeiro: rascunho com posicionamento + "mas" + justificativa. Depois: desenvolvimento e finalização Isso garante que todos consigam iniciar — e não desistam antes de tentar.

Exemplo de modelo simples:

A escola para muitos de nós é um lugar chato, mas a partir do momento que entendermos que juntos podemos pensar e fazer dela um espaço diferente, a transformação acontece. Como exemplo de protagonismo estudantil, podemos citar a realidade tratada na crônica do escritor Antonio Prata, com o título "Numa escola ocupada", ela aborda de forma positiva o protagonismo. Por isso, se queremos uma escola mais legal, devemos agir em prol disso e assim, será.

Fechamento da atividade (rápido): Convide 1 ou 2 alunos para lerem seus parágrafos (voluntariamente). Destaque o uso eficaz do operador, a força argumentativa e a orientação conclusiva que ele aponta. Guarde os textos para revisão futura (pode usar como base para retomada na aula de reescrita).

Instrumentos de avaliação formativa

Critério	Excelente	Em desenvolvimento
Usou operador de contraposição de forma intencional	✅	🔄
Posicionou-se com clareza e coerência	✅	🔄
Relacionou argumentos com a crônica	✅	🔄

Encaminhamento para o próximo encontro: Na próxima aula, abordaremos uma crônica, de um escritor local - o médico e cronista José Flávio vieira. Spoiler sobre o tema: O fascínio do poder.

Expanda esta oficina: vídeo curto + podcast + reportagens

A QUEM PERTENCE A ESCOLA? (UNE – Facebook, atual) Folha na Sala (2023)
Estudantes da PUC-SP ocupam campus em protesto (UOL, 2025)
Indígenas ocupam Secretaria de Educação do Pará (Agência Pública, 2025)
Programa Estudantes em Movimento promove cidadania ativa (PE, 2025)
Ensina Brasil desenvolvendo jovens lideranças (Fundação Lemann, 2025)



Objetivos de Aprendizagem

- Identificar no texto lido elementos que remetam à memória histórica e reconhecer sua relação com a prevenção de regimes autoritários.
- Reconhecer e exemplificar a presença de intencionalidade discursiva, inclusive em textos apresentados como "neutros".
- Localizar e classificar operadores de contraposição dos grupos masPA e masSN no texto, descrevendo sua função semântico-discursiva.
- Produzir um parágrafo argumentativo, utilizando de forma consciente pelo menos um operador de contraposição (masPA ou masSN), com o intuito de orientar o interlocutor a uma conclusão determinada.

Habilidades da BNCC

- **(EF69LP01):** Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso.
- **(EF69LP25):** Posicionar-se de forma consistente e sustentada em discussões, respeitando opiniões contrárias.
- **(EF89LP04):** Identificar e avaliar teses, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos.
- **(EF69LP18):** Utilizar operadores de conexão adequados para marcar relações de sentido em argumentos.
- **(EF08LP03):** Produzir artigos de opinião com articulação coesiva, empregando operadores de oposição/contraste.

Metodologia

1. Ativação de conhecimento prévio com vivência imersiva simbólica e questionamento orientado.	2. Podcast interdisciplinar: história e geografia para situar o fascismo no mundo, tema da crônica.

3. Leitura performática e discussão mediada; Identificação de elementos argumentativos.	4. Identificação de argumentos e contra-argumentos; Debate em formato de Podcast; Produção escrita orientada.

Crônica: Fascismo, não!
Autor: José Flávio Vieira

Aula 6: Imersão temática e leitura crítica

1. Ativação do conhecimento prévio (cenário imersivo)

1. Acolhimento – Trilha visual interativa

- Local: Começa no portão da escola e segue até a porta da sala.
- Materiais: Impressões em tamanho A3 de frases provocadoras, imagens históricas e contemporâneas contrastando autoritarismo e liberdade (ex.: protestos silenciados x manifestações públicas; jornais censurados x manchetes livres).

Exemplos de perguntas nas placas (com letra grande e impactante):

"Você já deixou de falar algo por medo?"	"Quem controla a palavra, controla o pensamento?"	"A verdade pode ser proibida?"

As placas podem ter QR codes que levam a pequenos áudios ou vídeos curtos (30 seg.) com depoimentos de pessoas que vivenciaram censura.



Condução: O professor recebe os alunos no portão e convida-os a seguir a "trilha da reflexão", sem comentar ainda o tema central.

2. Organização física da sala – Vivência Simbólica: A sala estará dividida em dois ambientes distintos:

Espaço A – Filas rígidas: Cadeiras alinhadas em fileiras, voltadas para o quadro, com cartazes de "silêncio", "não falar sem permissão".
Espaço B – Semicírculo: Cadeiras organizadas para permitir o olhar nos olhos, com um cartaz central escrito "Diálogo" e imagens de assembleias, rodas de conversa, parlamentos democráticos.

Dinâmica inicial

O professor divide aleatoriamente a turma em dois grupos: metade no Espaço A e metade no Espaço B. Propõe uma pergunta simples ("O que é mais importante na escola: seguir regras ou ter liberdade?")

Regras distintas

No Espaço A, apenas uma pessoa autorizada pode falar, e apenas se o professor permitir.
No Espaço B, todos podem falar livremente, respeitando a vez.

Após 3-5 min., o professor interrompe e troca os grupos, para que experimentem as duas realidades.

Muro da Censura e Cantinho "Vozes Silenciadas"

Muro da Censura: Painel coberto com papel pardo onde os alunos devem escrever ou desenhar algo que gostariam de dizer, mas sentem que não podem. Em seguida, colam post-its pretos sobre suas próprias palavras, simbolizando o bloqueio.

Cantinho "Vozes Silenciadas": Canto da sala com objetos que representam silêncio ou opressão (microfone desligado, fita adesiva sobre bocas impressas, jornais com manchetes rasuradas). O professor convida os alunos a visitar esse espaço em silêncio, lendo e observando os recados "censurados".

4. Fechamento da Ativação



Em roda (ou semicírculo), o professor conduz uma conversa breve: "Como vocês se sentiram nos dois espaços?" "O que significa ter voz?" "O que pode fazer com que alguém perca o direito de falar?"

Essa conversa é registrada no quadro em forma de mapa conceitual inicial, que será retomado ao final da oficina para comparar mudanças no pensamento.

2. Questionamento orientado  5 minutos

1. Transição da vivência para o diálogo

Após a atividade de ativação de conhecimento prévio, o professor reúne a turma no **espaço em semicírculo**.
O **mapa conceitual inicial** produzido no fechamento da etapa anterior é deixado visível no quadro ou em um flip chart.



O professor introduz: "Vocês acabaram de experimentar dois tipos de espaços: um que limitava a fala e outro que estimulava o diálogo. Agora, vamos pensar juntos sobre o que isso significa para a sociedade que queremos viver."

2. Perguntas norteadoras principais

1. "Que mundo queremos construir?"

O professor pede que cada aluno pense em silêncio por 30 segundos e anote três palavras-

que representem o mundo ideal para ele (ex.: justo, livre, seguro).
• Em seguida, voluntários compartilham e o professor registra no quadro, criando um campo semântico coletivo.

Conexão crítica: o professor chama atenção para possíveis contradições entre as palavras escolhidas (ex.: "controle" vs. "liberdade"), preparando para os operadores argumentativos de contraposição.

2. "Qual o limite ético da tolerância na convivência democrática?"

• O professor explica, de forma simples, que "tolerância" significa aceitar diferenças e opiniões diversas, mas pergunta: *"Existe um ponto em que tolerar deixa de ser bom?"*

• Proposta de exercício rápido: alunos levantam a mão para concordar ou discordar de frases polêmicas preparadas pelo professor (ex.: "Devemos tolerar discursos que incentivam a violência?" / "Toda opinião deve ser respeitada, mesmo que ofenda outra pessoa?").

• O professor provoca: ***"Por que você pensa assim?"*** – incentivando a justificativa argumentativa.

3. Encerramento da etapa questionamento

O professor sintetiza as ideias levantadas, destacando que:

• Na vida real, os conceitos de liberdade, tolerância e democracia entram em tensão.
• Textos, como a crônica política, configuram-se como espaços de elaboração e defesa de pontos de vista sobre essas tensões.
• Essa síntese serve como ponte para a próxima etapa: a leitura guiada da crônica, já com um olhar crítico e conectado à experiência inicial.

4. Podcast interdisciplinar  30 minutos

1. Organização prévia

- **Formato**: Escuta de um podcast previamente gravado por professores de História e Geografia, ou transmitido ao vivo em sala (para maior interação).
- **Duração**: Aproximadamente 20 a 25 minutos de conteúdo + 10 a 15 minutos de debate orientado.
- **Ambiente**: Fones de ouvido individuais (se possível) ou caixa de som central.
- **Recursos**: Roteiro pré-planejado com a dupla de professores (História e Geografia).
- Apresentação de **pequenos trechos de áudio** intercalados com pausas para reflexão.
- Slides ou imagens projetadas (cartazes, mapas, fotos históricas, manchetes de jornais) como apoio visual.

2. Conteúdo sugerido para o podcast

História – *Linha do tempo e características do fascismo*

• Origem do termo e primeiros líderes (ex.: Mussolini, Itália; Hitler, Alemanha).
• Elementos centrais: culto ao líder, nacionalismo exacerbado, supressão da oposição, censura, controle da mídia, uso da violência para silenciar críticas.
• Consequências sociais e políticas observadas historicamente.

Geografia – *Conexões territoriais e contemporaneidade*

• Análise do contexto geopolítico e econômico que favoreceu o surgimento do fascismo.
• Comparação com outros países e regiões do mundo em momentos de instabilidade.
• Indícios e "sinais de alerta" para movimentos autoritários no presente: manipulação da informação, polarização extrema, criminalização da divergência.

3. Perguntas-chave durante a escuta

A cada trecho do podcast, o professor de Língua Portuguesa ou o próprio áudio pode lançar questões rápidas para manter a atenção e provocar reflexão:

1. *Quais dessas características você já viu em acontecimentos recentes?*
2. *Por que o fascismo cresce mais em momentos de crise?*
3. *Qual a relação entre censura e manutenção do poder?*
4. *É possível que elementos fascistas apareçam disfarçados em discursos de defesa da "ordem" e da "tradição"?*

4. Debate orientado  10 a 15 minutos

Dinâmica

- Cada aluno compartilha um ponto que mais o chamou atenção no podcast.
- O professor destaca paralelos entre os conceitos do podcast e o que foi vivido na **ativação de conhecimento prévio** (autoritarismo x liberdade).
- Registra no quadro ou em cartolina um **esquema visual** com duas colunas:

"Fascismo histórico" (elementos e contextos passados)
"Sinais no presente" (possíveis paralelos atuais).

5. Encerramento

• O professor reforça que a compreensão histórica e geográfica é **ferramenta para compreender e interpretar crônicas políticas**.

• Introduz a transição para a leitura da crônica política, explicando que o texto trará pistas e críticas a comportamentos, discursos e políticas que podem estar conectados a essas ideias.

- Participação de História e Geografia para contextualizar fascismo, características, contextos históricos e perigos contemporâneos.
- Perguntas-chave para relacionar contexto histórico e situação atual.

2. Leitura guiada e performática da crônica ⏰ 10 minutos

1. Preparação e contexto (3 min): o professor apresenta brevemente **o autor e o contexto de produção** da crônica, ressaltando:



- Situação histórica ou social que motivou o texto.
- Importância da crônica política como espaço de crítica e reflexão.

Relembra rapidamente conceitos trazidos no **podcast interdisciplinar**, para que o aluno reconheça o pano de fundo histórico e ideológico.

2. Leitura performática (7 min) - orientação de performance:

- Alternar **entonação** e **pausas** para destacar ironia, crítica ou indignação presentes no texto.
- Marcar com gestos ou expressões os momentos de contraste argumentativo.

- **Recurso visual**: projeção do texto em tela ou distribuição de cópias, com **destaque gráfico** (sublinhado ou cor diferente) para os operadores de contraposição já previamente marcados.

3. Leitura guiada com foco nos operadores de contraposição ⏰ 5 minutos

- Durante a leitura, sempre que um operador de contraposição aparecer (**mas, porém, todavia, entretanto, contudo, no entanto**), o professor interrompe rapidamente para perguntar: *"O que o autor estava afirmando antes?"*; *"O que muda depois do operador?"*
- Solicita que os alunos anotem no caderno: **trecho antes do operador** (primeiro ponto de vista). **Trecho depois do operador** (ponto de vista contraposto).
- Registra no quadro dois exemplos e comenta como o uso desse recurso orienta a argumentação e revela o posicionamento do autor.

4. Debate orientado ⏰ 5 minutos

Estratégia de participação: Cada aluno deve justificar sua resposta usando **pelo menos um**

operador de contraposição (ex.: "Concordo com o autor, **mas** penso que…"). O professor reforça que essa é uma forma de **praticar o recurso linguístico no discurso oral** antes de aplicá-lo na escrita.

Perguntas-chave:

1.Qual é o tema central da crônica?
2.Qual é o posicionamento explícito ou implícito do autor?
3.Você concorda ou discorda desse posicionamento? Por quê?
4.Quais limites éticos da tolerância aparecem no texto?

5. Encerramento e conexão com a crônica

Síntese visual no quadro (4 min) - O professor constrói, com participação dos alunos, um diagrama estruturado com três blocos:
Tema central da crônica (registrado em uma frase curta e objetiva).
Ponto de vista do autor (resumo do posicionamento explícito ou implícito).
Argumentos a favor e contra, divididos em duas colunas:
Coluna 1: argumentos que apoiam a tese do autor.
Coluna 2: argumentos que contrapõem ou relativizam essa tese.
Destaque visual: ao lado de cada argumento, o professor anota o **operador de contraposição** utilizado no trecho correspondente (*mas, porém, todavia, entretanto, no entanto, contudo*).

Aula 7
Análise discursiva e produção

Quadro de análise 20 minutos

Procedimento: No quadro ou projetor, o professor apresenta uma **tabela de análise** com três colunas:

Ideia inicial (trecho do texto antes do operador)	Operador utilizado	Subjetividade/Intenção do autor

1. Coletivamente, os alunos localizam na crônica trechos que contenham **masPA** (ponto de vista que pode contrapor ou complementar o anterior) e **masSN** (sempre precedido do "não" no argumento anterior, retifica e aponta também uma nova direção argumentativa).
2. O professor orienta que cada registro seja acompanhado de um **comentário sobre a intenção do autor**, por exemplo:
    - **masPA** → "Reconhece X, mas assume e se identifica com Y ou contrapõe totalmente o argumento anterior, apresentando outra direção.
    - **masSN** → "Expõe um ponto de vista já negando e retifica, assumido o posicionamento introduzido pelo operador.

3. Ao final, a turma terá um quadro com exemplos reais do texto e interpretação discursiva, que servirá de referência para a produção oral e escrita.

2. Debate em formato de Podcast 25 minutos

Procedimentos:

Organização: Dispor os alunos em formato de estúdio improvisado: um grupo central de debatedores, microfone (real ou simbólico), e ouvintes em volta; dispor os alunos em formato de estúdio improvisado: um grupo central de debatedores, microfone (real ou simbólico), e ouvintes em volta.
Regra central: Cada fala deve conter **pelo menos um operador de contraposição**; Ex.: "A liberdade de expressão é fundamental, **mas** não pode ser usada para legitimar discursos de ódio."
Mediação do professor: Garantir que as falas mantenham conexão com a crônica e o quadro de análise feito anteriormente; interromper gentilmente para destacar usos especialmente eficazes dos operadores; Perguntar: *"Esse operador ajudou a contra-argumentar ou complementou o argumento anterior?"*
Registro: Um aluno ou o próprio professor anota em um quadro auxiliar bons exemplos de uso, para inspirar a produção escrita.

3. Produção escrita orientada 15 minutos

Problemática:

"Qual a importância de demarcar os limites da tolerância para a construção de uma sociedade justa e democrática?"

Critérios de avaliação:

- **Clareza:** ideias compreensíveis, vocabulário adequado e ausência de ambiguidades.
- **Uso de operador de contraposição:** pelo menos um **masPA** ou **masSN** bem contextualizado.
- **Estrutura:**
  Início – apresentação do ponto de vista.
  Justificativa – exposição do argumento com exemplo ou referência.
  Conclusão – fechamento coerente com o que foi defendido.
- **Coesão:** uso de conectores variados além do operador obrigatório.

Apoio ao aluno: o professor projeta no quadro um **modelo de parágrafo comentado**, destacando em cor diferente o operador de contraposição e explicando seu efeito no texto.

- Antes da entrega, cada aluno revisa seu parágrafo trocando com um colega, verificando se o operador foi usado de forma coerente.

Avaliação Formativa: instrumentos e critérios

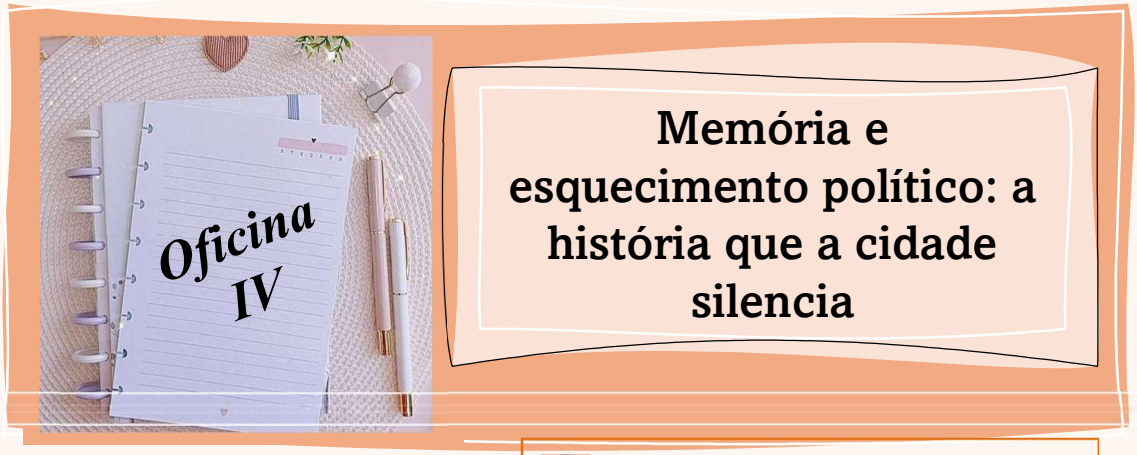
1. Participação nas etapas imersivas e no debate	2. Preenchimento correto do quadro de análise	3. Qualidade da produção escrita - Critérios:
Observáveis: atenção, envolvimento nas discussões, respeito às regras do debate, escuta ativa e contribuições pertinentes.	**Verificação**: correspondência fiel entre trecho da crônica, operador identificado e interpretação da intenção do autor.	**Coesão** – uso adequado de conectores e articulação lógica das ideias. **Coerência** – clareza do ponto de vista e consistência argumentativa.
Indicadores de qualidade: Relacionar suas falas ao tema e à crônica estudada. Utilizar operadores de contraposição no discurso oral de forma coerente.	**Indicadores de qualidade**: Diferenciar adequadamente masPA e masSN. Explicar, mesmo que de forma breve, o efeito do operador no argumento.	**Uso adequado de operadores** – pelo menos um masPA ou masSN corretamente aplicado e integrado ao contexto.

Encaminhamento para o próximo encontro

Abordaremos outra crônica do médico e cronista José Flávio Vieira.
• Tema: Memória e esquecimento político: a história que a cidade silencia

Expanda esta oficina: podcast + reportagens

Plenacast – Democracia escolar (2024)
Mourão lamenta polarização e defende papel das instituições (Senado Federal, 2025)
Caminhos para enfrentar o discurso de ódio no Brasil (Conectas, 2023)
Redes sociais estimulam violência política (Agência Brasil, 2024)



Memória e esquecimento político: a história que a cidade silencia

2 aulas (50 – 60 minutos cada uma)

Objetivos de Aprendizagem

- Analisar e identificar recursos linguísticos argumentativos que expressam oposição, contraste ou diferentes perspectivas em textos, mesmo quando não explicitamente marcados.
- Compreender a intencionalidade por trás das escolhas linguísticas argumentativas e como elas orientam o leitor para a construção de uma determinada visão da realidade em textos históricos e políticos.
- Desenvolver o pensamento crítico e a cidadania ativa por meio da análise aprofundada de gêneros discursivos.
- Revisar e justificar as próprias escolhas linguísticas e argumentativas em produções textuais, considerando intencionalidade e público-alvo.
- Participar de discussões coletivas e sistematizar o aprendizado sobre o uso da linguagem e seus efeitos na orientação do leitor e na formação cidadã.

Habilidades da BNCC

- **EF89LP23:** Analisar movimentos argumentativos (sustentação, refutação, negociação).
- **EF69LP18:** Utilizar recursos linguísticos que marquem relações de sentido em textos argumentativos.
- **EF89LP12:** Planejar coletivamente e participar de debates sobre temas definidos.
- **EF08LI08:** Analisar criticamente conteúdos de textos, comparando perspectivas sobre um mesmo assunto.
- **EF08LP03:** Produzir artigos de opinião, considerando contexto, ponto de vista e público-alvo.

Metodologia

1. Ativação do conhecimento prévio; Roda de conversa com convidado.	2. Leitura performática e interativa; Investigação do uso do "mas".

3. Produção criativa em grupos; plenária coletiva.	4. Produção textual individual.

Crônica: A República Independente do Crato
Autor: José Flávio Vieira

Aula 8 - 🔎 Roda de conversa e leitura performática

1. Ativação do conhecimento prévio ⏰ 10 minutos

O professor escreve no quadro a pergunta disparadora:

> *"Por que algumas histórias são lembradas e celebradas, enquanto outras são silenciadas ou esquecidas?"*

→ Incentivar os alunos a darem exemplos práticos: festas nacionais, feriados cívicos, lutas sociais, histórias familiares.

Criar um esquema em dois eixos no quadro:

Memória	Esquecimento
palavras associadas a lembrar (festa, liberdade, independência, heróis).	palavras ligadas a silenciamento (medo, censura, poder, descaso).

Breve contextualização histórica: explicar que a cidade do Crato proclamou uma República em 1817, antes mesmo do Brasil, mas esse evento foi apagado da memória oficial.

→ Fazer a conexão: *"Se a história é contada de um jeito, quem decide o que lembrar e o que esquecer?"*

2. Roda de conversa com convidado especial ⏰ 20 minutos

Objetivo: valorizar a memória local, promover interação com a comunidade e desenvolver habilidades de argumentação oral com o uso dos operadores.

Convidado: pode ser um historiador local, professor de História, membro de um instituto cultural ou liderança comunitária.

Dinâmica inicial: perguntas escondidas sob as cadeiras (cada aluno lê a sua). Exemplo:

"Quem conta a história oficial da nossa cidade?"

"Por que alguns eventos ganham destaque nos livros e outros não?"

Dinâmica de aprofundamento: envelopes com palavras-chave (memória, silêncio, história, poder). Cada aluno formula uma pergunta usando a palavra sorteada.

→ Exemplo: “Como o poder influencia o silêncio sobre a história?”

Orientação ao professor:

- Reforçar a importância da escuta ativa: não interromper, pedir esclarecimento, anotar pontos relevantes.
- Incentivar que os alunos se posicionem a partir das respostas do convidado, estabelecendo diálogo, não apenas perguntas isoladas.
- Ao final, sistematizar no quadro: o que aprendemos sobre memória, esquecimento e poder?

3. Leitura performática e interativa da crônica  20 minutos

Objetivo: aproximar o aluno do texto, praticar leitura expressiva e desenvolver inferências críticas.

Início da leitura: o professor lê o primeiro parágrafo em voz alta, fazendo pausas para comentar:

“Percebem essa ironia aqui?”

Alternância da leitura: alunos leem trechos em voz alta, cada um com um parágrafo.

Orientação: ler com entonação, respeitando pontuação e marcando expressões de contraste.

Perguntas de mediação (interrompendo a leitura quando necessário): “Quando o autor fala do desfile de Carnaval, qual é o efeito dessa comparação?”; “O que significa dizer que a cidade esqueceu esse protagonismo?”; “Por que ele menciona a Globo e o G1? Que efeito isso causa?”

Intertextualidade: Retomar a crônica do encontro anterior (*Fascismo, não!*) e comparar: Como o autor lida com memória histórica? Que críticas sociais se aproximam ou se diferenciam entre tais textos?

Sistematização: Registrar no quadro os **efeitos de sentido** observados: ironia, denúncia, valorização, crítica ao silêncio histórico.

4. Investigando o uso do “mas”  10 minutos

Objetivo: aprofundar a análise epilinguística do “mas” como operador argumentativo



Trecho-chave para análise: *“...mas nossa cidade esqueceu, totalmente, este protagonismo...”*

Passo a passo da análise epilinguística:

E1 (antes do mas): O Crato proclamou uma República independente.

E2 (conclusão possível apenas desse trecho): O Crato foi pioneiro, é reconhecido (ou deveria ser lembrado).

E3 (depois do mas): Nossa cidade esqueceu esse protagonismo.

E4 (conclusão final com o mas): Apesar da importância, a história foi silenciada → crítica à memória seletiva.

Atenção!

Explique ao aluno: O "mas" não é só conjunção adversativa. Ele é um operador argumentativo que **guia a interpretação do leitor** e **marca o posicionamento do autor no discurso**.
→ Ducrot e Vogt: operadores orientam a leitura (o discurso) para uma conclusão específica.

Atividade prática



Substituir o "mas" por outros operadores (*contudo, entretanto, todavia...*) e discutir como mudam o tom e a intensidade da crítica.



Identificar operadores implícitos no texto: lugares em que há contraposição mesmo sem o uso de operadores argumentativos.



Sublinhar trechos em que poderiam ser usados operadores de contraposição e discutir o efeito que teriam.

Aula 9 - 🔎 Produção criativa e engajamento cívico

5. Produção criativa em grupos ⏰ 20 minutos

Objetivo: desenvolver autoria, senso crítico e experimentação de gêneros discursivos.
Cenário proposto: O professor apresenta a situação: *"Vocês são o Comitê Cívico pela Memória do Crato. Precisam conscientizar a população e as autoridades sobre a importância de relembrar esse protagonismo esquecido."*
Divisão em grupos: 3 a 4 alunos por grupo. Cada grupo escolhe um gênero textual curto para sua produção:
Placa comemorativa: linguagem formal, concisa e objetiva. Exemplo: *"Aqui, em 1817, o Crato proclamou sua República independente. Um ato de coragem que a história não pode silenciar."*
Post para rede social: linguagem mais próxima do jovem, direcionada e engajante. Exemplo: *"O Crato foi pioneiro na luta pela República Brasileira, mas sua história foi esquecida. Hora de resgatar nossa memória! #MemóriaDoCrato"*
Excerto de discurso: enunciado de impacto que poderia ser dito em evento público. Exemplo: *"O Crato gritou sua independência antes do Brasil, contudo, esse grito foi calado pela história oficial. Cabe a nós reavivá-lo."*

Orientações ao aluno

Uso de operadores de contraposição: cada grupo deve inserir pelo menos um operador (*mas, porém, contudo, entretanto, todavia*).
Intencionalidade: refletir sobre "O que queremos provocar no público?".
Público-alvo: diferenciar se o texto é para autoridades, jovens ou toda a comunidade

Liberdade criativa: permitir o uso de humor, slogans ou frases de efeito, desde que justificados.

6. Plenária coletiva 10 minutos

Objetivo: compartilhar produções e refletir sobre a força da linguagem em diferentes gêneros.
Cada grupo lê/apresenta sua produção.
O professor conduz perguntas:



"Por que escolheram esse gênero e não outro?"
"Que efeito vocês esperam provocar?"
"Como o uso do operador de contraposição funcionou para enfatizar a crítica e direcionar argumentativamente?"

Sistematização no quadro: listar os gêneros escolhidos, os operadores usados e os efeitos de sentido produzidos.
Síntese: mostrar que a mesma ideia pode ser expressa de formas diferentes, dependendo do gênero e da intencionalidade.

7. Produção textual individual – texto de opinião 20 minutos

Objetivo: consolidar a aprendizagem em uma produção autoral que exige articulação de operadores argumentativos.
Tema: *"Contrastes da Liberdade: recontando a República do Crato".*

Estrutura orientada:

Introdução → Situar o leitor no contexto histórico e apresentar o contraste principal (memória × esquecimento).

Desenvolvimento → Três argumentos que usem operadores diferentes (*mas, porém, contudo, entretanto, todavia...*).

Exemplo 1 — *"O Crato proclamou sua República antes mesmo do Brasil, mas esse feito foi apagado pela narrativa oficial."*

Exemplo 2 — *"A coragem do povo cratense poderia ser celebrada, contudo, a cidade carece de memória pública."*

Exemplo 3 — *"Embora tenha sido reprimida, a República do Crato inspira luta e resistência até hoje."*

Conclusão → reforçar a importância de resgatar essa memória para formar uma cidadania crítica e consciente.

Mediação do professor:

- Escrever dois exemplos no quadro e comparar efeitos de sentido ao trocar operadores.
- Circular entre os alunos, sugerindo melhorias de coesão e clareza.

- Incentivar que cada estudante revise sua produção e destaque o operador que considerou mais forte em seu texto.

Avaliação Formativa (durante as aulas)

Participação na roda de conversa

- Observáveis: pertinência das perguntas, escuta ativa, interação com o convidado e com os colegas.

Inferências e análises durante a leitura performática

- Observáveis: capacidade de levantar hipóteses, relacionar elementos do texto com a realidade, responder às mediações do professor.

Identificação e interpretação dos operadores no texto

- Observáveis: reconhecer o uso do *mas* e de outros operadores, explicar brevemente seus efeitos de sentido.

Produção textual individual (texto de opinião) - Critérios:

- **Coesão:** uso adequado de conectores e progressão de ideias.
- **Coerência:** clareza do ponto de vista e consistência argumentativa.
- **Uso de operadores:** pelo menos três operadores de contraposição aplicados de forma correta.
- **Adequação ao público:** linguagem compatível com o gênero e contexto (escolar, comunitário ou social).

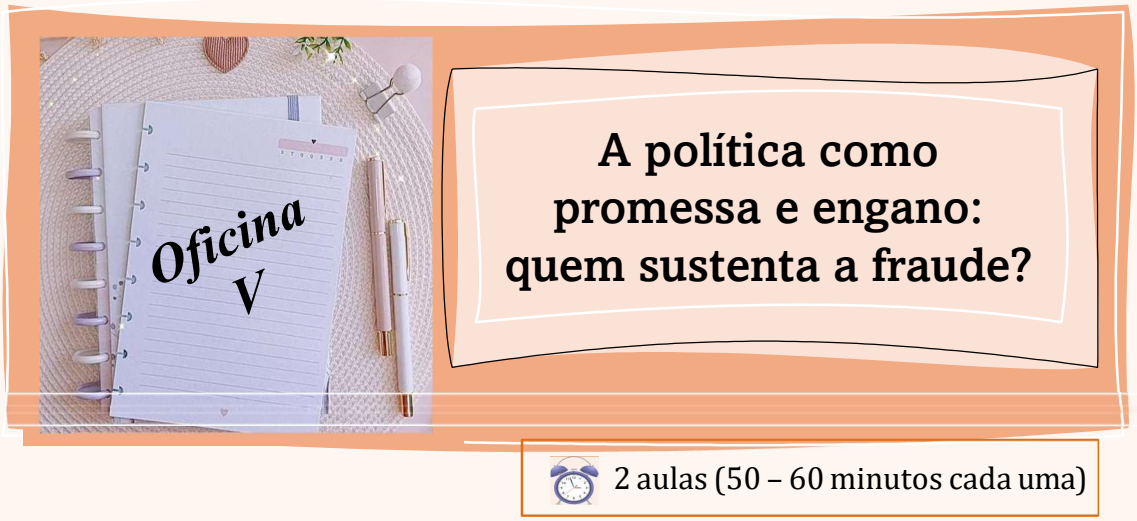
Encaminhamento para o próximo encontro

Na próxima aula, leremos a crônica **"A dimensão da fraude"**, de Jósio Araripe. **Tema:** A política como promessa e engano: quem sustenta a fraude?

Breve contextualização: a crônica discute como, na política, muitas vezes promessas públicas escondem interesses ocultos, revelando mecanismos de engano e manipulação que sustentam a fraude coletiva.

Expanda esta oficina: documentário + reportagens

Memórias da Ditadura (TV Brasil, YouTube)
Documentário Nunca Mais (YouTube)
Eunice, Clarice, Thereza (restaurado, 2025)
61 anos do golpe: luta por memória, verdade e justiça (Brasil de Fato, 2025)
Centro de memória da ditadura será criado em 2025 (Veja)
Projeto Voz Humana (Wikipedia)



Objetivos de Aprendizagem

- Analisar criticamente a crônica “A dimensão da fraude”, identificando recursos argumentativos e operadores de contraposição.
- Relacionar o discurso da crônica a práticas sociais e políticas, percebendo sua atualidade e interdiscursividade.
- Desenvolver a capacidade de identificar e recriar argumentos de contraposição em situações de escrita e oralidade.
- Explorar a noção de polifonia em textos argumentativos, reconhecendo diferentes vozes enunciativas e sociais.
- Produzir minicrônicas autorais, utilizando operadores de contraposição para guiar a interpretação do leitor.

Habilidades da BNCC

- **EF69LP18** – Utilizar, na escrita/reescrita de textos argumentativos, recursos linguísticos que marquem as relações de sentido.
- **EF89LP23** – Analisar movimentos argumentativos em textos, avaliando a força dos argumentos.
- **EF89LP14** – Analisar os efeitos de diferentes vozes sociais em textos argumentativos.
- **EF08LP03** – Produzir artigos de opinião ou minicrônicas, considerando contexto de produção e público-alvo.
- **EF89LP03** – Análise de textos de opinião, incluindo especificamente o gênero charge, exigindo que o aluno se posicione de forma crítica e fundamentada frente aos fatos e opiniões apresentados
- **EF89LP14** – Analisar, em textos argumentativos e propositivos, os movimentos argumentativos de sustentação, refutação e negociação.
- **EF89LP22** – Comparar diferentes posições sobre um mesmo tema, presentes em textos de diferentes gêneros.

- **EF89LP24** – Analisar, em textos de diferentes gêneros, a presença de vozes sociais e de estratégias de modalização e persuasão.

Metodologia

1. Interação dialógica: construção coletiva do sentido por meio da escuta e da fala entre alunos e professor.	2. Análise crítica de discurso: interpretação dos textos considerando intencionalidade, vozes sociais e efeitos de sentido.
3. Prática processual da escrita: produção, revisão e reescrita como etapas integradas do aprendizado.	4. Mediação docente: presença ativa da professora como facilitadora, orientadora e provocadora de reflexões ao longo do processo.

Aula 10: Leitura crítica e análise argumentativa

1. Ativação de conhecimento prévio – recurso inicial: charges 15 min.

Charge A



https://tse4.mm.bing.net/th/id/OIP.bAsY_6Q6p8SaWBNkNd1MRQHaEO?r=0&rs=1&pid=ImgDetMain&o=7&rm=3

Charge B



https://www.ivancabral.com/2014/09//chargedo-dia-direito-de-resposta.html?m=1

1° - Apresentação dos textos e acolhida

O professor inicia a conversa: "Hoje vamos analisar como o sentimento de descontentamento com a política é representado em imagens e como isso se conecta com o nosso poder de resposta enquanto sociedade. Vamos comparar essas visões com a crônica que estudaremos em seguida."

2° - Discussão sobre o gênero charge

- O que caracteriza essas imagens como charges? (Foco no contexto social/político imediato).

- Qual a função de usar o humor para falar de temas sérios como o "ódio à política" ou a "falta de respeito com o eleitor"?

3° Análise das duas charges

Charge A (O grupo dizendo "ODEIO POLÍTICA!!"):

- **Observação:** Por que o autor colocou cinco pessoas diferentes compartilhando o mesmo balão de fala? (Sugere um coro social, um sentimento generalizado).
- **Provocação:** Esse "ódio" é uma solução ou um problema? Como o silêncio ou a negação da política afeta a democracia?

Charge B (O "Direito de Resposta"):

- **Observação:** Do que a personagem está reclamando ao dizer que os candidatos nos chamam de "otários"?
- **Análise do operador implícito:** Na resposta "Tem sim, no dia da eleição!", existe uma contraposição implícita ao sentimento de impotência. O autor sugere que o voto é a única resposta, mas também faz uma crítica: será que essa resposta é suficiente se "odiamos a política" o resto do ano?

4° - Ambiguidade e Sentidos Implícitos

- Nas duas charges, qual é a voz que prevalece? A da esperança ou a do desencanto?
- Como a frase "dia da eleição" na Charge B dialoga com o "Odeio política" da Charge A? (Se o cidadão odeia a política, ele vota com consciência ou apenas confirma o ciclo de ser chamado de "otário"?)

5° - Polifonia e conexão com a Crônica

- **Vozes Sociais:** Identificar a voz do cidadão comum (desiludido), a voz do sistema político (que ignora o povo) e a voz crítica do autor.
- **Ponte para a Crônica:** Apresentar o título "A dimensão da fraude" de Jósio Araripe. O professor questiona: "Se todos dizem que odeiam política e se sentem 'otários', como isso contribui para a 'dimensão da fraude' que o autor da crônica vai descrever?"

2. Leitura, compreensão e interpretação crítica da crônica  25 minutos

Apresente o título da crônica e entregue os **parágrafos da crônica em envelopes coloridos**.



- O que o título 'A dimensão da fraude' sugere a vocês? O que a palavra 'fraude' significa? (Espera-se que o aluno seja capaz de inferir coerentemente o tema.).
- Será que um texto escrito há tantos anos (1991) traria um tema atual e teria interdiscursividade com o cartum e a charge analisada?

Cada grupo abre um envelope, lê seu parágrafo e responde às perguntas de mediação:

1º: Qual definição de "fraude" aparece? A que grupo é associada?
2º: Qual é a postura da sociedade em relação aos políticos? O que significa "indefesa"?
3º: O que significa a metáfora "sinal de nascença"? Essa conduta pode mudar?
4º e 5º: Qual operador aparece? Como funciona? O que significa a frase "O povo tem o governo que merece"?
6º: Que ações concretas os cidadãos poderiam propor para fiscalizar políticos?
7º: Como o operador marca oposição entre expectativa e realidade?
8º: O que significam "conveniência" e "conivência"? Quem é o "único lesado"?
Cada leitor compartilha uma frase-síntese e um operador identificado.

O professor registra no quadro:

Fatos (verde), **opiniões** (amarelo) e **contradições/denúncias** (vermelho).
Lista de operadores explícitos e implícitos.

3. A dimensão da argumentação na crônica  10 minutos

Relembre: *"Todo discurso é argumentativo; não existe neutralidade. O autor sempre conduz o leitor a uma conclusão."*

Exemplos no quadro:

- *O povo confia nas promessas dos políticos, mas muitos revelam a dimensão da fraude.*
- *Embora os políticos devessem servir ao público, a prática mostra a fraude.*
- *Não é descuido, mas acomodação fraudulenta.*

Mini-prática: alunos trocam operadores por outros equivalentes e discutem a mudança de efeito.

4. Relação intertextual (Síntese)  10 minutos

Os alunos devem preencher um pequeno quadro comparativo:

1. **Charge A:** Representa a **omissão/rejeição** (Odeio política).
2. **Charge B:** Representa a **consequência/reação tardia** (Dia da eleição).
3. **Crônica:** Analisa a **causa/estrutura** dessa relação (A fraude e a conivência).

Quadro Comparativo: O desencanto político na imagem e na escrita

Texto	O que retrata? (Tema Central)	Qual o posicionamento do cidadão?	Papel da Linguagem

Charge A ("Odeio Política")	A rejeição total e coletiva ao sistema político.	**Omissão e rejeição:** O cidadão se afasta e nega a política como forma de protesto.	O uso de um balão único para várias pessoas sugere um "coro social" de apatia.
Charge B ("Direito de Resposta")	O voto como o único momento de reação do eleitor.	**Consequência e reação tardia:** O cidadão percebe-se "otário" e tenta responder apenas no dia da eleição.	O "operador implícito" sugere uma contraposição entre a passividade do ano todo e a ação do voto.
Crônica ("A dimensão da fraude")	A estrutura sistêmica que permite a corrupção e o engano.	**Causa e Estrutura:** Analisa como a omissão (Charge A) e a reação cíclica (Charge B) facilitam a manutenção da fraude.	Uso de operadores argumentativos (como o "mas") para desconstruir discursos e revelar a conivência social.

Orientações para o preenchimento (Mediação do Professor):

Para ajudar os alunos a preencherem o quadro com autonomia discursiva, você pode propor as seguintes reflexões durante a atividade:

1. **Sobre a Charge A:** Questione se o "ódio à política" ajuda a resolver os problemas ou se ele é o "combustível" que permite que a fraude continue conectando à crônica.
2. **Sobre a Charge B:** Peça para identificarem se a resposta no "dia da eleição" é vista pelo autor da imagem como uma solução heroica ou como uma crítica à falta de participação nos outros dias do ano.
3. **Sobre a Síntese Final:** Ao chegar na linha da **Crônica**, o aluno deve ser capaz de perceber que o texto escrito (mais denso) dá o "porquê" daquilo que as charges (mais imediatas) mostram apenas como um sintoma social.

Esse quadro cumpre a função de **retextualização** e **análise linguística/semiótica**, permitindo que o aluno atue como um analista de sentidos capaz de perceber o gerenciamento estratégico de múltiplas vozes no discurso político.

Aula 11: Produção e polifonia

5. Identificação e criação de argumentos de contraposição  15 minutos

Atividade inicial: peça que os alunos releiam a crônica e sublinhem no texto trechos onde haja contraposição implícita (mesmo sem operadores).
Atividade em grupos: cada grupo escolhe dois pontos de vistas contrastantes da crônica.

Exemplos possíveis

- “Políticos representam o povo” × “Políticos revelam-se fraudulentos”
- “O povo tem o governo que merece” × “O governo frauda a confiança do povo”

Produzir parágrafos curtos usando diferentes operadores: *mas, contudo, porém, no entanto, todavia, entretanto*.

Apresentação coletiva: cada grupo lê seu parágrafo e explica por que escolheu determinado operador.

6. Explorando vozes enunciativas e sociais  20 minutos

Explicação inicial: o professor explica que textos não têm apenas a voz do autor, mas múltiplas vozes sociais (Bakhtin).

Na crônica, podemos ouvir:

- A voz do político corrupto.
- A voz do povo enganado.
- O senso comum (“O povo tem o governo que merece”).
- A voz crítica do cronista.

As vozes enunciativas, por sua vez são os pontos de vista distintos que são articulados no discurso por meio dos operadores argumentativos de contraposição.

Roda de conversa

Perguntas de mediação:

- *Quais vozes sociais estão na crônica?*
- *O autor concorda ou se opõe a cada uma delas?*
- *Qual voz o autor valoriza e qual rejeita?*
- *Como os operadores orientam o leitor a “aceitar” a voz escolhida (o posicionamento) pelo cronista?*

Síntese do professor: mostre que os operadores são recursos linguísticos que “dão peso” a algumas vozes e enfraquecem outras.

Exemplo: *“O povo tem o governo que merece, **mas** isso revela incredulidade no processo democrático.”*

→ O operador “mas” refuta a voz do senso comum e reforça a crítica do cronista.

7. Produção de minicrônica autoral  15 minutos

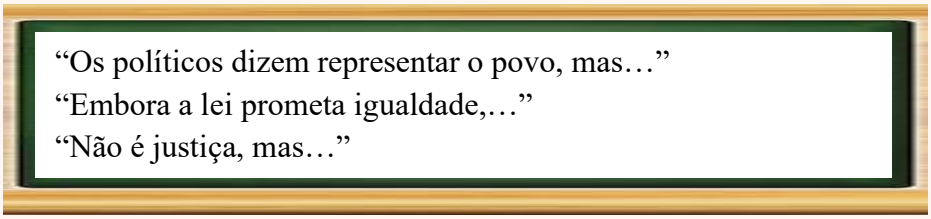
Tema: *“A dimensão da injustiça social: como a desonestidade política afeta nossa realidade?”*

Orientações para a estrutura:

- **Introdução:** apresente seu ponto de vista claro.
- **Desenvolvimento:** use exemplos concretos e pelo menos três operadores de contraposição diferentes.
- **Conclusão:** retome sua posição, propondo reflexão crítica ou ação possível.

Estratégia de apoio:

Antes de escrever, peça que os alunos formulem oralmente **uma frase com operador**; isso ajuda a desbloquear a escrita. Ofereça **frases-modelo** no quadro:



Critérios de avaliação:

→ Clareza do ponto de vista (posição bem definida).
→ Uso consciente de operadores (mas, porém, contudo, embora etc.).
→ Presença de vozes sociais (povo, políticos, imprensa, senso comum) e posicionamento crítico diante delas.
→ Organização textual (coesão, parágrafos estruturados, progressão de ideias).

Avaliação:

Formativa: participação na análise da charge, leitura da crônica, identificação de operadores, roda de conversa sobre polifonia.
Somativa:

- Parágrafo coletivo com operadores de contraposição (grupo).
- Minicrônica individual (clareza, uso de operadores, vozes sociais, organização textual).

Quadro para avaliação

Critério	Itens observáveis	1 – Insuficiente	2 – Regular	3 – Bom	4 – Excelente
Participação na ativação de conhecimentos prévios	Pertinência das falas sobre a charge; identificação de elementos verbais/visuais; hipóteses	Não participa ou foge do tema	Participa pouco; falas superficiais ou genéricas	Participa com observações adequadas e algumas conexões críticas	Participa ativamente; analisa com profundidade e relaciona cartum x charge x crônica

Critério	Itens observáveis	1 – Insuficiente	2 – Regular	3 – Bom	4 – Excelente
	levantadas				
Leitura crítica da crônica	Identificação de fatos/opiniões; inferências; resposta às perguntas de mediação	Não identifica operadores nem sentidos	Identifica apenas parcialmente; respostas vagas	Reconhece operadores e responde de forma adequada	Analisa operadores, explica efeitos de sentido e relaciona à realidade
Análise de operadores argumentativos	Reconhecimento de operadores (explícitos/implícitos); explicação de efeitos	Não identifica operadores	Identifica, mas não explica efeito	Identifica e explica efeito de forma básica	Identifica, compara operadores e discute nuances de sentido
Produção coletiva em grupo	Parágrafo com operadores; clareza da intencionalidade; adequação à proposta	Texto incoerente, sem operadores	Texto simples; operador usado sem clareza	Texto adequado, operador bem aplicado	Texto criativo, intencionalidade clara, uso de diferentes operadores
Exploração de vozes sociais (polifonia)	Reconhecimento das vozes na crônica; posicionamento crítico	Não identifica vozes sociais	Identifica poucas vozes, sem posicionamento	Identifica vozes e posiciona-se de forma simples	Identifica vozes múltiplas, analisa criticamente e relaciona operadores ao posicionamento
Minicrônica autoral	Clareza do ponto de vista; uso de operadores; presença de vozes sociais; organização textual	Texto incoerente, sem operadores ou ponto de vista	Texto curto, operadores usados de forma mecânica	Texto coerente, operadores adequados, ponto de vista definido	Texto crítico, bem estruturado, operadores variados e posicionamento consistente

Encaminhamento para o próximo encontro

Na próxima aula, estudaremos a crônica **"O império da lei"**, do político e cronista Jósio Araripe.
Tema: Direito para quem? A desigualdade diante da lei como desafio democrático.

Expanda esta oficina: reportagens + análise crítica

- Corrupção passa a ser maior problema do país (CNN Brasil, 2025)
- Orçamento secreto cresce e preocupa (Poder360, 2025)
- Panorama da corrupção no Brasil (Wikipedia)



Direito para quem? A desigualdade diante da lei como desafio democrático

2 aulas (50 – 60 minutos cada uma)

Objetivos de Aprendizagem

- Desenvolver a capacidade de analisar criticamente textos e temas que envolvam leis, regras e questões de desigualdade social, relacionando-os ao contexto e às experiências humanas.
- Formular e apresentar oralmente um contraponto a um tema discutido, avaliando a validade dos argumentos e propondo sugestões para a transformação de realidades sociais.
- Produzir uma minicrônica individual com foco em reflexões críticas sobre regras do cotidiano.
- Identificar e utilizar os operadores argumentativos estudados para garantir a coesão e a progressão temática na elaboração de argumentos e contrapontos.
- Ativar e conectar conhecimentos prévios sobre o conceito de "lei" e "regras", compreendendo suas múltiplas dimensões e articulando-os para a construção de uma rede de ideias.

Habilidades da BNCC

- **(EF89LP04):** Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos.
- **(EF89LP22):** Compreender e comparar as diferentes posições e interesses em jogo em uma discussão ou apresentação de propostas, avaliando a validade e força dos argumentos e as consequências do que está sendo proposto.
- **(EF08LI11):** Produzir textos (comentários em fóruns, relatos pessoais, mensagens instantâneas, tweets, reportagens, histórias de ficção, blogs, entre outros), com o uso de estratégias de escrita.
- **(EF08LP16):** Explicar os efeitos de sentido do uso em textos de estratégias de modalização e argumentatividade.

- **(EF69LP40):** Analisar, em gravações de seminários, conferências rápidas, trechos de palestras, dentre outros, a construção composicional dos gêneros de apresentação – abertura/saudação, introdução ao tema.

Metodologia

1. Interação dialógica: construção coletiva do sentido por meio da escuta e da fala entre alunos e professor.	2. Análise crítica de discurso: interpretação dos textos considerando intencionalidade, vozes sociais e efeitos de sentido.
3. Prática processual da escrita: produção, revisão e reescrita como etapas integradas do aprendizado.	4. Mediação docente: presença ativa da professora como facilitadora, orientadora e provocadora de reflexões ao longo do processo.

Crônica: O império da Lei
Autor: Jósio Araripe

Aula 12: Ativação do conhecimento prévio

1. Abertura da roda 2 minutos

- O professor reúne a turma em círculo.
- Faz a pergunta de disparo: "O que vocês entendem por **lei** ou **regra**? Onde elas aparecem no nosso dia a dia?"
- Dá 1 minuto de silêncio para os alunos pensarem antes de responder.

Possíveis respostas dos alunos:

"Lei de trânsito" "Regras do jogo de futebol" "Regra de não mexer no celular na sala"	"Lei contra roubo" "Regra em casa de não chegar tarde"

2. Construção da teia 5 minutos

- O professor entrega uma fita colorida (ou barbante) para cada aluno.
- O primeiro aluno segura a ponta da fita e fala um exemplo de regra/lei.
- Em seguida, passa a fita para outro colega, que dá outro exemplo.

❖ A cada fala, cria-se uma **teia visual** no centro da roda, simbolizando como as regras e leis interligam a sociedade.

Intervenções possíveis do professor durante a dinâmica:

Percebem que já falamos de leis oficiais (como trânsito) e regras mais simples (como de casa)? Todas têm algo em comum: orientam o comportamento.

Alguém consegue pensar em uma lei que parece importante, mas que na prática não é cumprida?

Qual dessas regras vocês acham mais difícil de seguir? Por quê?

3. Reflexão final  3 minutos

→ Quando todos tiverem participado, o professor conduz a discussão:

"Percebem que estamos todos conectados pelas leis e regras? Algumas nos ajudam a viver melhor, mas outras podem gerar injustiça ou desigualdade. Quais dessas regras vocês acham **justas** e quais parecem **injustas**?"

Possíveis respostas esperadas:

Justas: "Não roubar", "Respeitar no trânsito".
Injustas: "Menor pode ser preso por roubo, **mas** político não é preso por corrupção".
"Alguns não são punidos **porque** têm dinheiro".

O professor conclui reforçando:

"As leis estão presentes em tudo. Mas será que elas são aplicadas de forma igual para todos? É isso que vamos refletir com a charge e a crônica."

Justificativa pedagógica

- A atividade parte do **concreto** (exemplos da vida real) para chegar ao **abstrato** (reflexão crítica sobre desigualdade).
- Valoriza o que os alunos já sabem e pensam, dando sentido à leitura da crônica.
- Está alinhada à perspectiva de **Paulo Freire** (educação como diálogo e conscientização) e às ideias de **Isabel Solé** (uso dos conhecimentos prévios como ponto de partida para a compreensão leitora).

Sugestão extra: se houver tempo, o professor pode **registrar as palavras ditas em um cartaz** (ou no quadro) formando uma "nuvem de palavras" sobre *leis e regras*. Esse cartaz

pode ser retomado no fim da aula, quando os alunos já tiverem lido o cartum e a crônica.

4. Análise da charge

10 minutos

Exibição da imagem projetada ou impressa.



https://www.indagacao.com.br/2022/08/avalie-as-afirmacoes-seguir-partir-do-texto-de-bello-e-de-conhecimentos-pessoais-preveios.html

Perguntas de observação inicial:

O que vocês veem primeiro nesta charge?
Quem são as personagens e o que elas estão segurando?
Que frases aparecem e como elas soam para vocês?

Provocações críticas:

O que a expressão *"só os dimenó podê aquisitivo"* sugere?
Que realidade social a charge denúncia?
Quem, na sociedade, costuma ser mais criminalizado? Por quê?

Análise linguística:

Na análise linguística desse contexto, o professor demonstra como o operador argumentativo "mas" estabelece uma contraposição implícita crucial para a construção do sentido: enquanto a primeira fala projeta uma ideia de universalidade (todos os menores), a segunda, introduzida pelo "mas", opera uma restrição que revela a seletividade socioeconômica da aplicação da lei, gerando o efeito de crítica social. Essa eficácia comunicativa é própria do gênero charge, que utiliza recursos multissemióticos — como desenhos simples, humor e frases curtas — para condensar e transmitir uma crítica imediata a fatos políticos ou sociais, exigindo do leitor a capacidade de inferir sentidos implícitos e ironias. Diferente da crônica, que é um gênero que explora fatos cotidianos com maior fôlego textual e orquestração de vozes para promover reflexões líricas ou críticas, a charge foca na síntese visual e verbal para provocar um impacto instantâneo sobre um fato da vida pública.

5. Leitura performática da crônica

15 minutos

Leitura modelo pelo professor (7 min.)



Preparação prévia: antes da aula, o professor deve ler o texto em casa, ensaiando a entonação para marcar ironias, pausas e ênfases que ajudem os alunos a perceberem o tom crítico da crônica.
Escolher um local na sala de destaque (em pé, circulando entre os alunos ou sentado à frente) para reforçar a ideia de que a leitura é uma **performance**.

Execução em sala

1. Distribuir cópias do texto.
2. Dizer aos alunos:

"Agora vocês não precisam se preocupar em entender tudo. Apenas acompanhem a leitura, observem como as ideias vão se conectando e anotem palavras ou frases que chamarem a atenção de vocês — pode ser algo curioso, estranho, engraçado, ou até revoltante."

3. Ler o texto em voz alta, de forma **fluida, clara e expressiva**, sem parar para explicar.
4. Durante a leitura, usar recursos como:



- **pausas estratégicas** antes de operadores de contraposição (mas, porém, contudo);
- **mudanças de entonação** para marcar ironia ou indignação;
- **acento emocional** em frases que denunciam desigualdades ou injustiças.

Justificativa pedagógica

- A leitura performática aproxima o aluno da oralidade e da **vocalidade do texto**, como defende **Paul Zumthor**.
- O professor funciona como **modelo de leitor experiente**, oferecendo pistas interpretativas sem precisar "explicar" o texto nesse momento (conforme defende Isabel Solé sobre o uso da leitura em voz alta).

Compartilhamento inicial (8 min.)

Orientação: após a leitura, o professor abre um espaço breve de expressão livre, sem preocupação com "respostas certas ou erradas".

Passo a passo:

Perguntar: "O que ficou mais forte na memória de vocês? Pode ser uma ideia, uma frase, uma palavra ou até um sentimento que surgiu durante a leitura."

→ Dar alguns segundos de silêncio para que os alunos consultem suas anotações.
→ Pedir que compartilhem em frases curtas. Ex.: *"Achei estranho quando ele disse que..."*, *"A palavra justiça me chamou atenção"*, *"Senti indignação nessa parte"*.

Cada vez que um aluno falar, o professor anota **palavras-chave no quadro** (não frases longas). Isso cria um **painel coletivo**.

Mediação do professor:

- Valorizar todas as contribuições, mesmo que superficiais. Se houver silêncio, estimular com perguntas:

→ “Alguém anotou uma palavra que ficou martelando na cabeça?”
→ “Teve algum trecho que deixou vocês com dúvida ou que deu vontade de discutir mais?”

Finalidade:

1. Mostrar que a leitura não é apenas decodificação, mas também **experiência subjetiva**.

2. Criar uma base comum de impressões para que, depois, a turma possa analisar os operadores de contraposição e a crítica social presente na crônica.

Sugestão extra: ao final do painel, o professor pode destacar: “Percebam como cada um de vocês captou coisas diferentes. É assim que a leitura se torna diálogo: juntamos impressões diversas e, a partir delas, vamos construir uma interpretação mais crítica.”

6. Os operadores de contraposição na crônica ⏰ 15 minutos

Recapitulação teórica breve (3-4 min.)

O professor convida os estudantes a revisitarem palavras como mas, porém, contudo e entretanto, ressaltando que, para além de meras conexões gramaticais, esses itens funcionam como verdadeiras "placas de trânsito" do pensamento. Eles sinalizam uma mudança de direção no discurso, orientando o leitor a perceber que o autor não está apenas ligando orações, mas gerenciando diferentes forças argumentativas para guiar a interpretação. Essa abordagem permite desenvolver a autonomia discursiva prevista pela BNCC, ao analisar como os articuladores de relação de sentido contribuem para a continuidade, a coerência e a força argumentativa de um texto.

Para ilustrar essa dinâmica, deve ser exibido no quadro dois exemplos de crônicas anteriores: o trecho de Raquel de Queiroz, “Votem, irmãos, votem. Mas pensem bem antes”, onde o operador “mas” não anula a primeira ideia (votar), mas a complementa com a urgência da reflexão, tornando evidente que o voto sem pensamento é um ato perigoso. O outro exemplo é “Não é só salutar, mas enriquecedor” de José Flávio Vieira, no qual o termo em análise opera como um mecanismo de expansão e reforço, intensificando o valor positivo da ideia apresentada. Esse exercício de análise linguística e semiótica é fundamental para que o aluno aprenda a identificar implícitos, movimentos de refutação ou negociação e os diversos efeitos de sentido que as escolhas lexicais imprimem aos gêneros de opinião.

Atividade Prática (8-10 min)

Dando continuidade à sistematização dos conhecimentos, o professor propõe uma releitura mediada da crônica “O Império da Lei”, orientando os estudantes a trabalharem em duplas para favorecer o intercâmbio de percepções e a autonomia discursiva. Nesta dinâmica de investigação linguística, cada dupla deve identificar e sublinhar os operadores de contraposição ou expressões equivalentes presentes no corpo do texto (como *mas, porém, no entanto, contudo*, entre outros), organizando-os em uma tabela analítica que relacione o item

encontrado à sua respectiva função no enunciado: oposição, retificação ou complementação. Essa atividade materializa os pressupostos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) ao tratar esses elementos como estratégias semântico-argumentativas cruciais para o gerenciamento de vozes e sentidos, cumprindo competências da BNCC ao capacitar o aluno a utilizar recursos que marquem as relações de sentido e garantam a coesão, a coerência e a progressão temática em textos do campo jornalístico-midiático.

Exemplo:

Operador	Função no texto
Mas	oposição → mostra diferença entre o que a lei diz e o que acontece na prática

Durante a mediação da atividade, o professor circula entre as duplas adotando uma postura problematizadora e dialógica, característica da pedagogia freireana, para estimular a construção coletiva do raciocínio em vez de meramente entregar respostas prontas. Por meio de perguntas-guia estratégicas — como questionar se o operador "mas" atua rechaçando a ideia anterior ou complementando-a, ou ainda se a sua supressão comprometeria a clareza e a força argumentativa do enunciado —, o docente orienta os estudantes a perceberem as intencionalidades do locutor, seja para convencer, ironizar ou reforçar posicionamentos. Esse movimento pedagógico é fundamental para desenvolver a autonomia discursiva e a capacidade analítica prevista na BNCC, permitindo que os alunos identifiquem a orquestração de vozes e os efeitos de sentido em textos de opinião.

Socialização final (5-6 min)

Para consolidar a análise, o docente organiza as descobertas da turma em um **mapa coletivo no quadro**, relacionando os operadores encontrados às suas respectivas funções e à crítica social da crônica. Essa esquematização demonstra como as escolhas linguísticas são estratégias intencionais para guiar o leitor na percepção de contradições e injustiças, transformando a atividade em um exercício de reflexão crítica sobre a realidade e de reconhecimento do texto como lugar de negociação de valores e ideologias.

Aula 14 - Discussão e análise crítica

7. Debate guiado: "Decifrando as contradições da lei" 15 a 20 min.

1. Retomada dos operadores identificados (5 min)

O professor pede que os alunos compartilhem os trechos da crônica em que encontraram operadores de contraposição. Enquanto os alunos leem em voz alta pequenos trechos, o professor registra no quadro: O enunciado completo com destaque para o operador identificado e seu funcionamento no enunciado (Ex.: contraposição, complementação...)

2. Interpretação dos efeitos de sentido (5 min)

O professor conduz perguntas para cada exemplo anotado:

→ “O que o autor quis direcionar ao usar essa contraposição?”
→ “Como a segunda parte do enunciado modifica ou complementa a primeira?”

Incentivar os alunos a perceberem que **sem os operadores,** o efeito argumentativo não existia.

3. Conexão com a dinâmica inicial da aula (5 min)

Ao retomar a **Dinâmica da Teia de Conexões da Lei**, conecta-se as percepções iniciais dos alunos sobre regras justas e injustas à análise da crônica "**O Império da Lei**", de Jósio Araripe, evidenciando a contradição entre a igualdade prevista na legislação e a sua aplicação prática desigual. Através de perguntas que exploram a complexidade dessa aplicação e questionam o conceito de "império da lei", os estudantes identificam que a justiça muitas vezes não é neutra, punindo com mais rigor as camadas populares enquanto permite que o poder econômico sirva de escudo contra punições. Essa reflexão crítica permite que a turma transforme percepções cotidianas em uma análise fundamentada sobre como a lei abriga apenas "poucos sob seu pálio protetor".

4. Reflexão crítica e pessoal (5 min)

O professor abre espaço para que os alunos relacionem a leitura com sua própria vida: Vocês já viram ou ouviram falar de situações em que uma regra foi aplicada de forma desigual? O que essa crônica nos faz pensar sobre a relação entre lei e justiça no Brasil?

Orientação: valorizar todas as contribuições, incentivando a construção coletiva da reflexão.

Meta pedagógica: Que os alunos se interroguem sobre sua própria compreensão, transformem a leitura em experiência pessoal e desenvolvam a capacidade de leitura crítica e cidadã (como defende Paulo Freire).

Encerramento do debate - o professor conclui dizendo: “Percebam como os operadores de contraposição não são apenas palavrinhas gramaticais. Eles são recursos de crítica, ajudam o autor a mostrar que a lei pode parecer uma coisa, mas na prática funciona de outra. É assim que a língua se torna instrumento de cidadania.”

8. Confecção do mural da injustiça cotidiana (15 a 20 min.)

Preparação do professor: antes da aula, organizar um espaço físico: uma parede, cartolina grande ou a lousa, com o título escrito em destaque: **“A lei só funciona para alguns, e eu já vi…”**
Levar **imagens provocativas** (impressas ou projetadas): charges, recortes de jornais, tirinhas ou fotos que sugiram injustiça, privilégios ou impunidade.

- Exemplo: Charge de Millôr Fernandes sobre desigualdade.
- Fotos de filas em hospitais públicos × atendimento vip em clínicas privadas.
- Imagens de políticos envolvidos em escândalos que continuam impunes.

1. Observação das imagens (3 min)

- Expor as imagens para a turma.
- Perguntar: "O que essas imagens sugerem para vocês sobre o tema *'a lei só funciona para alguns'*?"
- Reforçar que não é para buscar o "certo ou errado", mas impressões pessoais.

2. Construção do mural (5 min)

- Cada aluno recebe um post-it ou tira de papel.
- Instrução: escrever **uma palavra, frase curta ou até um pequeno desenho** que represente uma situação de injustiça social que já viu, ouviu falar ou testemunhou.

Exemplos de frases curtas:

"Político roubou, mas não foi preso."
"Pobre preso por roubo, mas rico solto."
"Regras valem, mas só para alguns."

- Orientar que, se possível, tentem **usar um operador de contraposição** (*mas, porém, contudo, entretanto*).
- Depois, cada aluno **cola sua contribuição no mural**.

3. Socialização e justificativa oral (5 a 7 min)

Voluntários ou todos os alunos explicam rapidamente por que escolheram aquela palavra/frase/desenho. O professor provoca: Que situações vocês já viram que mostram que a lei é aplicada de forma desigual? Se compararmos todas as contribuições, que padrões aparecem?

Fechamento pedagógico

Aqui o professor pode circular entre os post-its e ir lendo em voz alta alguns, valorizando a autoria dos alunos. O mural permanece exposto na sala, servindo como **referência visual** para a produção da minicrônica. O professor conclui dizendo: "Percebam que todos vocês têm experiências e percepções que mostram como a lei pode ser contraditória. Nossa tarefa agora é transformar essas percepções em reflexão crítica, usando a língua para argumentar."

8. Produção oral de reflexão: "A minha Lei e meu contraponto" (10 min.)

Dividir a turma em duplas ou trios. Orientar que preparem uma declaração crítica curta (1-2 minutos) sobre um dos temas da crônica. Deve conter: uma afirmação inicial sobre uma "lei" ou "regra" que considerem problemática; um contraponto (usando um operador estudado); se possível, uma sugestão de mudança.

1. Exemplos dados pelo professor para inspirar:

"Na escola temos a regra do uniforme, mas muitos alunos não conseguem comprar o tênis. Talvez fosse justo ter uma opção mais acessível."

"A lei diz que todos têm direito à saúde, porém os hospitais públicos estão lotados, e muitos esperam meses por atendimento. Precisamos cobrar que isso mude."

Mediação do professor: Circular entre os grupos para ajudar a formular frases curtas e coesas; incentivar os mais tímidos a participar: *"Não precisa ser perfeito, basta compartilhar sua visão."*; valorizar a diversidade de vozes: mostrar que cada dupla pode trazer um recorte diferente da realidade.

Encerramento da etapa oral: Escolher 3 ou 4 grupos para apresentar no grande grupo; Destacar no quadro alguns operadores bem usados e mostrar como eles fortaleceram a argumentação oral.

9. Produção individual de minicrônica (30 a 35 minutos)

Proposta de Escrita

Tema disparador: *"Com base na charge, na crônica 'O Império da Lei' e nas discussões em sala, escreva uma minicrônica sobre uma lei ou regra do seu cotidiano que seja contraditória, injusta ou complexa."*
Exigência formal: usar **pelo menos dois operadores de contraposição** (mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto ...).
Intenção: expressar claramente um ponto de vista (denúncia, reflexão, sugestão).

Orientações para a produção textual

1. Planejamento (pré-escrita – 8 a 10 min). O professor guia a turma com perguntas no quadro:
a) **Defina o tema:** Que regra/lei você vai abordar? (ex.: uniforme escolar, internet em casa, leis de trânsito, regras familiares, direito à saúde).
b) **Levante ideias:** O que já sabe sobre essa situação? Quem são os envolvidos?
c) **Objetivo:** O que quer que o leitor conclua? (ex.: denunciar, refletir, propor solução).
d) **Esquema da crônica:**

1° Início: apresentar a situação cotidiana.
2° Meio: desenvolver a contradição ou conflito.
3° Final: trazer reflexão, crítica ou proposta.

Exemplo de esqueleto no quadro

Início: *"Na minha escola, existe a regra de silêncio na biblioteca..."*
Meio: *"...**mas** como estudar se a biblioteca fica fechada quase sempre?"*
Final: *"A regra só faria sentido se houvesse acesso real ao espaço de estudo."*

2. Produção do rascunho (10 a 12 min.)

Os alunos devem escrever o primeiro rascunho da minicrônica, enquanto o professor

circula pela sala, observando o processo de escrita, verificando se os operadores de contraposição estão sendo utilizados corretamente e oferecendo a chamada "ajuda insubstituível" (Solé) sempre que necessário. Deve-se reforçar que a qualidade do texto não está relacionada à extensão: a minicrônica precisa ser breve, clara e apresentar um olhar crítico.

3. Revisão rápida e socialização (10 min)

Em duplas, os alunos devem trocar seus textos e sublinhar os operadores utilizados pelo colega, analisando seu uso. Em seguida, precisam responder às questões: "O operador está cumprindo bem a função?" e "A contraposição ficou clara?". Para socializar a produção, alguns alunos podem ler suas crônicas em voz alta para a turma.

Ao aprenderem a perceber as contradições nas leis e regras do cotidiano, os alunos transformaram suas reflexões em textos críticos, utilizando a língua como um meio privilegiado de argumentação. Esse processo possibilitou que se constituíssem como sujeitos-leitores e produtores de discurso ativos, alcançando o que Paulo Freire denomina "leitura crítica do mundo e da palavra", em que o ato de ler e escrever se configura como prática de liberdade e de intervenção consciente na realidade social.

Avaliação

Formativa (durante o processo)

- Participação nas discussões coletivas (dinâmica da lei, análise do cartum, debate sobre a crônica).
- Intervenções orais: clareza, pertinência e uso dos operadores de contraposição em falas curtas ("A minha lei e o meu contraponto").
- Produção do mural: pertinência das contribuições (palavras, frases ou desenhos) e justificativa oral.
- Trabalho em duplas: identificação correta dos operadores e interpretação de seus efeitos.

Somativa (produto final)

- Minicrônica individual:
- Uso consciente de pelo menos dois operadores de contraposição.
- Clareza e unidade temática.
- Estrutura mínima da crônica (apresentação da situação, desenvolvimento com o contraste, desfecho reflexivo).
- Expressão de ponto de vista crítico.

Quadro para avalição

Critério	0 pontos	1 ponto	2 pontos
Pertinência do tema	O aluno não relaciona a minicrônica ou a reflexão oral a nenhuma lei/regra concreta.	O aluno aborda uma lei/regra, mas de forma vaga, pouco conectada à realidade.	O aluno escolhe uma lei/regra clara, significativa e coerente com a proposta.
Uso dos operadores de contraposição	Não utiliza operadores ou os utiliza de forma equivocada.	Utiliza apenas 1 operador corretamente, ou 2 de forma mecânica.	Utiliza pelo menos 2 operadores com clareza e intencionalidade, criando contraposição/ressalva/retificação.

Critério	0 pontos	1 ponto	2 pontos
contraposição	equivocada.	corretamente, ou 2 de forma mecânica.	contraposição/ressalva/retificação.
Estrutura e coesão	Texto ou fala sem organização, sem começo/meio/fim.	Apresenta alguma organização, mas com falhas na progressão de ideias.	Apresenta estrutura clara (introdução, desenvolvimento e conclusão/reflexão), com boa coesão.
Clareza e criatividade	Ideias confusas, repetitivas ou pouco originais.	Ideias compreensíveis, mas pouco criativas ou mal exploradas.	Ideias claras, bem articuladas, com criatividade na abordagem crítica.
Posicionamento crítico (voz autoral)	Não expressa opinião ou ponto de vista.	Apresenta opinião, mas de forma superficial ou pouco sustentada.	Assume um posicionamento crítico claro, coerente e relevante, alinhado ao tema da crônica.

Encaminhamento: AULAS 14, 15 e 16 — Encerramento das oficinas

Produção final: Texto argumentativo

• Proposta: cada aluno deverá produzir uma crônica política mais desenvolvida, com base em uma das crônicas estudadas na oficina (pode ser O Império da Lei ou outra trabalhada em aulas anteriores).

Objetivo: consolidar os aprendizados sobre:

• leitura crítica de crônicas políticas;

• uso intencional dos operadores de contraposição (mas, porém, contudo, entretanto, todavia...);

• construção de posicionamento crítico e autoria na escrita.

Se quiser expandir a oficina 7: Podcast + Vídeo + Reportagens

Disrupt Podcast Ep. 90 – Acesso à justiça e novas tecnologias (2025)

Acesso à Justiça reflete desigualdade social (YouTube)

Desigualdade no acesso à justiça no Brasil (CNBSP, 2024)



Encerramento crítico: escrevendo a crônica política autoral

3 aulas (14,15, 16) de 50 –60 minutos cada

Objetivos de Aprendizagem

- Consolidar o processo de leitura crítica das crônicas políticas trabalhadas durante a oficina.
- Produzir uma crônica política autoral, expressando posicionamento crítico diante de uma situação social ou política.
- Utilizar de forma consciente os operadores de contraposição (mas, porém, contudo, entretanto, todavia, embora) para organizar a progressão argumentativa do texto.
- Planejar, redigir, revisar e reescrever textos, compreendendo a escrita como prática processual.
- Desenvolver autonomia e autoria na escrita, transformando reflexões em linguagem crítica.

Habilidades da BNCC

- (EF89LP04): Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos.
- (EF89LP14): Analisar, em textos argumentativos, os movimentos de sustentação, refutação e negociação.
- (EF08LP16): Explicar os efeitos de sentido do uso de estratégias de modalização e argumentatividade.
- (EF89LP22): Compreender e comparar diferentes posições em uma discussão, avaliando a validade dos argumentos.
- (EF08LI11): Produzir textos escritos de forma autoral (como crônicas comentários, relatos, ensaios), utilizando estratégias de planejamento,textualização e revisão.

Produção final

Cada aluno deverá escrever uma **crônica política autoral**, curta e crítica (15 a 20 linhas), inspirada em situações do cotidiano (escola, comunidade, sociedade, mídia), que revele uma contradição ou injustiça social, utilizando pelo menos **dois operadores de contraposição** para marcar contraste, ressalva, retificação ou complementação.

Aula 14 – Planejamento da crônica (50 a 60 min.)

1. Retomada do mural da injustiça cotidiana (10 min)

No planejamento da crônica política autoral, o professor revisita com os alunos o mural "A lei só funciona para alguns…", elaborado na Aula 13, como ponto de partida para a reflexão crítica. Ele propõe uma pergunta inicial instigante: "Quais dessas situações podem se transformar em uma crônica política? O que vocês mudariam se fossem cronistas relatando isso?". À medida que os alunos participam, o docente registra no quadro exemplos que utilizam operadores de contraposição para evidenciar contradições cotidianas e injustiças sociais.

Entre as possíveis respostas dos alunos, destacam-se observações como "Político rouba, mas não vai preso", "Aluno sem uniforme é punido, mas quem chega atrasado sempre, às vezes não" e "Todos têm direito à saúde, mas o hospital está lotado". Essa atividade prepara os estudantes para o esboço de seus próprios textos, orientando-os a transformar fatos comuns em denúncias ou reflexões irônicas sobre a realidade social e política

2. Discussão coletiva sobre tema e ponto de vista (10 min)

O docente explica que a crônica política utiliza o cotidiano para criar reflexões críticas ou irônicas, orientando os alunos a escolherem temas sociais da escola ou da comunidade. Por meio da pergunta "vocês querem denunciar, ironizar ou propor mudança?", ele instiga a definição da finalidade das produções autorais e do posicionamento crítico. Essa mediação transforma fatos em denúncias ou propostas, incentivando o exercício da cidadania e a construção de vozes estudantis engajadas. Assim, o planejamento textual consolida a escrita como um ato político e uma forma potente de intervenção na realidade social.

3. Esboço em tópicos (25 min)

O professor mostra no quadro a **estrutura de uma crônica política**
:

- Início: apresentar um fato comum, observação ou situação cotidiana.
- Meio: introduzir a contradição usando operadores de contraposição (mas, porém, contudo, entretanto, todavia ...).
- Fim: trazer a reflexão crítica ou denúncia.

Exemplo de esboço:

Início: *"Na escola, os direitos e deveres devem ser cumpridos."*
Meio: *"Por isso quando falta uniforme, o aluno é barrado,* ***mas*** *a escola não garante biblioteca ou merenda de qualidade."*
Fim: *"Parece que a lei pesa só no que é mais fácil fiscalizar."*

- Cada aluno faz seu **esboço em tópicos**.

4. Compartilhamento inicial (10 min)

- Voluntários leem seus esboços.
- O professor valoriza boas ideias e reforça o uso dos operadores.

Aula 15 – Escrita da primeira versão (50 a 60 min.)

1. Releitura de exemplos (10 min)

O professor retoma trechos de Raquel de Queiroz e José Flávio Vieira (*"Votem, irmãos, votem. **Mas** pensem bem antes."*/ *"Não é só salutar, **mas** enriquecedor."*) e destaca que o "mas" atua como um operador argumentativo, sendo peça-chave na construção do sentido e na manifestação da subjetividade e do posicionamento do autor. Caso esse operador fosse removido, a força argumentativa do enunciado seria severamente comprometida, uma vez que esses termos são responsáveis por indicar a direção e o sentido para o qual os argumentos apontam. Sem essa marca linguística, a relação de contraposição entre as ideias ficaria implícita, exigindo que o interlocutor fizesse um esforço maior de inferência para captar a real intenção de quem escreve e a quebra de expectativa essencial para o direcionamento do discurso.

2. Produção individual (25 min)

Os alunos escrevem a primeira versão da crônica política (15 a 20 linhas). Orientações no quadro:

- Use pelo menos dois operadores de contraposição.
- Traga uma cena do cotidiano que represente injustiça ou contradição.
- Expresse claramente seu ponto de vista.

Exemplo de frase-modelo para inspirar: *"Todos falam que a lei é igual para todos, **mas** na minha rua só os pobres são parados em blitz policial."*

3. Revisão em pares (15 min)

Cada aluno troca sua crônica com um colega. Instruções para a dupla:

- *Sublinhe os operadores usados.*

Responda oralmente:

"A contraposição ficou clara?"
"O texto tem começo, meio e fim?"
"O ponto de vista do autor está explícito?"

Justificativa pedagógica: aqui aplicamos a lógica de Dolz e Schneuwly, trabalhando a escrita como processo e não como produto final.

Aula 16 – Revisão final e socialização (50 a 60 minutos)

1. Ajustes individuais (15 min)

Após o *feedback* dos colegas, os alunos revisam suas crônicas, podendo trocar operadores e reorganizar frases para aprimorar a tessitura textual. Essa substituição de operadores é estratégica, pois esses elementos são os responsáveis por indicar a força argumentativa e a direção do sentido dos enunciados, revelando as intenções do autor. Ao reforçar o desfecho crítico, o estudante exercita a sua subjetividade e o seu modo de ver o mundo, já que a linguagem é usada para imprimir pontos de vista e agir sobre o interlocutor. Durante essa atividade, o professor circula pela sala oferecendo uma "ajuda insubstituível", auxiliando os alunos no domínio dessas estratégias discursivas que são indispensáveis para

que a produção textual atinja seus objetivos interativos e defesa de um posicionamento.

2. Sarau de Crônicas Políticas (25 min)

A atividade culmina na organização de uma roda de leitura, configurando-se como um momento de interação social no qual a linguagem é empregada pelos alunos para manifestar seu modo de ser e de ver o mundo. Durante a leitura em voz alta, os estudantes exercem um agir sobre o interlocutor, enquanto a plateia é orientada a identificar frases de impacto que evidenciem o poder argumentativo e as marcas da subjetividade autoral presentes na materialidade do texto.

O professor então media comentários rápidos, ressaltando os operadores argumentativos bem utilizados, que são os elementos gramaticais responsáveis por mostrar a força argumentativa dos enunciados e a direção para a qual apontam. Esse processo reforça como essas escolhas linguísticas são indispensáveis para marcar o posicionamento do sujeito-autor e garantir que a carga crítica da crônica atinja seus objetivos de comunicação.

3. Varal da crítica (10 minutos)

As crônicas são fixadas em murais ou cartazes, transformando o espaço escolar em um ambiente de interação social onde a linguagem é utilizada para manifestar diferentes modos de ver o mundo. Ao circularem lendo os textos dos colegas, os alunos deparam-se com a materialidade de discursos essencialmente argumentativos, compreendendo que a linguagem funciona como um agir sobre o outro.

Nessa dinâmica, os estudantes identificam como as escolhas e arranjos linguísticos não são neutros, mas servem como estratégias discursivas para imprimir a subjetividade e o posicionamento do sujeito-autor. O professor encerra com a reflexão: “Agora somos cronistas políticos. O que aprendemos sobre a força da palavra para denunciar e transformar a realidade?”

Avaliação

- **Formativa:** participação nas discussões, esboço inicial, revisão em pares, leitura no sarau.
- **Somativa:** crônica política final avaliada pela rubrica (pertinência do tema, operadores, estrutura, clareza e criticidade).

Quadro com critérios avaliativos

Critério	0 pontos	1 ponto	2 pontos
Pertinência do tema	O texto não apresenta situação ligada a uma lei, regra ou questão social/política.	O texto aborda um tema de regra/lei, mas de forma vaga ou pouco conectada ao cotidiano.	O texto traz um tema claro, relevante e coerente com o gênero crônica política.
Uso de	Não utiliza	Utiliza apenas 1 operador	Utiliza pelo menos 2

Critério	0 pontos	1 ponto	2 pontos
operadores de contraposição	operadores ou usa de forma equivocada.	corretamente, ou 2 de forma mecânica, sem função clara na contraposição, complementação ou retificação.	operadores de forma intencional, marcando bem oposição, ressalva, retificação ou complementação.
Estrutura da crônica	O texto não apresenta começo, meio e fim definidos.	O texto tem estrutura parcial (apresenta a situação, mas não desenvolve bem a contraposição ou conclusão).	O texto apresenta sequência clara: situação inicial, contraponto desenvolvido e reflexão final.
Clareza e estilo	Texto confuso, repetitivo ou pouco compreensível.	Texto compreensível, mas com falhas de clareza, coesão ou pouca expressividade.	Texto claro, coeso, com estilo próprio, utilizando recursos como ironia, humor ou crítica direta.
Posicionamento crítico (voz autoral)	O texto não expressa opinião ou apenas reproduz ideias genéricas.	O texto apresenta opinião, mas superficial ou pouco sustentada.	O texto expressa posicionamento crítico consistente, revelando autoria e reflexão sobre a realidade.

Fecha-se o caderno: Mas abre-se espaços sociais permeados de argumentatividade e consciência política

Evidenciamos, ao longo do caderno, um entrelaçamento entre Ducrot e Freire, em que se percebe uma sinergia significativa entre os postulados de ambos. Tal articulação visa capacitar o estudante a se tornar um sujeito que exerce a argumentação e atua no meio social. A TAL contribui para analisar as orientações argumentativas presentes nos discursos materializados nos textos e os efeitos de sentido produzidos. Isto está em consonância com o pensamento de Paulo Freire, no qual o ato de ler não se esgota na decodificação, mas se antecipa e se alonga no mundo, implicando a percepção das relações entre texto e contexto.

Nesse sentido, uma leitura crítica significa que o leitor se assume como sujeito inteligente e "desvelador" do texto, capaz de "reescrever" e de "recriar" o assunto em função de seus próprios critérios. Sendo assim, a TAL permite identificar o ponto de vista do autor e suas intenções, estas impressas por meio de itens linguísticos, o que é crucial para o leitor/interlocutor não ser um repetidor dócil de discursos, mas sim um sujeito crítico. A compreensão do funcionamento dos operadores argumentativos nas crônicas políticas estudadas servirá para outros contextos e discursos, uma vez que o estudante pôde perceber como a linguagem é utilizada para orientar interpretações, e, em certos contextos, pode ser usada para manipular.

Tudo isso é vital para reconhecer discursos de ódio e refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataques aos direitos humanos, promovendo um debate ético. Sob essa perspectiva, uma cidadania plena exige a capacidade de se inteirar dos fatos do mundo, opinar sobre eles, propor pautas de discussão e soluções para problemas. A habilidade de argumentar com força e clareza, utilizando recursos linguísticos que marcam relações de sentido, é um pilar para a participação social efetiva.

Outro aspecto relevante da teoria de Ducrot é o questionamento da unicidade do sujeito falante, mostrando que um enunciado pode conter diferentes vozes e pontos de vista. Compreender essa heterogeneidade discursiva é fundamental para o diálogo democrático, pois permite ao cidadão analisar e comparar diferentes posições e interesses, avaliando a validade e a força dos argumentos.

Tudo isso se alinha a atitude da escola de permitir que o estudante desenvolva habilidades de refletir, analisar, debater e, enfim, argumentar e construir sua própria história em uma sociedade democrática. Assim reafirmamos: este caderno se encerra, mas os aprendizados discursivos nele construídos transcendem as barreiras sociais.

Entre a linguagem e o olhar político: a autora

Quem sou eu?



Sou aquela da teimosia
bonita
que, entre risos ou lágrimas,
se agarra à esperança
e sempre floresce.
Carrego nas mãos
a delicadeza dos sonhos
e a força de quem não
desiste.
Entrelaço aos desafios
a fé que me sustenta
e a ação que me move
sempre em direção à
vitória.

Damiana Correia da Silva

Possui Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri – URCA (2012). Especialização em Língua Portuguesa, Literatura brasileira e Literatura africana de Língua Portuguesa – URCA (2012). É professora de Língua Portuguesa e Arte na Rede Municipal de Crato – Ceará, atuando na Escola Raimundo Nonato de Souza. É mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus Cajazeiras/PB, Centro de Formação de Professores – CFP, com linha de pesquisa em Estudos da Linguagem e Práticas Sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ARARIPE, Jósio de Alencar. **A palavra sem medo: crônicas e artigos**. Organizado por Flamínio de Alencar Araripe. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016. Tradução de Paulo Bezerra.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 1 de julho 2025.

CÂNDIDO, A., Meyer, M. M., & Lopez, T. A. P. A. (1992). **Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Unicamp.

COCH, Ingedore Villaça. **Escrever e argumentar** / Ingedore Villaça Kock e Vanda Maria Elias. – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento**. SP, Edusc, 2004, p. 32.

DUCROT, Oswald. **Polifonía y argumentación. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Cali: Universidad del Valle, 1988.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. Ed. rev. Atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
GADOTTI, Moacir. GADOTTI, Moacir. FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sergio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

GUIMARÃES, Fernanda Taís Brignol; BRISOLARA, Valéria Silveira; SOBRAL, Adail. Gêneros textuais e/ou gêneros do discurso? Um olhar da perspectiva dialógica da linguagem sobre o gênero. **Revista Educação e Linguagens**, v. 9, n. 18, p. 506-520, 2020.

https://cronicabrasileira.org.br./cronicas/9231/votar. Acesso em 20 de maio de 2025.

https://gabeira.com.br/ o-tempo-passou-na-janela/. Acesso em 25 de maio de 2025.

https://simborapramatozinho. blogspot.com/2025/. Acesso em 30 de maio de 2025.

NASCIMENTO. E. P. **Jogando com as vozes do outro: a argumentação na notícia jornalística**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

PRATA, Antonio. **Por quem as panelas batem**: Crônicas políticas (2013-2021). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SILVA, Marcos Antônio da. **Os operadores de contraposição no gênero resumo acadêmico: perspectiva linguístico-discursiva.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Marcos Antônio da; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Argumentação e polifonia na produção de textos de opinião:** repensando a função do "mas". **Revista Prolíngua**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 26-45, jan./jun. 2011.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura** [recurso eletrônico]. Tradução: Claudia Schilling. Revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. e-PUB.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. **De magis a mas: uma hipótese semântica**. In: VOGT, Carlos. Linguagem, pragmática e ideologia. São Paulo: HUCITEC, 1980.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. [recurso eletrônico] São Paulo: Ubu Editora, 2018. 95 p. E-book. ISBN-13: 978-8592886752.

ANEXOS

ANEXO A

Crônica: Votar

Autora: Rachel de Queiroz

Não sei se vocês têm meditado como devem no funcionamento do complexo maquinismo político que se chama governo democrático, ou governo do povo. Em política a gente se desabitua de tomar as palavras no seu sentido imediato. No entanto, talvez não exista, mais do que esta, expressão nenhuma nas línguas vivas que deva ser tomada no seu sentido mais literal: governo do povo. Porque, numa democracia, o ato votar representa o ato de FAZER O GOVÊRNO.

Pelo voto não se serve a um amigo, não se combate um inimigo, não se presta ato de obediência a um chefe, não se satisfaz uma simpatia. Pelo voto a gente escolhe, de maneira definitiva e irrecorrível, o indivíduo ou grupo de indivíduos que nos vão governar por determinado prazo de tempo.

Escolhem-se pelo voto aqueles que vai modificar as leis velhas e fazer leis novas - e quão profundamente nos interessa essa manufatura de leis! A lei nos pode dar e nos pode tirar tudo, até o ar que se respira e a luz que nos alumia, até os sete palmos de terra da derradeira moradia.

Escolhemos igualmente pelo voto aqueles que nos vão cobrar impostos e, pior ainda, aqueles que irão estipular a quantidade desses impostos. Vejam como é grave a escolha desses "cobradores". Uma vez lá em cima podem nos arrastar à penúria, nos chupar a última gota de sangue do corpo, nos arrancar o último vintém do bolso.

E, por falar em dinheiro, pelo voto escolhem-se não só aqueles que vão receber, guardar e gerir a fazenda pública, mas também se escolhem aqueles que vão "fabricar" o dinheiro. Esta é uma das missões mais delicadas que os votantes confiam aos seus escolhidos. Pois, se a função emissora cai em mãos desonestas, é o mesmo que ficar o país entregue a uma quadrilha de falsários. Eles desandam a emitir sem conta nem limite, o dinheiro se multiplica tanto que vira papel sujo, e o que ontem valia mil, hoje não vale mais zero.

Não preciso explicar muito este capítulo, já que nós ainda nadamos em plena inflação e sabemos à custa da nossa fome o que é ter moedeiros falsos no poder.

Escolhem-se nas eleições aqueles que têm direito de demitir e nomear funcionários, e presidir a existência de todo o organismo burocrático. E, circunstância mais grave e digna de todo o interesse: dá-se aos representantes do povo que exercem o poder executivo o comando de todas as fôrças armadas: o exército, a marinha, a aviação, as polícias.

E assim, amigos, quando vocês forem levianamente levar um voto para o Sr. Fulaninho que lhes fez um favor, ou para o Sr. Sicrano que tem tanta vontade de ser governador, coitadinho, ou para Beltrano que é tão amável, parou o automóvel, lhes deu uma carona e depois solicitou o seu sufrágio - lembrem-se de que não vão proporcionar a esses sujeitos um simples emprego bem remunerado.

Vão lhes entregar um poder enorme e temeroso, vão fazê-los reis; vão lhes dar soldados para eles comandarem - e soldados são homens cuja principal virtude é a cega obediência às ordens dos chefes que lhe dá o povo. Votando, fazemos dos votados nossos representantes legítimos, passando-lhes procuração para agirem em nosso lugar, como se nós próprios fossem.

Entregamos a esses homens tanques, metralhadoras, canhões, granadas, aviões, submarinos, navios de guerra - e a flor da nossa mocidade, a eles presa por um juramento de fidelidade. E tudo isso pode se virar contra nós e nos destruir, como o monstro Frankenstein se virou contra o seu amo e criador.

Votem, irmãos, votem. Mas pensem bem antes. Votar não é assunto indiferente, é

questão pessoal, e quanto! Escolham com calma, pesem e meçam os candidatos, com muito mais paciência e desconfiança do que se estivessem escolhendo uma noiva. Porque, afinal, a mulher quando é ruim, briga-se com ela, devolve-se ao pai, pede-se desquite. E o governo, quando ele ruim, ele é quem briga conosco, ele é quem nos põe na rua, tira o último pedaço de pão da boca dos nossos filhos e nos faz apodrecer na cadeia. E quando a gente não se conforma, nos intitula de revoltoso e dá cabo de nós a ferro e fogo.

E agora um conselho final, que pode parecer um mau conselho, mas no fundo é muito honesto. Meu amigo eleitor, se você estiver comprometido a votar com alguém, se sofrer pressão de algum poderoso para sufragar este ou aquele candidato, não se preocupe. Não se prenda infantilmente a uma promessa arrancada à sua pobreza, à sua dependência ou à sua timidez. Lembre-se de que o voto é secreto.

Se o obrigam a prometer, prometa. Se tem medo de dizer não, diga sim. O crime não é seu, mas de quem tenta violar a sua livre escolha. Se, do lado de fora da seção eleitoral, você depende e tem medo, não se esqueça de que DENTRO DA CABINE – INDEVASSÁVEL - VOCÊ É UM HOMEM LIVRE. Falte com a palavra dada à fôrça, e escute apenas a sua consciência. Palavras, o vento leva, mas a consciência não muda nunca, acompanha a gente até o inferno".

11 de janeiro de 1947

ANEXO B

O tempo passou na janela

Autor: Fernando Gabeira

Estou em Brasília. É o segundo impeachement que presencio. Conheço a coreografia, embora, com o passar dos anos, ela tenha se tornado mais visual, mais voltada para as TVs, como os desfiles de escolas de samba. Vou documentar fantasias e adereços, mas no universo das coisas existe um personagem ao qual vou me dedicar: os smartphones. Há um exército de 170 milhões de smartphones no país, e quem viaja pelo interior vê sua capilaridade. Foi uma espécie de introdução das asas a um novo tempo movido pela busca de transparência.

O projeto do PT e da esquerda bolivariana era produzir uma visão do século passado, adaptá-la com a etiqueta de socialismo do século XXI, usando o caminho eleitoral e a conquista progressiva das instituições. Sem se dar conta, estava sendo engolfado por outro tipo de revolução em que os novos instrumentos tornam possível uma grande demanda internacional: transparência.

Em certos momentos, o PT rendeu-se a essa corrente: ampliou a autonomia da Polícia Federal, fez uma lei de acesso às informações. Mas ainda assim subestimou a luta pela transparência como se fosse apenas mais uma ideia entre outras. Ignorou suas bases materiais, sua irresistível dinâmica.

Essa miopia levou o PT à sua mais crucial contradição: armar o maior esquema de corrupção da história, no momento em que a sociedade e as instituições estão mais bem posicionadas para impor um alto grau de transparência.

Isso é um movimento que transcende o Brasil. As coisas toleradas no passado deixaram de ser no presente. Dilma não entendeu isso, nem o PT. Eles sempre dizem: no passado foi assim, se forem nos punir, têm de punir os outros.

Existe um momento em que as coisas que sempre foram assim simplesmente deixam de ser. Lembrar isso não é impulso de velho reacionário. Assim como não era lutar pela quebra de monopólio estatal das telecomunicações. O PT e a esquerda em sua órbita foram contra, mas não imaginavam que surgiria dali a base material que iria contribuir para sua desgraça.

O PT perdeu o bonde da transparência, um tipo de luta conta não só com princípios, mas também com sólida estrutura tecnológica, ao contrário da revolução bolivariana com benesses impagáveis. Diante desse novo universo onde tudo se compartilham, tudo se fotografa, tudo se investiga, a escolha política era dar as mãos à transparência e transformá-la numa poderosa aliada do governo, pois ela traz consigo uma outra bênção: a credibilidade.

O PT entendeu esse novo universo como um pedaço onde poderia desenvolver sua guerrilha, esconder seus crimes, combater os adversários, ironizar os velhos reacionários adeptos da frase de outro velho, Lord Keynes: quando os fatos mudam, mudo de opinião – o senhor, o que faz? Muito em breve saberemos mais completamente o que se passou no Brasil. Talvez algumas pessoas não esperem apenas os fatos, mas uma avalanche de fatos pra mudar de opinião.

Ao contrário do impeachment de Collor, o de hoje representa um trabalho que veio da sociedade e foi apenas secundado pelo sistema político. Quem assumir o poder já entra devendo. É um partido que foi sócio de um projeto criminoso. Se refletir sobre a desgraça do PT, não tentará novos assaltos, porque serão descobertos, não tentará interferir em instituições autônomas, pois, ao lado da sociedade, elas não permitirão. Com os atuais meios de controle é impossível a sobrevivência de um governo corrupto. Os novos governantes precisam refletir sobre isso.

O vídeo de Temer não toca nesse detalhe que mobiliza milhões de pessoas. Não podia esquecer. Nem vazar por engano. A espionagem internacional tem um enorme aparato para grampear presidentes. Dispensa colaboração espontânea.

Se hoje à noite estiverem comemorando a chegada ao governo, não se esqueçam: a presença de Eduardo Cunha é intolerável. Não se erguem muros para discutir sua queda. É uma ponte simbólica entre a maioria e a minoria no Brasil. É o nosso carnaval da quarta-feira.

ANEXO C

Numa escola ocupada

Autor: Antonio Prata

Nós fomos falar de literatura, mas esperávamos que a discussão migrasse para a proposta de fechamento das noventa e duas escolas estatuais em São Paulo, o impeachment, a crise hídrica e outros temas espinhosos do noticiário. No entanto, a conversa que eu e os amigos escritores Fabrício Corsaletti, João Paulo Cuenca, Chico Mattoso e Paulo Werneck tivemos com os alunos de uma das cento e noventa e seis escolas ocupadas, no último domingo, não poderia ter sido mais diferente do que imaginávamos.

"Alckmin" foi pronunciado uma vez só – e por mim. A política, nesse sentido menor, mesquinho, que vem sendo praticado pelo país nos últimos quinhentos e quinze anos, passou longe e a literatura foi apenas o veículo que nos levou ao que realmente interessava: a Política com P maiúsculo, no sentido que os atenienses deram ao termo dois mil e quatrocentos anos atrás e que estes alunos e alunas da rede pública vêm resgatando desde que entraram em suas escolas de manhã cedinho, há quatro semanas, e não saíram mais.

Dormem por lá, cozinham, tomam banho, fazem faxina, reparam infiltrações e recebem mais atividades extracurriculares, nestes trinta dias, do que em toda a vida escolar. "A gente nunca tinha um debate aqui", disse uma das alunas. "Esse ano, todo mês eu tentava trazer alguém, mas a diretora proibia." Desde a ocupação, com a ajuda de voluntários, organizaram shows, aulas de geografia, física, culinária, ioga, dança, teatro, improvisação, quadrinhos, música, debates sobre dívida pública, questões de gênero - e a lista continua.

Em uma hora e meia, não ouvimos desses clichês de Facebook sobre a roubalheira petralha ou a privataria tucana. As questões saltavam o estéril Fla-Flu e aterrissavam no solo bem mais fértil de experiência cotidiana. "A gente só teve poesia no terceiro colegial, pro vestibular." "Os professores entram, botam tudo na lousa e acabou." "A diretora fica vários meses viajando e, quando aparece, não tá nem aí." "Encontramos três mesas de som, tela, tinta, um monte de papéis a que a gente não tinha acesso.

A ocupação começou contra a proposta de fechamento de noventa e duas unidades de ensino (já adiada pelo governo), mas no processo os alunos descobriram, questões importantes. Que as escolas não precisam ser ruins. Chatas. Abandonadas. Que "Público" não é do governo e tampouco de ninguém, mas deles. Aprenderam, por si sós – "fazendo arroz pra cem negos" e decidindo, em assembleia, se o cigarro seria ou não liberado lá dentro (não) -, talvez a lição mais importante que se pode levar da escola: que são donos dos próprios narizes e responsáveis pelo mundo em que vivem. Agora, se perguntam: se com pouca idade e experiência eles conseguem administrar aquele espaço tão bem, por que o estado mais rico da oitava economia do mundo não consegue?

No fim do papo, uma garota do terceiro colegial nos falou: "O que eu mais queria era tá no primeiro, pra poder estudar três anos nessa escola do jeito que ela vai ser daqui pra frente, depois da ocupação". Me deu um baita nó na garganta: ainda não sei se foi pela esperança que essa experiência me traz num momento tão trevoso da história nacional ou se pela tristeza de ver que a única resposta que o país parece ter para os anseios destes meninos é soco, cassetete, bomba e gás lacrimogêneo.

13 de dezembro de 2015

ANEXO D

Fascismo, não!
Autor: José Flávio Vieira

O filósofo espanhol José Ortega Y Gasset dizia que a opinião contrária à nossa faz parte integrante da nossa verdade e ajuda a se compreender melhor as nuances do mundo. Voltaire vaticinara, já no Século XVIII, que mesmo não concordando com nada do que alguém dissesse, ele tinha o dever de lutar até o fim pelo direito daquela pessoa emitir sua opinião. Ou seja, quem pensa diferente de mim, em verdade, não é meu inimigo: sua visão de mundo junta-se à minha para que eu compreenda melhor as diversas nuances do universo. Valho-me desses luminares das Ciências Humanas, neste momento em que a Brasil anda tão polarizado. O país, de repente, se pôs nos dois extremos da reta e esqueceu que a virtude, como diziam os latinos, está num ponto equidistante das extremidades. Tenta-se resolver tudo com o ódio, o rancor, a fúria, a violência, a agressão.

Neste período eleitoral, então, as paixões extremas, de lado a lado, se tornam mais visíveis, palpáveis e perigosas. Chega, inclusive, em homicídios como aconteceu aqui em Crato. Tudo seria fácil de resolver se, relegados os interesses pessoais, estivéssemos todos lutando por um país melhor e mais justo, utilizando apenas caminhos diferentes. Entendo que a tolerância quanto à opinião contrária à minha não é não só salutar, mas enriquecedora. Nada mais deletério para a vida do que a visão maniqueísta, a verdade única de manada, a unanimidade. Existem, no entanto, questões humanísticas inegociáveis e intoleráveis. Aquelas que nem precisam ser levadas à discussão, mas combatidas ferozmente. A Tortura, o Fascismo, o Genocídio, o Racismo, o Holocausto, a Ditadura, por exemplo. Estas são algumas daquelas questões que se assemelham a um Câncer da sociedade, cujo tratamento não está no campo da retórica, mas da cirurgia de extirpação.

Estamos, no momento, prestes a realizar as eleições municipais. Num Brasil tão polarizado, os debates têm substituído as palavras pelas cadeiradas, denúncias rasteiras e ameaças de morte. E os atritos ficam bem mais frequentes porque a disputa é no nosso jardim, no nosso quintal. Sei que, nesse momento, o cidadão comum não se volta para o coletivo. Ele é pragmático aqui, em São Paulo, do Oiapoque ao Chuí. A coletividade é uma abstração. Ele pensa diretamente em quem pode melhorar sua qualidade de vida, seu rendimento, sua habitação, seu acesso à saúde, educação, quem pode diminuir seus custos com impostos, taxas, etc. Embora sonhássemos num mundo melhor, onde o bem comum estivesse acima do individual, essa é a realidade que temos em mãos.

Volto, no entanto, àquilo que na vida me parece inegociável. Impossível escolher um candidato sem quaisquer traços de humanismo. Fascistas, racistas, xenófobos, ditadores, afanadores declarados e orgulhosos, mentirosos convictos e presunçosos, são figuras desprezíveis que não merecem sequer fazer parte da convivência humana, quanto mais liderarem a tribo. Este ano o Crato, uma cidade libertária, comemora os duzentos anos da Confederação do Equador. Esperamos que o sangue dos Confederados que deram a própria vida por uma nação mais justa e igualitária, ainda continue a correr nas veias dos seus descendentes. Fascismo, não!

Crato, 02 de outubro de 2024

ANEXO E

A República Independente do Crato
Autor: José Flávio Vieira

Neste 7 de setembro, que nos últimos quatro anos tinha se transformado num desfile de carnaval do *Bloco Brucutus em Folia*, reportagem do G1 da Globo versa sobre o protagonismo da sétima maior cidade do Ceará, nos movimentos pró-Independência e República do Brasil. Aderindo à Revolução Pernambucana, o Crato ecoou seu berro de Independência cinco anos antes do Grito do Ipiranga e, pela República, setenta e dois anos antes de Deodoro. Durante aqueles oito dias gloriosos, o Crato proclamou-se uma República Independente. O sonho breve durou apenas uma semana, mas foi o suficiente para compor um governo provisório, arregimentar outras cidades como Jardim e organizar um exército para invadir Icó, então um forte reduto do Governo Português. Com a derrocada do movimento de sublevação houve a perseguição contumaz dos seus organizadores, com a chacina de Tristão de Alencar, a prisão de Bárbara e José Martiniano, o assassinato do Padre Carlos Alencar e o arcabuzamento de mais de uma centena de outros líderes da Revolução que se expandiu para vários outros estados nordestinos. E o ímpeto libertário não se apagou com a perseguição, o Cariri voltou à luta entre 1822 e 1823 pela consolidação da Independência no Piauí e Maranhão e, logo a seguir, na Confederação do Equador que, no próximo ano, comemorará seu bicentenário.

O Crato, naqueles breves sete dias, se transformou na mais importante cidade do interior do Brasil, motivo pelo qual um dos mais importantes sites noticiosos do país, o G1, voltou sua atenção, novamente, para nós, neste 7 de setembro. Por incrível que pareça, a nossa cidade esqueceu, totalmente, este protagonismo e o caráter épico dessa história. Basta observar os signos desse esquecimento. O 3 de Maio, a data mais importante da nossa história carririense, deveria ser feriado municipal. Ele é o nosso 7 de Setembro. Não existe, no Crato, qualquer indicação pública da sua existência. Um dia a Praça de São Vicente recebeu esse nome, depois trocado pelo de sucessivos líderes políticos. D. Bárbara de Alencar teve sua casa demolida. Hoje, defronte, existe uma estátua sem pedestal, fincada no chão, sem qualquer visibilidade além da figura teratológica digna de filmes de SCI-FI. José Martiniano tem uma rua com seu nome apenas, a do Calçadão, mas com o epíteto de José de Alencar, todo mundo confunde com o escritor famoso que era seu filho. Tristão e Bárbara dão nome a ruas centrais e só! Já o caudilho Pinto Madeira, o contrarrevolucionário de 1817, designa a todo um bairro populoso da cidade e nomeia uma rodovia importante que liga o Crato ao Arajara e à Barbalha. D. Bárbara, secularmente, tem sido vítima de um feminicídio moral perpetrado, inclusive, por setores da sua própria família. Em História, o esquecimento intencional faz parte do próprio processo histórico de jogar luzes nos fatos que interessam a setores dominantes da sociedade e relegar ao limbo outros que não lhes parecem estrategicamente importantes. Nada acontece por mero acaso!

É preciso levar a História do Crato às nossas escolas, lembrar dos nossos sonhos imorredouros de liberdade. A Vila precisa retomar o rumo dessa memória. Por que não construir um Memorial da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, nos moldes do Memorial da Inconfidência de Ouro Preto? Bárbara, José Martiniano, Tristão, Carlos estariam de volta à cena. Esse seria um presente que a cidade do Crato legaria, finalmente aos seus heróis, no Bicentenário da Confederação do Equador que comemoraremos no próximo ano.

Crato, 07 de setembro de 2023

ANEXO F

A dimensão da fraude
Autor: Jósio Araripe

Fraude quer dizer engano, contrabando, logro, roubo, trapaça, embuste ou falsificação. Uma simples consulta ao dicionário identifica de imediato o termo com certa categoria de políticos, contingente bastante numeroso nos dias atuais dentre aqueles que postulam a representação do interesse público.

A sociedade tem se revelado indefesa ao assédio de aventureiros e falcatrueiros, não raro vitoriosos em pleitos eleitorais. Encarapitados no poder mostram logo a verdadeira face, sem pejo de arrostar o repúdio do povo. Revelam-se então de corpo inteiro, e no alcance de seus objetivos pessoais recalcam a segundo plano os deveres inerentes ao exercício do mandato popular.

Outro desempenho seria surpreendente para o político marcado pelo caráter tortuoso. É sinal de nascença que não se apaga ao influxo de benfazejas influências. A sensibilidade embotada não se comove com os anseios e esperanças do povo sofrido, que confiou nas ilusórias promessas de redenção. Pretender mudar a conduta de quem foi tão mal dotado de atributos morais, é trabalho ineficaz. O reconhecimento, o aplauso espontâneo que deveria premiar os que honraram o juramento da investidura, transmuda-se na adulação da minoria privilegiada, no ambiente artificioso dos gabinetes fechados.

A ação malévola do governante prejudicial à causa pública depende, no entanto, do povo lesado, isto é, das forças políticas que o apoiam. "O povo tem o governo que merece", é a sentença que traduz a incredulidade no processo democrático.

A atuação do poder Executivo é importante e decisiva, mas se norteada pela ação saneadora de seus liderados, jamais se voltará contra o interesse coletivo. Se essa participação é omissa, se o poder Legislativo delegado pelo povo não se pronuncia, o governo é capenga e o bem comum perde seu guardião. A indignidade política se equivale.

Os representantes, tanto do Executivo como das casas legislativas, foram guindados ao poder com atribuições específicas. Os atos daqueles decorrem da prévia autorização das forças donde emana sua autoridade. O princípio é a lei — a Constituição, a Lei Orgânica Municipal, o orçamento. Os legisladores estão incumbidos também de fiscalizar o fiel cumprimento das determinações legais, inclusive as contas dos agentes do poder público.

Observa-se, no entanto, que as acusações mais acerbas partidas dos legisladores, condenatórias de improbidade administrativa, são de costume silenciadas, ou simplesmente mudado radicalmente o discurso crítico honesto de ontem. O povo que a tudo assiste termina por não acreditar mais nos acusados e acusadores. A enorme dimensão da fraude a todos contagiou e desmoralizou diante do julgamento da opinião pública.

São pouco relevantes as razões que justifiquem o sentido diverso dado às palavras, antes incriminatórias. Se por conveniência ou conivência, a mudança de comportamento, por certo não se coaduna com o interesse público, o único lesado na acomodação fraudulenta.

25 de maio 1991

ANEXO G

Crônica: O império da lei

Autor: Jósio Araripe

A lei é letra morta, quando não se torna efetiva sua obrigatoriedade. É o princípio da coercitividade, que torna a lei exequível. Mas o império da lei não atinge a todos indistintamente. Os mecanismos para acionar o respeito ao direito do cidadão estão fora do alcance da grande maioria do povo.

Os princípios que se impõem são aqueles que resguardam a interesse do mais forte. Quando o cidadão comum não dispõe de meios eficazes para impor o acatamento à sua soberania, a norma legal não tem nenhuma validade.

Os poderosos garantem incolumidade às fronteiras de suas prerrogativas legais, e não raro incursionam em território alheio, impondo sua vontade em detrimento do direito que assiste ao concorrente mais fraco. O prejudicado não tem a quem recorrer. Quando se defende, o resultado chega tardiamente e não mais lhe aproveita. O direito para aqueles inferiorizados pela fortuna é praticamente inatingível, mera expectativa de justiça.

O potentado tem imunidade própria. Poucos lhe contestam a força ou desafiam seus privilégios. Igualdade de todos perante a lei ainda é uma sentença utópica neste país. Para a gente do povo é assegurada a vez de reclamar e pleitear o ressarcimento do dano sofrido, mas a efetivação desse direito é quase sempre quimérica.

O tempo termina por vencer a resistência mais pertinaz. Parece aquela estória do cavalo do inglês, que quando estava aprendendo a viver sem comer morreu de fome. Houvesse suportado mais um pouco as provações, teria vencido a difícil prova de adaptação, pensou o gringo.

Esse direito que poucos alcançam, que não chega para o bico de todo mundo, é regalia de alguns, e para a maioria de deserdados do poder é mero engodo, a chupetinha que apenas consola momentaneamente, mas não enche a barriga de ninguém. Equivale a um crédito que a todos fosse conferido por igual, mas por ocasião do saque muitos constatam ser tão difícil e problemático, que torna impraticável o seu resgate. O direito ficou assim inviabilizado para a maioria das pessoas, no pedestal das honrarias e da veneração da sociedade, mas a poucos abriga sob seu pálio protetor.

Os fazedores das leis, os membros do Congresso Nacional devem se capacitar dessa dolorosa realidade. As deliberações emanadas do poder supremo da nação estão a reclamar medidas complementares que possibilitem a implantação dos princípios emendados da Constituição. O judiciário tem sido acionado e feito valer a Lei Magna, mas haja tempo, paciência e vida longa para aqueles que não possam prescindir do direito pleiteado para prover a própria subsistência. A credibilidade no império da lei é fundamental à preservação da ordem e da paz entre os homens.

22 de maio de 1991